



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DALILA ALVES MOURA

**A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA RENDA
DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: O CASO DO PROJETO DOM
HELDER CÂMARA**

**Brasília/DF
Janeiro/2023**

DALILA ALVES MOURA**A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA RENDA DAS FAMÍLIAS
QUILOMBOLAS: O CASO DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios - PROPAGA, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília - UnB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócios. Área de concentração: Agronegócios e Agricultura Familiar, Linha de Pesquisa: Agricultura Familiar.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Orientador PROPAGA/UnB

Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila
Examinador Externo

Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida de Oliveira
Examinador Externo

Brasília/DF
Janeiro/2023

Dedico este trabalho,

À minha família, pelo apoio, amor,
compreensão e esforço que me
permitiram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Com a finalização desse caminho, é com muita alegria que posso expressar a minha gratidão a todos que, contribuíram para que eu chegasse até aqui, seja em momentos de alegria ou de muita ansiedade.

Em primeiro lugar, agradeço à Deus por ser meu guia e constante provisão de força para esta jornada, até os obstáculos podem ser benéficos porque me ensinaram os princípios morais mais importantes. Agradeço todos os dias pela sua Graça, pois nada seria possível sem esse amor de Deus!

Sou grata a minha família, por me ensinar a ser resiliente, a ter foco em Deus diante das adversidades, e pelo incentivo, e liberdade acadêmica/profissional.

Gostaria de expressar minha gratidão a todos os participantes do Projeto Dom Helder, em especial ao Pedro Bavaresco, que sempre incentivou, auxiliou e se dispôs a esclarecer minhas dúvidas com sua paciência. Muito obrigado por trilhar comigo nesta caminhada.

Não poderia deixar de expressar meu agradecimento a todos do Projeto Monitora - UnB/Sead, pelo incentivo e sugestões que alimentaram esta pesquisa, pela oportunidade de realizar discussões sobre o tema deste estudo.

Ao meu orientador e mentor, Prof. Dr^o. Mauro Eduardo Del Grossi, por suas lições, paciência, sua didática, ética e oportunidades ao longo desta jornada. Agradeço a oportunidade de ser guiada por um dos principais pesquisadores da UnB e, principalmente, por compartilhar seus conhecimentos, conceitos e análises com os quais eu não estava familiarizada. Serei eternamente grato a você, Professor.

À Larissa Costa Monteiro e Thatiana Schiffler, duas das minhas colegas de mestrado que agora são amigas, que me deram constante incentivo e apoio cruciais para a conclusão bem-sucedida desta dissertação.

Quero agradecer a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - PROPAGA pelo conhecimento compartilhado comigo.

Minha sincera gratidão a todos vocês por caminharem ao meu lado nesta etapa crucial da vida!

MEU MUITO OBRIGADA!

“O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder o entusiasmo. ”
Autor desconhecido.

RESUMO

A implantação de programas como o Programa Dom Helder Câmara (PDHC) de assistência técnica e extensão rural (ATER) são fundamentais para estabilizar a situação dos agricultores quilombolas em termos de pobreza e garantir melhores condições de vida. Esta dissertação buscou analisar o significado da ATER do PDHC para a segurança alimentar e renda dos agricultores familiares quilombolas. Os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisa quali-quantitativa, coleta de dados primários, comparando beneficiários e não beneficiários do serviço, dados secundários, exercícios de mapeamento por meio do SGA, estudo de caso e entrevistas estruturadas e semiestruturadas com beneficiários do Programa. Os resultados confirmam a importância da renda do programa, que impactou positivamente as receitas agropecuárias em 48%, e propiciou um aumento de 36% do valor da produção total das famílias quilombolas atendidas, que foram especialmente importantes em tempos de crise econômica e sanitária. Elementos centrais como renda, território e políticas sociais de segurança alimentar, constituem-se como instrumentos essenciais ao fortalecimento das territorialidades quilombolas. Além de ser responsável por um alívio das condições de pobreza e extrema pobreza dessas comunidades, o Programa tem cumprido importante objetivo como transferência de apoio focalizado e fortalecimento da autonomia e das condições dos agricultores familiares no âmbito comunitário. Nesse sentido, a capilaridade da rede de seguridade social se expressa por meio de políticas de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar e transferência de renda, constituindo-se como alicerce fundamental do fortalecimento das comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Dom Helder, PDHC, ATER, quilombolas, segurança alimentar, renda.

ABSTRACT

The implementation of programs such as the Dom Helder Câmara Program (PDHC) of technical assistance and rural extension (ATER) are essential to stabilize the situation of quilombola farmers in terms of poverty and guarantee better living conditions. This dissertation sought to analyze the meaning of the ATER of the PDHC for food security and income of quilombola family farmers. The methodological procedures were based on qualitative and quantitative research, primary data collection, comparing beneficiaries and non-beneficiaries of the service, secondary data, mapping exercises through the EMS, case studies and structured and semi-structured interviews with beneficiaries of the Program. The results confirm the importance of the program's income, which positively impacted agricultural income by 48%, and provided a 36% increase in the value of the total production of the assisted quilombola families, which were especially important in times of economic and health crisis. Central elements such as income, territory and social food security policies are essential instruments for strengthening quilombola territorialities. In addition to being responsible for alleviating the conditions of poverty and extreme poverty in these communities, the Program has fulfilled an important objective such as transferring focused support and strengthening the autonomy and conditions of family farmers at the community level. In this sense, the capillarity of the social security network is expressed through policies to support family farming, food security and income transfer, constituting a fundamental foundation for the strengthening of traditional communities.

Key-words: Dom Helder, PDHC, ATER, quilombolas, food security, income.

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR**- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAITO**- Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença
- ADECOM**- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades
- ANATER**- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ARCAR**- Associação de Crédito e Assistência Rural
- ASSOCENE** - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
- ATER**- Assistência Técnica e extensão Rural
- BAHIATER**- Superintendência Baiana De Assistência Técnica E Extensão Rural
- CAATINGA**- Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
- CACTUS** - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
- CETRA** - Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabia, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
- CONSEA**- Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- COOPERSAM** - Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria
- DESENVOLVER**- Instituto de Desenvolvimento Humano, Social e Ambiental
- DFDA**-Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário
- EBIA**- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
- EEEQ**- Educação Escolar Quilombola
- EMATER**- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATER**- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO**- Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- FCP**-Fundação Cultural Palmares
- FIDA**- Fundo Internacional de desenvolvimento Agrícola
- FUNASA**- Fundação Nacional de saúde
- FUNDATER**- Fundo Nacional de Ater
- IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IHGB**- Instituto Histórico Geográfico
- INCAPER** - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA**- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPA** - Instituto de Psicologia Aplicada
- LOSAN**- Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MIN- Escritório Nacional de Integração

MIP- Manual de Implementação do Projeto

ONU- Nações Unidas

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PAC- Quilombola -O Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola

PAT- Educação Alimentar e Nutricional Alimentação do Trabalhador

PBQ- Programa Brasil Quilombola

PDHC- Projeto Dom Helder Câmara

PNAE- Programa Nacional de Merenda Escolar

PNAN- Política Nacional de alimentação e Nutrição

PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPIR- Política Nacional de Igualdade Racial

PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER- Programa Nacional de Ater

RAMB- Renda Agrícola Monetária Bruta

RSL - Revisão Sistemática da Literatura

SAF- Secretaria de agricultura familiar

SAN- Segurança Nutricional e Alimentar

SEAD- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SER/Embrapa- Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural

SERTÃO VERDE- Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Semiárido Nordeste

SGA- Sistema de Gestão de Ater

SIBRATER- Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SISBRATER- Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural

SISVAN- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

TED- Termo de Execução Descentralizada

UFMT- Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA- Unidade Familiar de Produção Agrária

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UNB- Universidade de Brasília

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo clássico de extensão.	8
Figura 2 - <i>Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar</i>	19
Figura 3 - Espaço geográfico do Semiárido brasileiro	27
Figura 4: Área de abrangência do PDHC I - 129 municípios atendidos	29
Figura 5: Área de abrangência do PDHC II - 838 municípios atendidos.....	31
Figura 6 - Instrumentos de pesquisas, procedimentos técnicos e objetivos.	41
Figura 7 - Sistema de Gestão e Ater- SGA.....	42
Figura 8 - Municípios onde os quilombolas são atendidos pelo PDHC II.	50
Figura 9 - Portalegre - RN em vermelho.	80
Figura 10 - "Agricultora A" na sua residência.	84
Figura 11 - Quilombo do Arrojado.....	85
Figura 12 - Entrada da Comunidade do Arrojado.....	86
Figura 13 - "Agricultora B" em sua residência.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de entrevistados	46
Tabela 2- Número de municípios sorteados por estado.....	46
Tabela 3- Total de famílias por municípios atendidas pelo PDHC.	52
Tabela 4- Lista de Empresas que atendem as famílias quilombolas no âmbito do PDHC.....	55
Tabela 5- Famílias quilombolas beneficiárias do PDHC que possuem acesso ao Fomento.	56
Tabela 6- Renda média das famílias de agricultores quilombolas – PDHC.....	57
Tabela 7- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida.	59
Tabela 8- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se alguma vez sentiu fome porque não pôde comprar comida.....	60
Tabela 9- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se a comida da casa terminou e não havia dinheiro para comprar.	61
Tabela 10- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se comeu menos do que deveria, porque não havia dinheiro para comprar comida.	62
Tabela 11- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se alguém na casa tece que comer menos ou deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro.	63
Tabela 12 – Agricultores quilombolas que recebeu auxílio emergencial.....	64
Tabela 13- Covid_ 19 prejudicou a produção dos agricultores quilombolas.	64
Tabela 14 - Com o Melhorou o consumo de alimentos para os agricultores quilombolas.....	65
Tabela 15- Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)	70
Tabela 16- Famílias dos beneficiários consumiram essa variedade nas últimas 24 horas.	72
Tabela 17- Famílias do grupo controle consumiram essa variedade nas últimas 24 horas.	72
Tabela 18- Receita dos agricultores dos grupos controle e beneficiário	74
Tabela 19- Renda média dos agricultores familiares beneficiários com fomento e controle sem fomento.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Famílias quilombolas atendidas pelo PDHC.....	53
Gráfico 2: Número de famílias entrevistadas.	676
Gráfico 3: Renda média das famílias quilombolas.	754
Gráfico 4: Número de famílias que recebem fomento.....	76
Gráfico 5: Renda média dos beneficiários com Fomento.....	78
Gráfico 6: Renda melhorou com o projeto.	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural - 1948-1974.	14
Quadro 2: Avaliação da insuficiência alimentar em vários níveis.....	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PROBLEMÁTICA E DELIMITAÇÃO	4
3. JUSTIFICATIVA	5
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo geral:	6
4.1.1 Objetivos específicos:	6
5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	7
6. REFERENCIAL TEÓRICO	8
6.1 Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	8
6.1.1 Serviços de ATER e agricultura familiar	13
6.1.2 A Lei de N.º 12.188/2010 - Lei de ATER	16
6.2 Segurança alimentar	17
6.2.1 Segurança Alimentar e Ater	20
6.3 RENDA	21
6.3.1 Renda Agrícola	21
6.3.2 Renda Bruta e Renda Monetária	22
6.4 Políticas públicas	23
6.4.1 Políticas atuantes no Semiárido	25
6.5 Semiárido Brasileiro	26
6.6 Projeto Dom Helder Câmara	28
6.7 Populações quilombolas: remanescentes de quilombos	32
6.7.1 Os quilombolas e os avanços com as políticas públicas	34
6.7.2 Quilombolas no Semiárido	37
7 ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
7.1 Definição geral da pesquisa	39
8 MATERIAL	42
8.1 SGA - Sistema de Gestão de Ater	42
8.1.1 Projeto Monitora	43
8.1.2 Monitora Online- 2020/2021	43
8.1.3 Linha de Base - Projeto Monitora	44
8.2 Método de Avaliação de Impacto	45
8.2.1 Capacitação de agentes de aferição - Linha de base 2022	45
8.2.2 Coleta de dados	47
8.2.3 Estudo de caso	47
9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
10 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS EXTRAÍDOS DO SGA-ANATER	49

10.1	Quilombolas no âmbito do PDHC	49
10.2	Empresas atendidas no âmbito do PDHC	53
10.3	Beneficiários que recebem fomento	55
10.4	Análise dos registros administrativos dos quilombolas atendidos pelo PDHC	57
10.5	Análise da Segurança Alimentar	58
11	ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO ONLINE- MONITORA ONLINE	63
12	ANÁLISE DA LINHA DE BASE NO ANO DE 2022 NO PDHC- PROJETO MONITORA	66
12.1	Coleta de dados em 2022 sobre os resultados obtidos pelos agricultores no ano de 2021.	66
12.2	Segurança Alimentar através da avaliação do último ano.	68
12.3	Segurança Alimentar em relação a alimentação nas últimas 24 horas.	71
12.4	Relação da renda média das famílias quilombolas	73
12.5	Número de famílias quilombolas que recebem fomento	75
12.6	Relação sobre a renda média com fomento das famílias agricultoras quilombolas	76
	Gráfico 6: Renda melhorou com o projeto.	79
13	ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO	80
13.1	A comunidade Quilombola de Lages	81
13.2	Comunidade Quilombo do Arrojado	84
13.3	Relato do técnico	88
14	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
14.1	Considerações sobre os objetivos da pesquisa	90
14.2	Contribuições para futuros estudos científicos	92
14.3	Limitações da pesquisa	92
15	REFERÊNCIAS	93
16	ANEXO 1- Questionário da Linha de base	120
17	ANEXO 2- Monitora Online.	134

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar¹, desempenha um papel significativo no progresso da nação por meio da geração de renda e empregos (RUIZ e GERHARDT, 2012). Para manter o crescimento do setor, é necessária a assistência técnica rural, principalmente para os estabelecimentos da agricultura familiar. Segundo Franco (2007), serviços de assistência técnica bem elaborados conseguem transferir tecnologias geradas pela pesquisa para os agricultores, possibilitando o uso de novas técnicas de produção cruciais para promover a expansão e o desenvolvimento da economia rural.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a região Sul do Brasil, possui a maior cobertura de assistência técnica rural, com 48,6% dos estabelecimentos agropecuários atendidos. Embora na região do Nordeste, apenas 7,4% dos estabelecimentos rurais desses estados recebam assistência técnica.

É crescente o reconhecimento na literatura de que o semiárido necessita de políticas públicas adequadas às suas características peculiares, ou de ações que apoiem e promovam o desenvolvimento sustentável e sejam voltadas especificamente para as necessidades dessa região (Santos, 2014; Souza, 2016), mas ainda são poucos os estudos sobre os remanescentes quilombolas que vivem nesse bioma.

Os quilombolas têm sido historicamente associados à questão da resistência e caracterizados como escravos rebeldes que fixavam residência na periferia da sociedade. Os estudos sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do Brasil ganharam força ao decorrer do tempo, principalmente como resultado da consciência do desenvolvimento contínuo, da geração de emprego e renda, da segurança alimentar e do desenvolvimento local. (FAO/INCRA, 2000).

Além das transferências monetárias, um conjunto importante de políticas públicas tem sido direcionada ao Semiárido nas últimas décadas, alterando o foco do “combate à seca” para a “convivência com o clima semiárido deste bioma” (AGUIAR, 2019). Inserido neste cenário, destaca - se o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), no qual trata-se o presente estudo. Com o objetivo geral de investir nas populações rurais, incentivando-as a reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e nutricional, e fortalecer a resiliência, surge o Fundo para o Desenvolvimento

¹ De acordo com a Lei **LEINº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**, Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º . [. \(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

Agrícola Internacional (FIDA) das Nações Unidas (ONU). O PDHC é uma iniciativa que apoia o desenvolvimento rural sustentável e combate à pobreza. Baseia-se na ideia de coexistência com o meio ambiente. Diante desse cenário e considerando as políticas públicas direcionadas para as exigências do Semiárido, a administração pública vê como fundamental a análise da implementação do PDHC.

O principal objetivo do Programa Dom Helder Câmara é ajudar a reduzir a pobreza rural e as desigualdades (gênero, raça, geração e etnia) no Semiárido brasileiro, melhorando a coordenação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com foco territorial, bem como acesso da população a essas políticas e às instituições (ALBAGLI, LEITÃO, 2020).

Com a ampliação do PDHC II abrangendo 913 municípios em 11 estados da federação, com a expectativa de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para seus beneficiários, ao público-alvo são agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos indígenas e quilombolas, com especial atenção a povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens em condição de pobreza e extrema pobreza (MIP, 2019).

Como o PDHC II é na prática um grande programa de assistência técnica e extensão rural (ATER), a agricultura familiar é um setor em crescimento e com forte interesse no desenvolvimento rural, auxiliado pelo apoio institucional tem historicamente atuado em múltiplas frentes para garantir sua permanência no campo. Como resultado, o apoio institucional provou ser fundamental para fornecer o conhecimento e as conexões necessárias para que os pequenos produtores entrem em mercados mais competitivos; é fundamental que os pequenos produtores participem das estratégias de consolidação de mercado e competitividade (SCHNEIDER, 2010).

Dessa maneira, essa dissertação refere-se a uma análise quali- quanti, que busca suas contribuições para melhorar indicadores em relação à renda e a segurança alimentar dos agricultores familiares quilombolas atendidos pelo PDHC visando a sustentabilidade econômica que de acordo com Ferreira, (2019), a necessidade de estudar as comunidades quilombolas como grupos tradicionais e fundamentais na luta pelo acesso à terra, bem como sua resistência às práticas da chamada agricultura moderna, que geralmente deixavam esses grupos à margem do desenvolvimento e não eram diretamente beneficiados por novas tecnologias voltadas para a produção agrícola. Ressalta-se que, principal não é divulgar conteúdo específicos, mas estimular uma nova configuração de se relacionar com a experiência vivida, Feitosa (1999), aponta uma postura dialógica enfatizada por (FREIRE, 1987:81), “antes de tudo, uma atitude de amor, humildade e fé nos homens, na sua capacidade de fazer, refazer e criar”.

Com isso, a proposta central dessa dissertação é analisar os efeitos da assistência técnica prestada pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), no atendimento aos povos quilombolas, identificando os efeitos socioeconômicos na segurança alimentar e na renda.

2. PROBLEMÁTICA E DELIMITAÇÃO

Em termos de disparidades de renda entre as populações rurais e urbanas, os dados mostram uma desarmonia significativa. A renda domiciliar per capita nas áreas rurais é de apenas 46% da renda domiciliar nas áreas urbanas (IBGE, 2010).

Com base ao alcance à educação, a população rural está muito atrás do conjunto de habitantes da região metropolitana, Monego, *et al.* 2010, aponta a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos nas áreas rurais é três vezes maior em comparação das áreas urbanas, com 23,5% versus 7,5%. Além disso, 43% dos responsáveis por moradias rurais não possuem educação básica completa. Poucos estudos foram executados sobre as questões de saneamento e melhores expectativas de vida em comunidades quilombolas. O Levantamento Nutricional Quilombola (2006) é um estudo pioneiro porque nunca houve uma avaliação nacional da situação socioeconômica das famílias quilombolas e tampouco da situação nutricional das crianças quilombolas no Brasil (MONEGO, *et al.*, 2010).

Diante desses desafios, é fundamental que os pequenos agricultores tenham acesso a informações de qualidade por meio de uma assistência técnica capaz de qualificar a tomada de decisões dentro do estabelecimento rural. Esta é uma estratégia eficaz para aumentar a produtividade dos sistemas de produção, concentrando-se na elaboração de alimentos seguros e saudáveis, preservando os recursos naturais (BARP, 2021).

Para a agricultura familiar do Semiárido, O Projeto Dom Helder Câmara, objeto deste estudo, tornou-se referência no combate à pobreza e no apoio ao desenvolvimento rural sustentável, a partir do conceito de Semiárido e da articulação de interesses sociais, políticos, ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos por meio de processos participativos de planejamento e gestão (AGUIAR, 2019).

A partir dessa reflexão, considerando os percalços existentes na agricultura familiar, a questão central desta dissertação é: *Quais os efeitos da assistência técnica e extensão rural na segurança alimentar e na renda das famílias quilombolas atendidas pelo PDHC?* Para responder a essa questão, será realizada uma análise metodológica por meio de análise descritiva das informações obtidas e comparação de algumas informações das famílias quilombolas com as de outros agricultores familiares.

3. JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa investigar os efeitos da assistência técnica, disponibilizada por meio do PDHC II, na segurança alimentar e na renda das famílias quilombolas.

Este estudo visa contribuir para um melhor entendimento dos aspectos que norteiam as percepções de qualidade da Ater que é o eixo central do PDHC. Os resultados alcançados ajudarão na articulação do apoio técnico, linhas de crédito e/ou fomento para o financiamento de projetos desenvolvidos a partir de ATER coletiva oferecida pelo PDHC II.

De acordo com Velarde (2007), a coordenação de políticas públicas também possibilita o alcance dos seguintes objetivos: “a) evitar ou minimizar a sobreposição ou superposição de políticas públicas; b) reduzir as inconsistências das políticas; c) assegurar as prioridades políticas e destacar a coerência e coerência entre elas; d) atenuar o conflito político-bipartidário; por fim, e) promover uma sociedade inclusiva e cooperativa” (PETERS, 2002).

A seção que segue, define os objetivos do estudo com a ótica para examinar as soluções para as questões já colocadas.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral:

O objetivo geral foi identificar os efeitos da assistência técnica e extensão rural na segurança alimentar e na renda das famílias quilombolas que receberam o serviço de assistência técnica no âmbito do PDHC II.

4.1.1 Objetivos específicos:

Os seguintes objetivos específicos foram definidos com a intenção de alcançar o objetivo geral do estudo:

- a) Avaliar os efeitos da assistência técnica sobre a segurança alimentar e nutricional dessas famílias;
- b) Compreender o papel do acesso às políticas públicas na composição da renda familiar dos agricultores;
- c) Identificar os efeitos positivos e negativos da implementação da Ater para as famílias quilombolas atendidos pelo projeto.

5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação, apresenta 5 capítulos, sendo: **Capítulo 1**, a Introdução, é abordado a contextualização; problemática de pesquisa, justificativa, objetivos geral e específicos e finalizando com a estrutura do trabalho. Através dessa distribuição, se obteve a oportunidade de mensurar os aportes na escolha dos assuntos da pesquisa. **Capítulo 2**, descreve a fundamentação teórica deste estudo. Iniciando com um breve histórico expostos os aspectos da Assistência técnica e Extensão Rural, abordando a linha temporal do ATER, seguindo com conceitos sobre Serviços de Ater e agricultura familiar e a Lei de Ater- de N.º 12.188/2010. Posteriormente, conceitos da Segurança Alimentar, Renda, Políticas Públicas, seguindo com Semiárido Brasileiro, o conceito do Projeto Dom Helder Câmara, e por fim os quilombolas. Seguindo no **Capítulo 3**, os métodos e técnicas de pesquisa são descritos em detalhes, abrangendo a metodologia utilizadas para coleta e análise de dados, apresentando os instrumentos e o desenho da pesquisa, a abordagem do procedimento metodológico e as ferramentas de coleta de dados utilizados. A partir do **Capítulo 4**, foi apresentado a análise e discussão dos dados da pesquisa, incluindo os questionários estruturados e semiestruturado e o estudo de caso; nesse capítulo os objetivos específicos apresentados nessa dissertação, foram alcançados. Finalmente, o **capítulo 5**, discute as considerações finais, como contribuições da pesquisa para estudos futuros e as limitações.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

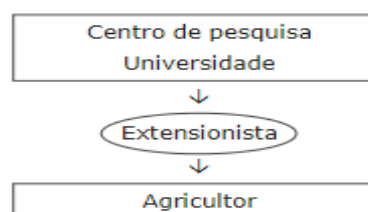
Nesta repartição do capítulo 2, dividida em subitens, serão expostos os aspectos do Método de Paulo Freire que fundamentam e conceituam a Assistência Técnica e Extensão Rural prestada aos beneficiários do PDHC, abordando a linha temporal do ATER, segurança alimentar, a renda, políticas públicas, o Semiárido brasileiro o Projeto Dom Helder Câmara e os quilombolas; destacando o conceito e a sua linha de tempo.

6.1 Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER

Como reflete Mesquida (2013), a teoria da educação de Paulo Freire abrange a prática da alfabetização de adultos, no Brasil e no mundo, e não surgiu só na leitura de autores que atuam na política, na sociologia e na filosofia da educação. Assim, segundo o autor, a educação no campo abordado pelo pensamento e o método Paulo Freire aborda o diálogo entre cultura e natureza, a partir do princípio de mulheres e homens enquanto produtores de cultura. Partindo do pressuposto que a Extensão Rural abrange métodos educacionais, é essencial compreender suas origens.

Fonseca (1985) aborda as origens da Extensão Rural, que remontam após a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos, que marcou a passagem da agricultura agrária para a industrial nos Estados Unidos. O Trabalho Cooperativo de Extensão Rural foi fundado pelo governo federal da América do Norte em 1914. Fonseca (1985), afirma que nessas circunstâncias, a extensão americana criou um elo com universidades, centros de pesquisa e populações rurais, dando origem ao modelo "clássico", concebido por meio de um agente de extensão que conecta pesquisa e agricultura (figura 1).

Figura 1 - Modelo clássico de extensão.



Fonte: Adaptado por Fonseca, 1985.

Ao se tratar do modelo clássico da difusão, Fonseca (1985), nos remete ao grande mentor desse modelo com a mesclagem da tecnologia, Everett Mitchell Rogers:

De acordo com a teoria difusionista de Rogers, a difusão e alocação de ideias novas significa “transferência de certos traços de cultura de uma das áreas civilizadas a outra não civilizada”. Se distingue, geralmente, a difusão por migração

da população e por contato da população. “O fato cultural que surge pode ser material (uma técnica, um instrumento) ou moral (uma instituição, um costume, etc.)” (p.44)

O pensamento de Rogers, sustenta na teoria pedagógica, afirmando que mudando os comportamentos da população da área rural, incluindo novas tecnologias para alcançarem o desenvolvimento econômico e social para sanar seus problemas.

Segundo Fonseca (1985, p. 593 *apud* Oliveira, 1999), o cenário celebrado inicialmente sobre a estruturação da Ater no Brasil se deu em 1948, começando os serviços através das instituições de Extensão Rural, correlacionadas devido às reuniões realizadas através de Brasil e os Estados Unidos, que resultaram na introdução do projeto-piloto em Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo e a Arca em Minas Gerais. Com isso, várias organizações de ATER foram surgindo, seguindo o modelo da Arca e disponibilizando Assistência Técnica.

Segundo Oliveira (1999), finalizando o ano de 1950, a Ater já estava presente em metade dos estados brasileiros, na Região Sudeste e Sul, atuante em todos os estados e assim ampliando para o estado do Centro-Oeste (Goiás) e do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba). Com essa dilatação da Arca no país, foi efetivado a formação de um serviço de ATER, e em 1956 foi administrado pela entidade privada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (CAPORAL, 1988).

Para Castro e Pereira (2017), a origem da Ater no Brasil, ocorreu nos anos de 1940, com a concepção da Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais- Acar, resultado das observações feita ao governo mineiro, através do Nelson Rockefeller, empresário norte-americano, que enfatizou a necessidade da criação de uma organização que desempenha um papel em favor das melhorias de condições de vida sociais e econômicas no meio rural. Através do modelo desenvolvimentista, que inclui o capitalismo nas produções rurais do país, fizeram com que os agricultores se incorporassem aos mercados de financiamento para acessarem ao crédito rural, de insumos e comercialização. A partir dos anos 60, a agricultura começou a enfrentar várias transformações, ocasionadas pelos avanços nas políticas públicas e a revolução verde.

O termo "Revolução Verde" refere-se à difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento significativo da produção, principalmente nos países menos desenvolvidos, e que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970 como resultado da modernização das técnicas empregadas. Ninguém pode negar que essa revolução trouxe inúmeras consequências sociais e ambientais negativas, segundo José Maria Gusman Ferraz, pesquisador de pós-doutorado em agroecologia da Universidade de Córdoba, na Espanha, e membro da Associação Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), (OCTAVIANO, 2010).

Segundo o mesmo autor, essa revolução foi implantada no país nas décadas de 1960 e 1970, no período da ditadura militar, compartilhando características com o resto do mundo, uma vez que o modelo mantém a premissa de que a agricultura pode ser industrializada. Um dos efeitos mais notáveis da modernização dessa indústria é o surgimento de monoculturas com plantas híbridas, bem como seu forte apoio a energias não renováveis como agrotóxicos, defensivos e fertilizantes, além de sua intensa mecanização e alteração genética de alimentos, ambos são muito debatidos nas discussões sobre segurança alimentar. Devido às incorporações de novas tecnologias, incentivos para a criação de instituições de pesquisas agropecuárias foram cada vez mais presentes, e assim, surgiram profissionais de ATER (CASTRO; PEREIRA, 2017).

O Governo Federal reconheceu a ABCAR e seus parceiros como instituições públicas em 1961, por meio do Decreto nº 50.622, reconhecendo que seriam apoiados por recursos públicos federais para dar continuidade ao seu trabalho. O governo defendeu que o serviço Extenso Rural deveria fazer parte da política agrícola do governo para aumentar a produção e a produtividade por meio de assistência financeira, técnica e social e garantir uma resposta coordenada e uniforme nas regiões ou áreas afetadas pela reestruturação da estrutura fundamental. (FONSECA, 1985).

Como enfatiza a mesma autora, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER) foi criado em 1974 com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), vinculada ao Ministério da Agricultura. A EMBRATER foi fundada segundo o Decreto n.º 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, e Lei n.º 6.126/74. As organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ACARs) estão sendo gradualmente descentralizadas pelos estados, e uma variedade de empresas e outras estruturas patrocinadas pelo governo, incluindo a EMATER, surgiram como resultado. Como resultado desse novo sistema, ele cunhou a expressão "assistência técnica", ou SIBRATER, que foi adotada por instituições não ATER.

De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural- INCAPER, relata que "assistência técnica e extensão rural" é definida como "um serviço de educação não formal e continuada que promove processos de "gestão, produção, beneficiamento e comercialização de agropecuários e não agropecuários, incluindo agroextrativistas, florestais e artesanais" (INCAPER, 2022). Callou (2007, p.3) enfatiza os resultados dessas ações locais, afirmando que "a transmissão do conhecimento favoreceu o surgimento oficial do Extensão Rural no Brasil". Em determinado momento da história brasileira, a essência do padrão americano, uma extensão rural, era vista como uma forma de crescimento educacional.

Desde 2003, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) auxilia os serviços públicos e propõe um modelo de desenvolvimento sustentável, tornando-se Lei Federal em 11 de janeiro de 2010 - Lei n.º 12.188, destacando suas normas e conceitos de uma

pedagogia dialógica e participativa. Constatou-se que a prática de ATER no país não se conformava de imediato a esses princípios e diretrizes, como constata as práticas extensionistas realizadas por diversas organizações de ATER, com algumas notáveis exceções (ANATER, 2022). Algumas contraditórias com a abordagem pedagógica apontada na PNATER (MDA, 2010). Pensando na teoria da educação de Paulo Freire, a PNATER estabelece que a nova ATER deve operar sob uma prática dialógica e construtivista. Verificamos através desse foco, a existência na política, uma vez que o diálogo, não tem uma base construtivista, mas tem uma base pedagógica como forma de prática de libertação (FREIRE, 2007).

Freire (2000), contempla a educação como processo de emancipação e transformação do mundo, em que o papel do educador não é o de convencer o educando, mas de vencer com ele, construir junto: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”,

(...) a ação do extensionista se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale a dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão (FREIRE, 1977, p.20).

São frequentes os relatos de obstáculos ao efetivo funcionamento de um serviço de caráter educacional, bem como nas instituições que prestam o serviço, com base nas pesquisas e experiências obtidas na área de extensão rural. A maior parte das críticas recai sobre a descontinuidade do processo, uma vez que, pela lei de ATER (2010), a extensão rural seria realizada por meio de concursos públicos com duração de dois anos, com opção de prorrogação por mais dois anos (CAPORAL, 2011). Segundo o MDA (2010), o princípio norte é: “Adoção de metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e multicultural, com o objetivo de construir a cidadania e democratizar as políticas públicas” (Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010). Com isso, a expectativa era ampliar as bases para a abordagem de ATER que a PNATER exige.

Com a modernidade, o rural se expande para incluir novos conceitos, principalmente os relacionados à comunicação, "considerando organização e participação popular, questões de gênero, questões ambientais e novas formas de produção rural como turismo, artesanato e serviço " (TAUK SANTOS; CALLOU; 2006, p.79). Esses detalhes sobre a história dos serviços de extensão rural no Brasil podem ser usados como ponto inicial para analisar a mesma questão hoje. Callou (2006), adota vários significados pela extensão rural; para ele, é "polissemia e memória",

² De acordo com a EMCAPER (2021), descrita na [Lei 12.188 de 2010](#) que define a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como “o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.”²

uma vez que, sua instalação em uma única cidade brasileira, sempre foi apresentada como uma variedade de conceitos, e ainda ocorrem transformações.

Destacando o público beneficiário da ATER, Ferreira (2008), em sua dissertação, conclui que o serviço de ATER Quilombola apresenta um baixo índice de efetivação nas comunidades, destacando esse assunto nas pesquisas. Alega-se que nem todos conhecem o papel da extensão com seus princípios e seis recortes étnico-racial (FERREIRA, 2008). Não é uma tarefa fácil incluir a extensão rural nas práticas e discursos das comunidades quilombolas. Anjos (2006), afirma que antes de fazê-lo, é necessário incorporar uma técnica ou padrão de ATER que honre o costume e a tradição quilombola, pois existem amostras de trabalho e de vida quilombola que os diferenciam de outras etnias.

Dos quilombos históricos à contemporaneidade, o campo da educação produz uma quantidade significativa de trabalho. Em estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisou-se como a escola Quilombo dos Palmares integra a formação política e acadêmica. De acordo com Santos (2014), a formação de políticas dessa escola é uma de suas primeiras iniciativas. Segundo a autora, as lutas de classe não fazem mais parte da educação.

A característica singular que aproxima a dimensão do quilombo no período colonial às mais recentes formas organizativas dos quilombos contemporâneos está presente nas práticas econômicas desenvolvidas, cujos modelos produtivos agrícolas estabelecem uma necessária integração à microeconomia local com vistas à consolidação de um uso comum da terra (BRASIL, 2004, p. 10).

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), em sua mais recente encarnação denominada por Callou (2006), visa abordar questões de desenvolvimento local como a produção não agrícola e a agroecologia, que também são relevantes na Política Nacional de Assistência Técnica (BRASIL, 2010).

Na década de 1990, com o Grito da Terra Brasil, o termo "ruralização extensiva" passou a ser utilizado em conjunto com as comunidades, sendo utilizado principalmente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (ARAÚJO, 2018). A criação do PRONAF é um dos desenvolvimentos recentes mais notáveis das políticas públicas para a classe média rural brasileira. O surgimento desse programa significa o reconhecimento e legitimação do Estado das características únicas de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que antes eram chamados de pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência, (SCHNEIDER, *et al.*, 2004).

O principal objetivo da estratégia do ATER é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e, simultaneamente, proporcionar um aumento na qualidade de vida das pessoas. Em contrapartida, os serviços de ATER estão frequentemente vinculados à modernização agrícola e suas consequências desejadas e indesejadas nas dimensões econômica, social e ambiental, (SANTOS, 2014).

6.1.1 Serviços de ATER e agricultura familiar

O trabalho de assistência técnica e extensão rural (ATER), desde os tempos da monarquia até a década de 90, do século passado, vem demonstrando características institucionais públicas à expansão de novas tecnologias com o intuito de modernizar a agricultura brasileira, no ajuste da produção industrialização (ÁVILA, *et al.*, 2015).

Segundo os autores, o principal canal de políticas públicas para a produção agropecuária é a Assistência Técnica Extensão Rural (ATER), que tem evidência na formulação e implementação de políticas públicas para a produção agropecuária no Brasil, em colaboração com outros pilares estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA).

A palavra "extensão rural" também pode ser entendida como política pública. Neste caso, estou me referindo às políticas de extensão rural que podem ser realizadas tanto por organizações públicas quanto privadas, mas são geralmente implementadas ao longo do tempo pelos governos (federal, estadual ou municipal). O foco deste estudo está principalmente na aplicação do terceiro significado do termo "extensão rural" (apesar de já existirem vários estudos sobre esse tema no sentido de processo), bem como nas instituições estaduais de Ater e seu histórico, (PEIXOTO, 2008).

Quadro 1: Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural - 1948-1974.

1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE, PE, BA)
1955	ASCAR, ACARESC
1956	ABCAR, ACARESC
1957	ACAR-ES
1959	ACAR-RJ
1958	ACAR-GO, ACARPA ¹
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas a primeira em SE.
1963	ANCAR: autonomia de RN, AL, MA e BA
1964	ANCAR: autonomia de PE, PB e CE
1965	ACAR- Pará, ACAR- MT
1966	ANCAR-PI, ACAR -AM
1967	ACAR- DF
1968	ACAR- AC
1971	ACAR- RO
1972	ACAR- RR
1974	ACAR- AP

Fonte: PEIXOTO, 2008.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural receberam um tratamento específico na legislação brasileiro, embora ainda limitado, somente após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991³, que dispõe sobre a Política Agrícola. Conhecida como Lei Agrícola, no Capítulo V, que trata especificamente da Ater, foi estabelecido que:

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

I - Difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;

II - Estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;

³ Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.171-1991?OpenDocument.

III - Identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais; IV - Disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais. Observe-se que a Lei no 8.171, de 1991, ao não conceituar assistência técnica e extensão rural, permite interpretar os termos empregados nos sentidos de processo, política ou organização, como propostos no início do presente Estudo.

Já o art. 17 prevê a manutenção (uma política) pelo Poder Público de um serviço oficial de Ater (sentido de organização), mas sem esclarecer se será atribuição dos governos federal, estaduais, ou municipais.

O mesmo autor aponta que a Embrapa, a quem pelo Decreto n.º 99.616, de 1990, competia coordenar o Sibrater, chegou a criar em sua estrutura uma Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER/Embrapa) e elaborar um Plano de Ação Estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/1995), (SEPULCRI, 2005; MARQUES, SILVEIRA e CÓRDOVA, 2006). Todavia, apesar do Plano elaborado, a Embrapa não conseguiu exercer o mesmo papel coordenador, desempenhado pela extinta na Internet nenhuma menção referente à implantação.

Por meio da Subcomissão de Agricultura Familiar, Extensão Rural e Energias Renováveis da Câmara dos Deputados, a mobilização iniciada em 2005 chega ao Congresso Nacional. Uma série de fóruns abertos foi realizada em 2011 para apresentar e discutir a ideia de criar uma organização nacional de supervisão de ATER no país (ANATER, 2022). Em 2012, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou a proposta de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Na redação proposta, a Anater teria os seguintes atributos:

- Implementar a política nacional de assistência técnica e extensão rural;
- Coordenar, articular e gerenciar o Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater);
- Elaborar, coordenar e gerenciar o Programa Nacional de Ater (Pronater);
- Alocar os recursos do Fundo Nacional de Ater (Fundater) e outros operacionalizados pelo Pronater;
- Acompanhar a elaboração e execução dos programas estaduais de ater;
- Avaliar a eficiência, efetividade e os impactos dos serviços públicos de ater.

Além disso, foi aprovada uma alteração que modificou o Projeto de Lei n.º 5.740/2013 para criar a Anater e estabelecer um orçamento separado para a agência com recursos fornecidos pelos Estados Unidos. A medida garante a capacidade da Anater de investir e disponibilizar recursos para o fortalecimento e desenvolvimento das entidades de extensão rural. A Câmara dos Deputados realizou audiência pública em abril de 2014 para a regulamentação da Anater (ANATER, 2022).

Segundo o mesmo autor, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei n.º 12.897, de 18 de dezembro de 2013, o Presidente da República publicou o Decreto n.º 8.252 em 26 de maio de 2014, criando a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), um pessoa jurídica privada com direito privado que não serve para fins comerciais ou lucrativos.

6.1.2 A Lei de N.º 12.188/2010 - Lei de ATER

Dialogar sobre Extensão Rural no Brasil nos últimos anos, aborda reflexões de autores como Caporal e Ramos (2006), que especificam a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como influência de mudanças no espaço rural ao modo de vida da população, na qual é atribuída a agentes ou por pessoas do meio, na produção agrossilvopastoril.

Com a nova Lei Ater, abordada por Ávila *et al.* (2015), promulgada pela Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, serão feitas as alterações necessárias para a implementação das diversas políticas públicas de ATER no Brasil. É um conjunto de propostas de duas partes que estabelece um novo paradigma operacional e proporciona novos arranjos na organização dos serviços públicos e privados da ATER. Mudar as ferramentas usadas na política exige uma nova lógica, e toda inovação exige ajustes. As mudanças mais significativas foram a alteração da Lei 8.666, promulgada em 21 de junho de 1993 (que extinguiu o procedimento licitatório). Segundo os mesmos autores, ao colocar em prática essa mudança, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o executor que está um dos mais poderosos formuladores de políticas de ATER do país, lançou uma nova versão do instrumento de chamada pública, em que o valor a ser pago pelos serviços é determinado como forma de justificar a falta de licitações.

Da mesma forma, a ATER continua atrelada prioritariamente ao crédito. Segundo Pettan, o orçamento destinado ao apoio das ações de assistência técnica, cresceu de 18 mil no ano-safra 2003/2004 para 626 mil no ano 2009/2010 (PETTAN, 2010, p. 204), justificando o acompanhamento de grande parte das empresas de ATER oficial e de ONGs aos princípios ditados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA. Apesar do alinhamento de interesses, o próprio governo buscou mudar os paradigmas da ATER e ampliar a composição das organizações prestadoras de serviços de assistência técnica por meio do Departamento de Agregação de Valor.

6.2 Segurança alimentar

Abrandh (2006), afirma que o problema da fome sempre existiu na história brasileira. O objetivo da segurança alimentar surgiu em 1986 como uma proposta de política de redução formulada por tecnocratas sob a direção do Ministério da Agricultura. Limitava e avaliava o estado nutricional de uma pessoa e abordava a desnutrição infantil, mas destinava-se à vigilância dietética e nutricional e tinha apenas um número limitado de implicações práticas.

Cinco anos após a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) ter abordado pela primeira vez o tema da segurança alimentar e nutricional como um direito humano no Congresso Mundial de Nutrição em Roma, em 1996, um novo Congresso Mundial de Nutrição reconhece e promulga esse direito, atribuindo-o à obrigação do Estado. O conceito supracitado combina às dimensões nutricional e alimentar. A primeira reflete a acessibilidade, que inclui aspectos relacionados à produção, distribuição, comercialização e acesso de alimentos; a segunda concentra-se mais na seleção, preparação e consumo de alimentos, bem como na forma como esses fatores se relacionam com a saúde (ABRANDH, 2006).

No entanto, as questões de acesso foram destacadas como sendo devido à falta de renda, como afirma o mesmo autor, assim a FAO acrescentou o termo "equidade" (acesso universal) às qualidades de disponibilidade relacionadas a alimentos básicos, como suficiência, autonomia e sustentabilidade. E a agricultura surge como componente estratégico dentro de um paradigma de desenvolvimento. Em 1991, foi divulgada no Brasil a proposta do "Governo Paralelo" de uma política nacional de segurança alimentar.

Em 1993, o governo Itamar Franco aceitou a proposta como base para, entre outras coisas, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Além de ajudar na questão agroalimentar (agrária de produção agrária e agroindustrial) bem como a fome na Política da Agenda Nacional, o CONSEA também realizaria ações legislativas concomitantes ao combate à fome (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1995). No entanto, as questões de acesso destacaram a falta de renda, razão pela qual a FAO acrescentou o termo equidade às características de disponibilidade relacionadas a alimentos básicos: suficiência, autonomia e sustentabilidade. E a agricultura surge como componente estratégico dentro de um paradigma de desenvolvimento.

Com isso, o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999. Suas diretrizes estabelecem que, no âmbito da segurança alimentar e nutricional, estão alinhadas à articulação intersetorial das ações dietéticas e nutricionais com a objetivo de assegurar a efetividade do direito humano à alimentação com base no acesso universal à alimentação. A capacidade de sobrevivência de uma pessoa depende de sua capacidade de comer

e se alimentar adequadamente, o que também promove o desenvolvimento humano, incluindo o engajamento cívico e a qualidade de vida. O Estado, a Sociedade e os Indivíduos devem ter a consciência de que é responsabilidade de todos que esses Direitos Humanos sejam realizados. (PNAN, 1999).

Nesse cenário, a Política Nacional de alimentação e Nutrição (PNAN), se transforma em referência política fundamental para a efetiva implementação de políticas públicas relacionadas à nutrição e alimentação no marco da proposta internacional de combate ao smog. O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) foi incorporado à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) segundo a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (Lei 11.346, de 15 de julho de 2006), (CONSEA, 2004).

Portanto, a segurança alimentar refere-se tanto às condições de vida adequadas quanto às condições nutricionais, ressaltando que nenhum indicador pode considerar os inúmeros fatores que compõem essa medição. Qualquer mudança nesses fatores, que se enquadram na categoria de "segurança nutricional e alimentar" (SAN), como acesso à terra, água, renda, alimentação, emprego e serviços públicos, aliada às vulnerabilidades socioeconômicas, coloca as pessoas em risco de condições sociais adversas e uma variedade de riscos dietéticos e nutricionais que podem comprometer sua plena capacidade de crescimento e desenvolvimento (LANDIM, *et al.*, 2016).

Há cerca de dez anos, as questões relativas à nutrição e à dieta têm sido abordadas do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. Atualmente no nosso país, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, sendo um órgão responsável por desenvolver e estabelecer políticas de segurança nutricional e alimentar relacionadas com a totalidade dos procedimentos do Programa Fome Zero. Este programa desenvolve um conjunto de três ações e programas administrativos e não administrativos interligados por meio de quatro eixos: maior acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de processos de geração de renda, mobilização social e controle social (BRASÍLIA, 2005).

Os principais programas são: Bolsa Família, Alimentação Escolar, Construção de Cisternas, Restaurantes Populares, Banco de Alimentos, Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Alimentação e Nutrição de Povos Indígenas, Educação Alimentar e Nutricional Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Aquisição da Agricultura Familiar, entre outros (BRASÍLIA, 2005).

Na década de 1990, uma ferramenta para avaliar a insegurança alimentar foi desenvolvida nos Estados Unidos. Posteriormente foi modificado e aplicado em muitos países e/ou com

diferentes recursos financeiros. Blumberg e colegas desenvolveram uma escala de avaliação com seis questões com base na versão original norte-americana. A escala também foi modificada no Brasil reuniu cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT), onde é amplamente utilizada e conhecida como Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). No entanto, algumas consultas não utilizam a EBIA devido ao número substancial de perguntas e ao custo associado à sua aplicação. Foram propostos estudos nacionais para avaliar o nível de segurança alimentar usando a escala americana de seis itens (SARDINHA, *et al.*, 2014).

Segundo os mesmos autores, o instrumento de coleta de dados incluiu a renda familiar e o consumo diário de alimentos e para a zona rural acrescentou variáveis relacionadas à produção agropecuária e à produção de alimentos para autoconsumo. Os resultados do estudo de validação indicaram que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) pode ser disponibilizada como uma ferramenta altamente válida para o diagnóstico de (in)segurança alimentar no Brasil.

De acordo com Kepple e Segall (2011):

“... a escala adaptada e validade para a realidade brasileira, aplicada isoladamente, não é adequada para medir a complexidade de um fenômeno multidimensional e interdisciplinar com a SAN. Entretanto é útil para as estimativas de prevalência dos diversos níveis de IA para identificar os grupos populacionais de risco em nível local e para estudos das consequências da IA. (Porém), ... ainda é necessário para o estudo dessa condição em populações específicas, como são as etnias indígenas do país e grupos remanescentes de quilombos. ”

O critério utilizado em nível doméstico para classificar a insegurança alimentar das famílias é descrito a seguir.

Figura 2 - Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: SARDINHA, *et al.*, (2014).

Esta pesquisa utilizou a escala curta, composta apenas das 8 primeiras perguntas para adultos, disponibilizadas à esta pesquisadora. Desta forma, os domicílios de agricultores foram classificados tais como as “famílias sem menores de 18 anos”.

6.2.1 Segurança Alimentar e Ater

O Projeto do Milênio foi especificamente estabelecido pela Secretaria-Geral das Nações Unidas em 2002 para desenvolver um plano de ação concreto para o mundo, reverter o atual ciclo de pobreza, doenças e condições opressivas que afetam bilhões de pessoas. De acordo com esse projeto, a maioria das pessoas "pobres" vive em áreas rurais de nações em desenvolvimento. Construir o que é conhecido como um sistema de segurança alimentar para esses agricultores historicamente desprivilegiados é uma tática para piorar a situação. Ou, dito de outra forma, a partir dessa identificação, eles se tornaram alvo dos esforços dessa instituição no combate à pobreza rural por estarem fora da linha de pobreza. Essa missão no Brasil é realizada por empresas que prestam assistência técnica e extensão rural (EMATER) e organizações não governamentais que lidam com questões rurais. Essa direção implicou a necessidade de discutir mais um modelo de desenvolvimento rural. Esta "nova" proposta de desenvolvimento rural inclui a construção da segurança alimentar dos "pobres" agricultores como um de seus princípios norteadores. Ainda em causa, a capacidade dos técnicos de campo destas instituições de ATER de se tornarem mediadores deste grupo populacional porque, sobre a luz da situação atual, (POZZEBON, 2017). Dessa forma, eles "precisam" desses profissionais para ter acesso a determinados recursos e participar de determinados fóruns de debate.

O mesmo autor enfatiza que é importante notar que o termo "segurança alimentar" pode assumir vários significados quando utilizado como parâmetro de políticas públicas e, por isso, pode se tornar um termo contencioso. Parte da premissa é que cada instituição tenha sua própria percepção da questão da segurança alimentar. Como resultado, as ações que estão sendo desenvolvidas pelas instituições de desenvolvimento rural em relação à formação do conceito de segurança alimentar podem ter diversos objetivos e conteúdos.

O surgimento do agricultor quilombola coincide com a expectativa de que as instituições de ATER sejam reconstruídas em torno da implementação de projetos de desenvolvimento rural que possam potencialmente mitigar a degradação ambiental e combater a pobreza rural. Os técnicos de campo das instituições de ATER tornam-se importantes para o cumprimento desta missão nesta "nova orientação" para pensar o desenvolvimento rural. Esse paradigma de assistência técnica aposta na ruptura do pensamento do profissional de extensão rural, ou, dito de outra forma, aposta na capacidade do profissional de se transformar em mediador (NEVES, 1998). Dessa maneira, a nutrição engloba uma ampla gama de fatores, como proibições e autorizações, conteúdos simbólicos e cognitivos relacionados a classificações sociais, percepção humana e suas relações com as substâncias ingeridas, todos com impacto significativo no desenvolvimento do conhecimento nutricional e práticas (WOORTMANN, 1978).

6.3 RENDA

6.3.1 Renda Agrícola

Como é habitual, o termo "agrícola" é usado aqui para se referir a todas as atividades de produção agropecuária, incluindo criações e frutas. Silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura estão todos sob o guarda-chuva do setor agrícola. Todas as outras atividades econômicas, como as da indústria e dos serviços, são chamadas de atividades não agrícolas. É crucial distinguir a residência rural do setor agrícola. Com a conclusão do último Censo da População, o IBGE classifica as residências como rurais ou urbanas com base na lei que está em vigor. (HOFFMANN, 2011).

A compensação de recursos produtivos usados na produção de bens e serviços de uma economia, ou o pagamento de salários por meio de salários, é um dos componentes da renda que se desenvolve com coisas como rendimentos, taxas de juros e empréstimos, por exemplo (NOGAMI, 2012).

É difícil analisar a renda rural, mas é uma tarefa crucial porque, além de trazer resultados econômicos, ajuda a entender como os agricultores, principalmente aqueles classificados como agricultores familiares, tomam suas decisões e desenvolvem estratégias de uso dos recursos de sua propriedade disposição, (NUNES, 2009). As características dos estabelecimentos rurais e as atividades agropecuárias neles realizadas durante o desenvolvimento – ou seja, aquelas atividades relacionadas ao sistema de produção que geram receita agrícola – bem como atividades não relacionadas que geram receita não agrícola – determinam seu nível de renda (PINTO *et al.*, 2016).

Quanto à renda agrícola, é obtida por meio das atividades agropecuárias de um estabelecimento rural, Lima *et al.* (2005, p. 75) dizem “[...] *que a renda agrícola representa o valor agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar seu patrimônio*”

Com isso, inúmeros estudos sobre a renda dos estabelecimentos rurais têm sido realizados no Brasil (SILVA *et al.* 2008; MOCHIUTI *et al.* 2011; PINTO *et al.* 2016; entre outros), visando compreender como desenvolveu e busca novas formas de geração de renda para a classe média rural. Silva *et al.* (2008) utilizaram a análise de regressão múltipla para analisar a rentabilidade de pequenas propriedades rurais em Painel, Carolina do Sul, com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a formação da renda bruta das propriedades. Em contraste, Mochiuti *et al.* (2011) desenvolveram um estudo que examinou a composição da renda em estabelecimentos rurais no município de Tup (SP) utilizando a ferramenta estatística de análise de regressão múltipla.

Ressaltaram o uso das áreas para reforma do pastagem como um dos fatores que podem ter efeitos positivos e negativos na composição da renda total.

6.3.2 Renda Bruta e Renda Monetária

Conforme Echenique (1999), existem muitas definições de agricultura familiar e impõem três condições à estrutura conceitual: (i) a principal ocupação e fonte de renda da família é a agricultura; (ii) a maioria da força de trabalho empregada na exploração é composta por familiares; (iii) e as unidades domésticas e de produção são integradas.

Agropecuário é todo de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado por uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa ou solo com culturas permanentes e extensas, inclusive hortaliças. Não estão incluídos nem a horticultura doméstica, nem os condomínios. Os limites de uma mesma unidade administrativa que foram ocupados sob várias condições legais (incluindo propriedade, entrega e ocupação livre) foram considerados um único estabelecimento. As áreas confinadas que pertenciam a um único proprietário, mas foram cedidas a várias administrações, eram consideradas estabelecimentos separados. As áreas investigadas em regime de parceria também foram consideradas estabelecimentos distintos quando a sua administração foi realizada pelos respectivos parceiros, (NUNES, 1999).

Conforme o mesmo autor, a diferença entre receitas e despesas durante o período de referência é conhecida como Renda Agrícola Monetária Bruta (Ramb). Trata-se de receita monetária, pois não é considerado o valor do produto utilizado no estabelecimento e também não é refinado porque não foi afetado pela depreciação dos equipamentos e móveis.

A receita, segundo a definição do Censo (1996), não é a variável ideal para representar o valor bruto da produção, pois, além de desconsiderar o autoconsumo, inclui também as receitas da venda de máquinas, veículos e implementos usados, que correspondem à depreciação e não à receita operacional. No entanto, o valor dessas transações é bastante baixo (em São Paulo, chega a 0,4% do total de transações), portanto é possível desconsiderá-las sem que isso tenha impacto material na análise.

Conforme aponta Nunes (1999), a “Ramb” serve como indicador precursor da produção do estabelecimento agropecuário. O termo "autoconsumo", ou o produto que os familiares consomem em seu próprio estabelecimento, não aparece na Ramb, como os "retidos" estoques. O fato de o responsável do estabelecimento declarar os valores de suas receitas e despesas pode introduzir um viés por subestimar o primeiro e ultrapassar o último. No entanto, mais significativas do que essas dificuldades metodológicas são as questões relacionadas ao horizonte temporal e ao ciclo de vida

do estabelecimento. Um ano não é tempo suficiente para avaliar o desempenho de uma atividade com um ciclo de produção bastante longo e sujeito a risco climático. A ocorrência de um ano de dano (Ramb negativo) não indica necessariamente ineficiência, pois a rentabilidade do estabelecimento na mediana de anos bons e anos bem sucedidos pode ser satisfatória. Além disso, é possível que as despesas associadas a investimentos que ainda não atingiram a maturidade causem uma redução na Ramb. Finalmente, existem estabelecimentos com Ramb negativo, uma vez que a sua finalidade principal não é a produção agrícola. Exemplos desses estabelecimentos incluem áreas de recreação, hotéis-fazenda e outros locais utilizados para atividades rurais não agrícolas.

6.4 Políticas públicas

Alcançar as políticas públicas está se tornando a forma mais importante de compreender o próprio desenvolvimento, jornada e perspectivas. Originários de seus antecessores, considerados fundadores do campo das políticas públicas, como Laswell (1936), que desenvolveu a expressão da *policy analysis* em 1930 com o objetivo de equilibrar o conhecimento acadêmico e científico com a produção empírica de governos e como forma de estabelecer uma rede entre cientistas sociais e grupos de interesse sobre este estudo e o governo.

Mais tarde, em 1965, Easton definiu política pública como uma relação entre formulação, resultados e meio ambiente, em que a política pública recebe contribuições de partidos, mídia e grupos de interesse que influenciam resultados e efeitos (FREY, 1999; SOUZA, 2006). Dimenstein *et al.* (2020) ressaltam que as políticas públicas, em geral, têm vocação universal, adotarem muitas vezes um caráter voltado para a imposição de uma agenda neoliberal.

Apesar das muitas abordagens descritas pelos autores, as definições de políticas públicas geralmente têm uma visão holística do assunto, acreditando que indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses são importantes mesmo quando as opiniões sobre a importância relativa desses fatores variam (SOUZA, 2006).

As políticas públicas para o semiárido têm um marco histórico que remonta por volta de 1723 desencadeado pelas severas secas, crises humanitárias e severas desigualdades sociais que existiam naquela região. Por isso, o objetivo das políticas públicas é atender às características peculiares do Semiárido, formular estratégias que proporcionem maior acesso à sociedade e atendam às necessidades da população em geral com foco no desenvolvimento rural (AGUIAR, *et al.*, 2019).

Apesar das muitas abordagens descritas pelos autores, as definições de políticas públicas geralmente têm uma visão holística do assunto, acreditando que indivíduos, instituições,

interações, ideologias e interesses são importantes mesmo quando as opiniões sobre a importância relativa desses fatores variam, (SOUZA, 2006).

A região Nordeste, especificamente o Semiárido são identificados através das mazelas socioeconômicas devido à estiagem e seca que duraram longos períodos, a saber, a grande seca de 1877 a 1889, causou a morte de milhares de pessoas no Estado do Ceará, bem como em outras localidades desta região (LEMOS et al., 2002). Este território distingue-se por ser uma região com quadrantes climáticos extremos, muitas vezes conhecido como o “binômio seca-chuva”, sendo a temperatura predominante seca (TRAVASSOS et al., 2013). Neste sentido, a uma polarização da política públicas combinadas ao Nordeste, no século passado, com a visão para o combate à seca. (CAMPOS, 2014). Inúmeras propostas de periodização de períodos entre as décadas de 1970 e 1990 foram desencadeadas pela evolução dessas políticas (ANDRADE, 1970; CARVALHO, 1988; MAGALHÃES; GLANTZ, 1992).

As análises compartilham um tema comum que se concentra nas políticas de combate à seca, por exemplo, Andrade (1970) estruturou-os em quatro fases: 1) humanitária; 2) intervenção e sistematização com estudos e obras, também denominada fase hidráulica; 3) diferenciação; e 4) integração do desenvolvimento regional e promoção universitária. O estudo desenvolvido por Campo, (2014), aponta cinco períodos: a. Defrontando-se com as secas (1583-1848); b. A busca do conhecimento (1849-1877); c. A hidráulica da solução (1877-1958); d. A política do desenvolvimento em bases regionais (1959-1991); e. O gerenciamento das águas e as políticas sociais (1992). O mesmo autor destaca em seu livro que o primeiro período (1583-1848) se distingue pelos primeiros registros oficiais da colonização espanhola desta região. A abertura das sessões do Instituto Histórico Geográfico (IHGB) em 15 de dezembro de 1849, pelo imperador Pedro II, serviu para estruturar fortemente o segundo período (1849-1887). Essa fase é marcada pelas discussões em torno das secas, que levantam a questão de quão seriamente elas devem ser tratadas como uma questão nacional em termos de políticas públicas.

Santos *et al.* (2014), chamam a atenção para os diversos conflitos e eventos relacionados à escassez de água à luz dessa trajetória. Esses conflitos não apenas levam a inúmeras questões de justiça ambiental, mas também têm efeitos prejudiciais em grupos sociais que sofrem com a escassez de recursos há décadas. Nesse sentido, os autores ressaltam que, apesar da evolução histórica apresentada, o Estado desempenha um papel significativo no desenvolvimento de políticas de promoção do desenvolvimento do Semiárido desde a colonização do Brasil.

Diante disso, um dos pilares fundamentais para a evolução do paradigma de convivência com o Semiárido é o relacionamento, os saberes e práticas tradicionais integrados ao conhecimento científico e às alternativas tecnológicas que se relacionam com as diversas dimensões da realidade

– ambiental, social, cultural, política e econômica – são conhecidas como “tecnologias sociais” (PONTES; CAMPOS, 2013).

Foi assim que, a partir das últimas décadas do século XX, como as pessoas olhavam para o Semiárido. Na região, foram desenvolvidas e colocadas em prática políticas voltadas para melhorar a perspectiva de convivência (CARVALHO *et al.*, 2017).

6.4.1 Políticas atuantes no Semiárido

De acordo com Delgado, Bonnal e Leite (2007), o processo de articulação de políticas ocorre de forma mais efetiva no nível local/territorial, considerando as necessidades da população local. Relatórios recentes sobre a intersecção de programas sociais e territoriais, como Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Reforma Agrária e Previdência Social Rural, revelaram que essa mistura de políticas foi cada vez mais favorecida pelos agricultores familiares, recompensados por sua capacidade de manter e aumentar a produção nessas regiões (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Uma inovação recente nas políticas públicas do governo federal foi o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que previa uma rota de inclusão produtiva do meio rural com foco no Semiárido. Foi implantado em 2011. O objetivo era direcionar as políticas públicas de forma central e sequencial para estimular as famílias rurais em situação de extrema pobreza a aumentar suas atividades de produção de subsistência (AGUIAR *et al.*, 2019).

O pacote de política rural prioriza a inclusão da produção em particular (MELO, 2015):

a. Busca ativa: incluir no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) as famílias que porventura ainda não recebiam benefício do Programa Bolsa Família.

b. Recebimento de benefício especial para superação da extrema pobreza, por meio do Programa Bolsa Família.

c. Contratação por meio de chamadas especiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atender as famílias rurais em condição de extrema pobreza, de forma individualizada e contínua, iniciando com diagnóstico e elaboração de projetos produtivos de baixo investimento. Parte das chamadas eram voltadas exclusivamente para mulheres, e povos e comunidades tradicionais.

d. Água para Todos: levar para as famílias que já tinham cisternas de reserva de água para consumo humano, também tecnologias de água para produção de alimentos e criação de animais.

e. Fomento para as atividades produtivas rurais: no valor de R\$ 2.400,00 (a fundo perdido), transferidos em 3 parcelas, a fim de viabilizar a implantação dos projetos produtivos desenhados

pela assistência técnica, como a compra de insumos e equipamentos. Em 2013, o valor foi elevado para R\$ 3.000,00 para os agricultores com acesso para água para produção no Semiárido.

f. Recebimento de sementes adaptadas ao Semiárido produzidas pela Embrapa.

g. Em caso de excedente da produção, para além das necessidades de subsistência das famílias, os técnicos procuravam direcionar a produção para os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Buainain e Garcia (2013), destacam estratégias para aumentar a demanda por produtos da agricultura doméstica ao analisar as políticas para o Semiárido rural. Destaca-se nesta linha o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003 e integrado aos do Programa Fome Zero. Tendo em vista que uma parcela considerável dessa população vive em pequenas cidades, o programa visa a criação de armazéns de alimentos ou mesmo a realização de compras diretas a preços mais condizentes com a realidade local (MDA/SAF, 2011).

Outras modificações foram feitas no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) para garantir que pelo menos 30% dos recursos destinados às prefeituras para a merenda escolar sejam destinados à compra de produtos de fazendas locais, priorizando iniciativas de reforma agrária e comunidades tradicionais (MDA/SAF, 2011).

6.5 Semiárido Brasileiro

Tradicionalmente a região do Semiárido passa por longos períodos de estiagem e, mesmo em anos menos críticos, a precipitação ocorre em um período curto e variável. Isso compromete a disponibilidade de água e forragem durante o ano todo, resultando na redução e/ou perda da produção de lavouras de subsistência e do rebanho, gerando graves consequências socioeconômicas (BARCELLOS, *et al.*, 2008)

Nesse sentido, a região do Nordeste abrange a maior parte do Semiárido do país, que abriga metade dos agropecuários familiares do país (IBGE, 2012), a segunda maior população indígena do país (IBGE, Censo Demográfico 1991/2010), e o maior população quilombola do país. Podem ser encontrados nesta região, além das populações quilombolas, os seguintes povos e comunidades tradicionais: ciganos e extrativistas; pescadores artesanais; quebradeiras de coco de babaçu; ribeirinhos e terreiros (IBGE, Censo Demográfico 1991/2010).

MEDEIROS *et al.*, (2012) afirmam que 92,97% do território do Rio Grande do Norte está na região Semiárida, Pernambuco 87,60%, Ceará 86,74%, Paraíba 86,20%, Bahia 69,31%, Piauí 59,41%, Sergipe 50,67%, Alagoas 45,28% e Minas Gerais 17,49%. No entanto, quando se

considera a proporção da área territorial das grandes regiões, o Nordeste tem 56,46% de seu território na região Semiárida, o Sudeste tem 11,09 % e o país tem 11,53%.

A organização territorial do Semiárido Brasileiro (IBGE, 2017) está representada no mapa a seguir (Figura 3).

Figura 3 - Espaço geográfico do Semiárido brasileiro



Fonte: IBGE,2017.

De acordo com o último censo (IBGE, 2011), a população do Semiárido ultrapassa 22 milhões de pessoas, representando mais de 12% da população brasileira. De acordo com a Portaria nº 89 do Ministério da Integração Nacional, o Semiárido contém 1.135 municípios distribuídos em nove estados do nordeste da região (BRASIL, 2005). Essa consistência populacional resulta em uma demanda significativa por recursos naturais, principalmente recursos hídricos, que, combinados com um fator climático, podem agravar a escassez hídrica da região.

Os resultados das secas periódicas que ocorrem na área também marcam o imaginário social do Semiárido. Nessa região, a maior parte dos agricultores familiares enfrentam dificuldades devido à irregularidade das chuvas, provocando perdas periódicas de produção. No entanto, essas perdas ocasionadas pela ausência das chuvas, podem ser exacerbadas pela falta de tecnologias de tratamento de águas subterrâneas, bem como por administração única irregular (como falta de adubo orgânico e cobertura). Pesquisas realizadas por várias instituições, ressaltam a pertinência de introduzir essas tecnologias para aumentar a disponibilidade hídrica e a vista disso diminuir os riscos de perda da lavoura, especialmente com o armazenamento da água diretamente das chuvas (COSTA *et al.*, 2002; SILVA *et al.*, 2007a; MELO *et al.*, 2009, 2016). Ao destacar a região Nordeste, na qual a maior porcentagem de agricultores familiares brasileiros se situa, Del Grossi (2011), e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2014) recorrem a resultados do Censo, para

destacar que agricultura familiar é à parte predominante de todo contexto agrário regional nas delimitações da região semiárida.

Segundo Aquino *et al.* (2011, 2014), em relação ao Grupo B definidos como os agricultores familiares pobres, são o público da linha de microcrédito do Pronaf, que tem faturamento anual de até R\$3 milhões. De acordo com os autores, existem 2.416.127 instalações dessas características no Brasil, simbolizando mais da metade das famílias de agricultores do país. A maioria desses agricultores vive no Nordeste (1.567.863, ou 65 % do total), onde pelo menos 72 de cada 100 agricultores familiares pertenciam ao Grupo B.O estado de Minas Gerais, com 242.595 estabelecimentos, ocupa o segundo lugar na lista, com 51 % de suas famílias de agricultores localizadas no setor mais pobre da agropecuária nacional. Na região do Sul do país, os percentuais foram menos significativos, destacando cerca de 270 mil estabelecimentos de baixa renda em 2006. Essa parcela de agricultores foi esquecida no caminho traçado pela economia brasileira e, estão em um local muito marginalizado no Pronaf, no qual contribui essencialmente os segmentos mais rentáveis da agricultura familiar (CORRÊA e ORTEGA, 2002; GUANZIROLI, 2007; BELIK, 2014).

6.6 Projeto Dom Helder Câmara

Conforme o Manual de Implementação do Projeto (MIP, 2019), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) iniciou-se no ano de 2000, em decorrência do acordo de empréstimo n.º 494 - BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executado pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴ e posteriormente pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), incorporada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2019.

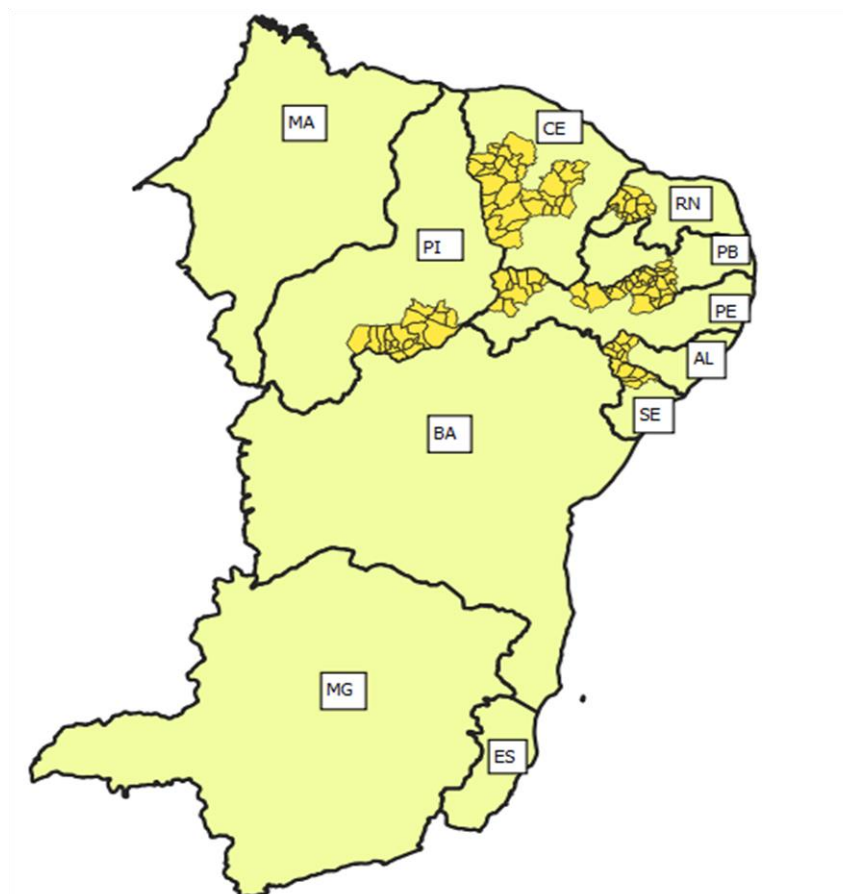
O PDHC I teve como principal objetivo produzir e difundir referências que apoiem o desenvolvimento local, participativo e solidário e norteiem ações de políticas públicas que possam combater a pobreza e promover o fortalecimento local (SIDERSKY, *et al.*2010). Realizar ações prioritárias de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável no Semiárido do Nordeste, a partir do conceito de convivência com o Semiárido, por meio de assistência técnica e acesso a políticas públicas afetando a agricultura familiar. Como será visto posteriormente, seis

⁴Guilherme Casse, 2016 Fonte: www.fetraconspar.org.br
http://www.fetraconspar.org.br/01backup/index.php?option=com_content&view=article&id=60779:2016-05-23-11-03-02&catid=162:politica&Itemid=84

estados (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram considerados na primeira fase. Em resposta à isso, Silva e Melo (2000) afirmam que a implementação é a execução de atividades que permitem que as ações sejam realizadas com vistas ao alcance das metas estabelecidas durante a formulação das políticas.

Dentro desses estados os territórios contemplados foram: Alto Sertão Alagoano, no estado de Alagoas; Sertão do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte; Inhamuns/Crateús e Sertão Central, no estado do Ceará; Cariri Ocidental, no estado da Paraíba; Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe, no estado de Pernambuco; Serra da Capivara, no estado do Piauí; e Alto Sertão Sergipano, no estado de Sergipe, correspondendo a aproximadamente 22 mil famílias atendidas (MIP, 2019).

Figura 4: Área de abrangência do PDHC I - 129 municípios atendidos



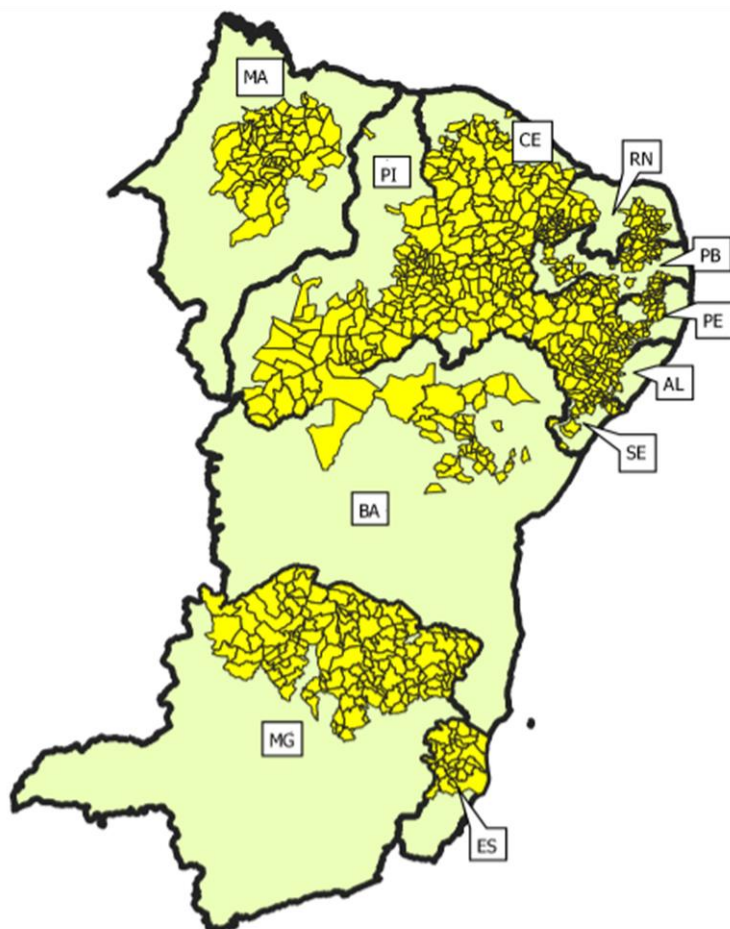
Fonte: Elaborado a partir de dados extraído do MIP.

O Manual, aponta que em razão dos resultados positivos da primeira fase, em agosto de 2014 foi celebrado um novo Acordo de Empréstimo, entre a República Federativa do Brasil e o Fida. O novo acordo foi celebrado para dar continuidade ao PDHC, nesta fase passou a ser denominado “Projeto Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade

no Nordeste Semiárido - Projeto Dom Helder Câmara (PDHC II)”, com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades (gênero, raça, geração e etnia) no Semiárido brasileiro, melhorando a coordenação das políticas de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, o acesso da população rural a essas políticas e a instituição de políticas públicas através da ampliação de inovações. Dessa forma, o PDHC permite a garantia de uma avaliação que difere do modelo tradicional de Assistência Técnica e Extensão do Rural (Ater), marcado durante anos por práticas difusionistas voltadas para a modernização, renda e produtividade do meio rural. Desenvolver inovações tecnológicas exclusivas dos agricultores familiares (FONSECA, 1985; CAPORAL, 2007; DIAS, 2008; CALLOU; TAUKE SANTOS, 2013).

Em decorrência da mudança de gestão na estrutura do Governo Federal, a partir de 2017 o projeto deu continuidade ao novo modelo de gestão, utilizando a estrutura das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário (DFDA). Além disso, passou a atuar em 11 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, abrangendo 913 municípios, com a expectativa de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por cerca de três anos, a aproximadamente 74 mil famílias. A ampliação da área de abrangência foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O foco principal das atividades do PDHC, o Semiárido Nordestino, tem como principal característica inúmeras secas que podem ser distinguidas pela ausência, escassez e alta variabilidade espacial e temporal da chuva. As características do ambiente forçam fortemente as comunidades a depender de atividades econômicas principalmente relacionadas à agricultura e zootecnia para sobreviver (SUDENE, 2015).

Figura 5: Área de abrangência do PDHC II - 838 municípios atendidos



Fonte: Elaborado a partir de dados extraído do SGA/ANATER em 15/04/2020.

Em 2019, também por razões de mudanças na estrutura do Governo Federal, as atividades de gestão do PDHC foram concentradas no escritório da Secretaria de agricultura familiar – SAF, eliminando assim a estrutura de gestão anterior, que estava apoiada nas DFDA. Em meados do mesmo ano, buscando conciliar o plano de trabalho das empresas de ATER, com o prazo de vigência do Acordo de empréstimo, foi realizado entre MAPA, ANATER e empresas de ATER, processo de repactuação de metas e valores dos contratos. Esta repactuação consistiu em uma diminuição média de 49,76% no orçamento inicial e uma redução de entorno de 22 metas, no plano de trabalho inicial, para 15 metas, além disso, houve redução no quantitativo de atividades em algumas metas, especialmente às relacionadas a visitas técnicas individuais.

Neste mesmo período a ANATER, por razões de atrasos na execução do plano de trabalho, suspendeu o contrato com a empresa pública Bahiater, do estado da Bahia, que era responsável pelo acompanhamento de cerca de 3.700 famílias, com isso, o PDHC II passou a atuar em 856 municípios. Nesse sentido, a estratégia de etnodesenvolvimento através da agricultura e a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o projeto visa otimizar e multiplicar as

experiências que sejam consideradas bem-sucedidas, objetivando a geração de emprego e a diversificação das fontes de renda dos beneficiários, de acordo com Altieri (2002), a agroecologia é reconhecida como um componente do campo do conhecimento que incentiva a gestão ecológica dos recursos naturais por meio de formas de ação social coletiva que podem dar alternativas e propostas de modernização cooperativa.

Segundo Arajo, Jalfim e Sidersky (2010), no que se refere ao PDHC, o projeto integra análises sociais que promovam ações nas diversas dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas voltadas ao fortalecimento de processos locais participativos e solidários com os agricultores e equipe técnica no Semiárido.

De acordo com Caporal e Ramos (2006), para alcançar um modelo de desenvolvimento social equânime, esses métodos participativos precisam partir de um processo educativo e transformador que permita o desenvolvimento de uma prática social e movimente os atores sociais a atuar sobre o chão.

6.7 Populações quilombolas: remanescentes de quilombos

O termo “remanescentes”, cunhado pelos povos indígenas para as comunidades quilombolas, “surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado, em que a descendência não parece ser suficiente” (ARRUTI, 2009, p. 21). Segundo o autor, essa frase duradoura infunde fé na veracidade dessa população como membros de um contexto de luta pela identidade e cultura negra.

De acordo com Schmitt *et al.* (2002), a quilombagem é um movimento histórico que teve início com uma revolta e o êxodo de escravos negros durante o século XVI. Em 1974, o Conselho Ultramarino conceituou quilombo como "a moradia de todo fugitivo, que passa por cinco, em área separada, não obstante a falta de ranchos levantados ou se achem". Hoje, a Associação Brasileira de Antropologia define quilombo como “qualquer comunidade rural negra que aglomera descendentes de posseiros vivendo uma cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte ligação com o passado” (UNGARELLI, 2009, p.17).

Quando se trata da ocupação das terras brasileiras, é importante notar que começou com a evacuação de povos indígenas e não indígenas, bem como o uso de uma ferramenta de catação, como resultado, essa territorialidade surgiu de um alto nível de aflição e conflito (LEITE, 2008). Com o final da escravidão, em 1888, o mesmo autor aponta para a marginalização desses grupos, que não passou despercebida, e as populações negras libertárias permaneceram com falta de acesso à terra, eliminadas da economia do país, sem poder servir de fonte de mão de obra barata para os

latifúndios. De fato, segundo Neiva *et al.* (2008), a questão quilombola só é trazida à tona na década de 1980, quando os quilombolas lutam por seus direitos e segurança territorial, culminando no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que diz: “*aos sobreviventes das comunidades quilombolas*” (BRASIL, 1998).

Jorge (2015) destaca a aprovação pela Constituição brasileira do país como um estado multiétnico e multicultural em 1988, citando a necessidade de oferecer proteção social a pessoas historicamente discriminadas, como negros, índios, mulheres e populações tradicionais. Em outras palavras, inicia - se uma fortificação em prol do “direito a ter direitos” (SILVÉRIO, 2009, p. 20). Segundo Fiabani (2015), escravizados e quilombolas têm muita experiência no rescaldo do escravizado. Apesar de escravizados, os trabalhadores utilizavam práticas de inspiração africana como conhecimento do trabalho, vida social, religião e cultura. Os quilombolas dos mocambos puderam exercer livremente suas habilidades, revelando-se como exímios trabalhadores. Segundo o mesmo autor, a liberdade de usar a própria força de trabalho transformou o quilombo em um indivíduo independente com condições melhores de executar, produzir e implementar a educação africana. A maioria dos quilombos do Brasil manteve-se produzindo nas terras, que chamamos de horticultura quilombola. As metodologias utilizadas pelos mocambeiros são semelhantes às utilizadas pelos povos indígenas no Brasil.

A ancestralidade das comunidades quilombolas não pode ser determinada apenas pelo movimento dos escravos escravocratas ou por sua localização geográfica. Segundo as pesquisas de Arruti (2006), Brando (2010) e O'Dwyer (2002), a dimensão da comunidade tradicional supera aquela que foi estabelecida há um século ao longo do período colonial; no entanto, esse conjunto de terras pode ser encontrado em várias regiões brasileiras por meio de compras, doações e ocupações de terrenos abandonados.

Conforme Guimarães (1988), a mineração realizada pelos quilombolas é originária da colonização das Minas Gerais, que servia como troca e era realizada como equivalente geral. O autor alega:

Esta característica, tanto do ouro quanto do diamante, de funcionar como equivalente, abria uma notável possibilidade para os quilombolas ao ampliar seu universo comercial, pois o ouro e o diamante, funcionando como moedas, compravam qualquer coisa, tanto na rede de comércio legal quanto no ilegal (GUIMARÃES, 1988, p. 46).

Cabe destacar que o Programa Brasil Quilombola (PBQ), reuniu recursos do Governo Federal voltados para as comunidades quilombolas, foi instituído em março de 2004 (e cuja coordenação a carga da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), (PINTO, *et al.*, 2014). O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tem destaque nas metas

e recursos do PBQ, que abrange 23 ministérios e órgãos federais. Seus objetivos incluem a garantia de acesso à terra, saúde e educação, construção de moradias e geração de energia; recuperação ambiental; incentivos ao desenvolvimento local. Ainda de acordo com o mesmo autor, cabe ao MDS, que possui um parceiro estratégico da SEPPIR, garantir às comunidades quilombolas o direito à segurança alimentar, e a implementação juntamente com as comunidades, medidas de mitigação e superação da pobreza.

As obrigações anexas ao PBQ foram reforçadas pelo Decreto nº 6.040, de 7 de julho de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Pessoas e Comunidades, norteadas pelas doutrinas de cidadania, segurança alimentar e nutricional – como direito coletivo e no que diz respeito à diversidade cultural – e ao desenvolvimento sustentável como meta (PINTO *et al.*, 2014).

No Brasil, o quilombo Calunga (Kalunga) é a maior comunidade existente formada por escravos que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo, situado no estado do Goiás abrangendo três municípios goianos: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, ocupando 272 mil hectares na região da Chapada dos Veadeiros, com aproximadamente dez mil habitantes (PROJETO KALUNGA SUSTENTÁVEL, s./d.; SEPPIR/ FUBRA, 2004).

6.7.1 Os quilombolas e os avanços com as políticas públicas

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à terra para as comunidades quilombolas como parte de uma política pública (Urquiza; Santos, 2017, p.237), afirmam que políticas públicas capazes de avançar nessa área só começaram a existir após 20 anos, conforme atesta o Decreto Federal n. 4.887 de 2003, no qual foi promulgado através dos "fundatórios regulatórios realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária", mas do direito inalienável de interconexões desse reconhecimento territorial, surgiram lutas comunitárias, não só pela terra, mas também por outras políticas públicas voltadas para a atenção diferenciada à, educação e saúde para as comunidades quilombolas e ações econômicas que, em geral, priorizam a agricultura familiar em regime privado.

Com a formação da Fundação Cultural Palmares (FCP), as políticas públicas voltadas para comunidades rurais, quilombolas e povos indígenas só começaram a ser implementadas no início dos anos 2000 (PERES; MOURA, 2018). A mais significativa foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tinha status ministerial e assessorava o Presidente da República. Seu principal objetivo era articular políticas de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, especialmente da população negra, que enfrentava discriminação e outras formas de intolerância. Este departamento desenvolveu e promoveu

iniciativas para reduzir as disparidades raciais junto com outros departamentos (DA SILVA, 2018, p. 122).

Com o avanço das políticas públicas para as famílias rurais e indígenas, um dos projetos mais significativos criados foi o Projeto de Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, nos ensinos fundamental e níveis secundários (CUNHA, 2015). Em 2008, essa lei foi substituída pela Lei 11.645/08, que incluía o ensino da história e cultura indígena (PÊSSOA, 2010).

Outra virada histórica no desenvolvimento das políticas públicas para os quilombolas ocorreu em novembro de 2003 com a aprovação da Política Nacional de Igualdade Racial (PNPIR), que tem como principal objetivo a redução das disparidades étnicas no contexto brasileiro, principalmente no que diz respeito à população de cor, por meio da implementação de programas e projetos de longo prazo, médio e curto prazo (FERNANDES, 2014). Nesta política nacional, estão previstos os seguintes princípios de gestão: “a) transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; b) gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola” (DA SILVA, 2018 p. 122).

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído em março de 2004. Desde 2006, os quilombolas são objeto de avaliações diagnósticas e de acesso a programas e ações de desenvolvimento social, sendo um dos segmentos populacionais visados e priorizados pelos programas. Sardinha *et al.* (2014), destacam que "nossos técnicos de planejamento são conhecidos como assertivos de que "não é por falta de diagnósticos que a políticas e programas sociais não podem atingir seus objetivos. Em 2007, foi aprovado o Decreto Federal 6.261/2007, que trata da agenda social no âmbito do PBQ. Trata-se de ações de gestão de comitês envolvendo 11 ministérios sob a direção da SEPPIR (DA SILVA, 2018). O mesmo autor enfatiza que por meio do Decreto Federal 6.040, outra política para a efetivação dos direitos quilombolas foi desenvolvida em 2007. O objetivo da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais é promover o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que assegura a proteção dos direitos humanos em âmbito territorial, nível social, ambiental, cultural e econômico. O Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) também foi implantado em 2007, com o objetivo de melhorar o acesso à educação, saúde e infraestrutura por meio da construção de estradas, abastecimento de água e regularização fundacional.

Porém, somente em 2012, por força do art. 1 da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) 8/2012, foi implementado o Ensino de Quilombo das Escolas (EQE), com a possibilidade de instituir a Educação Quilombola Escolar (EEEQ). Por mais positivo que tenha

sido esse caminho, ainda há inconsistência no atendimento a grupos como quilombolas e comunidades por questões geográficas (distância e população) ou desinteresse por parte dos governos locais em fornecer o suporte necessário para o acesso e educação adequados. No entanto, o Governo Federal é responsável pela distribuição das leis, pois a educação básica não está diretamente sob sua alçada, dificultando cada vez mais a implementação de políticas públicas voltadas para a educação quilombola (SANTOS *et al.*, 2019).

Há também a Normativa 57/2009 do INCRA, que dispõe sobre o procedimento de identificação, delimitação, demarcação, remoção e titulação de terras quilombolas, bem como a Portaria 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, que dispõe sobre o procedimento para certificação de comunidades quilombolas (DA SILVA, 2018).

Por fim, esse contexto nos leva ao governo de Dilma Rousseff (2011-2016) apontado pelos autores anteriores, com o lançamento “Guia para políticas públicas para comunidades quilombolas”, onde são explicados os projetos em curso do Governo Federal do “Programa Brasil Quilombola” (PBQ). Esse Guia e os projetos, explanam as realizações que as comunidades remanescentes de quilombos conquistaram, destacando aquelas que destinam à infraestrutura das comunidades, como “Luz para todos”, um dos programas voltados para os quilombolas e foi desenvolvido pelo governo federal com o objetivo de fornecer energia elétrica gratuita a todas as populações rurais, independentemente de recursos financeiros. O programa “Água para todos”, que se concentra na construção de cisternas para coletar água da chuva em climas áridos. Essa iniciativa é gerenciada e executada pela FUNASA, MDS e Escritório Nacional de Integração (MIN). Da Silva, (2018), destaca que em termos de sanitização em comunidades quilombolas, percebe-se que os recursos ali investidos ainda são insuficientes quando comparados ao número de comunidades que já receberam a certificação e aquelas que estão em processo de certificação.

Pinto *et al.* (2014), destacam o fato de que a água encanada chega a 44,2% das casas quilombolas do Semiárido. Apontam os baixos índices do Norte Maranhense (18,8%) e do Norte Semiárido (36, 2%). Os autores ressaltam que, apesar do baixo índice, a região do Semiárido é sustentada pelas cisternas da iniciativa Água para Todos. A iluminação elétrica está disponível em 81,8% das residências quilombolas, com o estado do Maranhense na liderança com 95,3 % das residências. Apesar do aumento do acesso à energia elétrica, a região do Baixo Amazonas, localizada na região noroeste do Pará, ainda possui 27,6% das residências que utilizam óleo, querosene ou gás para iluminação. Os mesmos autores ressaltam que o acesso a uma rede pública de coleta de lixo ainda é extremamente raro nas comunidades quilombolas, com apenas 0,8% dos pesquisados. Mesmo na região Centro Sul, onde as populações estão mais próximas das regiões metropolitanas, a rede pública de esgoto atinge apenas 8,1% da comunidade. Além disso, há um

alto índice de uso de vala e escória a céu aberto (42,4%) e fossas primitivas (40,2%), principalmente na região do Baixo Amazonas, onde as fossas são utilizadas por 87,9 % da população, inserindo os quilombolas no amplo guarda-chuva das políticas para agricultura famílias.

Outra discussão significativa diz respeito à questão da ampliação da comunicação para os quilombolas, por exemplo, com a inclusão da tecnologia digital como destaca Assumpção, *et al.* (2006). No entanto, para que haja essa inclusão, os padrões educacionais dos quilombolas devem ser melhorados, permitindo que as pessoas tenham a capacidade de participar ativamente como cidadãos na era da informação. Um dos pilares do PBQ é o desenvolvimento econômico local e a inclusão produtiva. Aqui, visam incentivar a independência econômica local das comunidades quilombolas, respeitando sua cultura e os recursos naturais que fazem parte de seus territórios.

O mesmo autor enfatiza o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que auxilia no financiamento de projetos individuais ou coletivos de geração de renda para agricultores familiares e outros apoiadores da reforma agrária, é um dos programas que se relaciona com essa questão. O programa tem as menores taxas de juros para financiamento rural.

Para ter acesso a esse programa, o agricultor deve passar por uma série de etapas, a primeira delas é uma conversa com a família sobre a determinação da necessidade de crédito, seja para financiar uma lavoura ou atividade agrícola ou para investimentos em equipamentos, infraestrutura, ou serviços que estão ou não relacionados com a agricultura (DA SILVA, 2018). Para começar, tenha em mente a dificuldade em obter informações sobre este programa.

Com isso, é preciso demolir esses obstáculos e construir pontes que impeçam o acesso ao PRONAF. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA deve se deslocar até essas comunidades quilombolas para facilitar a liberação do Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

6.7.2 Quilombolas no Semiárido

Atualmente, estima-se que existam 1,7 milhão de quilombolas no Brasil, sendo 63% deles localizados na região Nordeste do país (BRASIL, 2012). Em relação ao estado da Bahia, a presença de 612 comunidades o destaca como o estado com maior número de quilombolas do país (FCP, 2014). Em se tratando das comunidades remanescentes do município de Feira de Santana (BA), destacam-se duas delas: Matinha dos Pretos e Lagoa Grande, ambas com elevado número de moradores e localizadas em zonas rurais do município (SOUZA, 2010).

Um estudo populacional transversal foi realizado entre 1995 e 2009, com foco em 169 comunidades quilombolas reconhecidos com moradores nas seguintes áreas: Norte, 53,8%

(Amapá e Pará); Nordeste, 30,5% (Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe); Sudeste, 3,8% (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); Sul, 0,3% (Rio Grande do Sul); e Centro-Oeste, 11,7% (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) (DE SOUZA ARAÚJO, *et al.*, 2019 p.231). Com isso, 61% das famílias contam com o complemento financeiro do Programa Bolsa Família (PBF) e 31,4% relatam precisar de outros benefícios no futuro, como abono básico que garante uma renda familiar per capita de R\$ 205 ,85, valor considerado inadequado quando comparado ao salário mínimo vigente à época do estudo (R\$ 888,00) (BRASIL, 2012). Além disso, descobriram más condições de vida, como esgotamento sanitário e água contaminada, em menos da metade das residências (DE SOUZA ARAÚJO, *et al.*, 2019).

Nesse sentido, a falta de políticas públicas voltadas para a segurança nutricional e alimentar é uma realidade que faz parte dessas comunidades quilombolas, que vivem em condições desfavoráveis com recursos financeiros insuficientes para investir em produtividade (FERNANDES, 2014). (DA SILVA; DE MIRA,2016). Apesar das evidências apresentadas, poucos estudos lançam luz sobre as condições de vida e saúde das populações quilombolas do Semiárido brasileiro, com foco na formulação e implementação de políticas. (DE SOUSA ARAÚJO, *et al.*, 2019).

Por fim, (DA SILVA, 2018), aponta que a assistência técnica e a extensão rural estão sendo cada vez mais reconhecidas como um meio altamente eficaz de enfrentar a pobreza rural e superar as desigualdades sociais em comunidades ainda quilombolas, a respeito disso, o objetivo deste trabalho foi mapear o perfil das condições de vida das famílias quilombolas através da Ater, através do levantamento da renda e segurança alimentar relatadas pelas comunidades quilombolas da área de atuação do projeto.

Diante disso, a seção a seguir apresenta os procedimentos e protocolos utilizados para a pesquisa. Estas são algumas das ideias fundamentais que orientaram e contribuíram para este trabalho.

7 ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia utilizada para a pesquisa relacionada será apresentada nesta seção do Capítulo 3, para auxiliar na compreensão e execução das diversas atividades.

7.1 Definição geral da pesquisa

Utilizando uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa, que tem como objetivo a produção de conhecimento para a realização das ações em situações sociais, com foco na solução de problemas específicos envolvendo interesses locais, territoriais e regionais, bem como suas relações numéricas, utilizando procedimentos estatísticos (CRESWELL, 1994). As abordagens quantitativas podem contribuir com: “compreensão das opiniões e crenças de grandes grupos de pessoas de muitas comunidades culturais; confirmar ou refutar hipóteses teóricas; e resolver dados numéricos de forma clara para políticas públicas” (FASSINGER; MORROW, 2013).

Adotando instrumentos de coleta de dados e entrevistas, com foco nas famílias quilombolas atendidas pelo PDHC sobre extensão rural, além do trabalho conjunto com a ANATER; o MAPA constituiu uma parceria com a Universidade de Brasília (UNB), por meio do Projeto Monitora, o qual, tem como um de seus objetivos, acompanhamento das políticas públicas de assistência técnica e expansão rural e inovações na região de estudo onde a pesquisa foi desenvolvida. Portanto, a hipótese que norteou este estudo foi a melhoria na segurança alimentar e na renda das famílias quilombolas atendidas pelo Projeto Dom Helder Câmara II. Isso está de acordo com os esforços da Assistência Técnica e Extensão Rural promovida pelo projeto.

Para a investigação (Figura 5), foi realizada análises descritivas das informações obtidas, utilizando os dados do SGA- Sistema de Gestão de Ater que são dados administrativos, a pesquisa de Linha de Base no levantamento de 2022 e estudo de caso com um questionário semiestruturado com duas famílias assistidas pelo projeto e o técnico responsável. Com tais informações, coletadas em duas etapas da linha de base, uma no início e outra no final do projeto, será possível obter informações para avaliar os impactos do projeto. Além de servir para avaliar a execução da assistência técnica. Os resultados do estudo apresentaram importantes contribuições para a avaliação dos indicadores do Marco Lógico do projeto e os pontos positivos e negativos da Ater, que foi oferecida para as famílias quilombolas, beneficiárias do projeto.

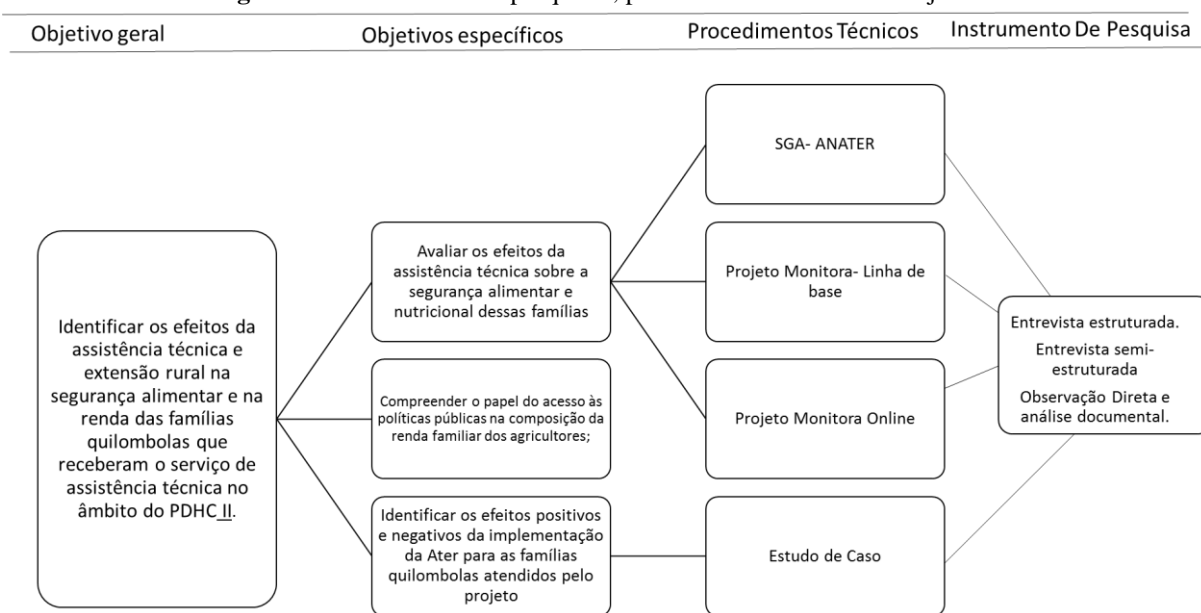
Em relação à sua natureza esta análise se identifica como pesquisa aplicada, na qual se tem o objetivo de deduzir estimativas teóricas e conceituais que são fundamentais para área do conhecimento com a intenção de mensurar o comportamento de um fenômeno em diferentes cenários (PEROVANO, 2016).

No que respeita aos objetivos da pesquisa, ela está vinculada como exploratória e descritiva. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória proporciona maior ligação com o problema, enfatizando a uma ótica em aprofundar, interpretar e conceber uma visão diferente do assunto (MATIAS-PEREIRA, 2019).

Destacando os procedimentos técnicos, a pesquisa analisará a importância da assistência técnica para as famílias quilombolas atendidas pelo Projeto Dom Helder Câmara II, identificando os impactos socioeconômicos na segurança alimentar, na renda, o incentivo das políticas públicas, desigualdades de gênero, geração e etnia, com foco na assistência técnica para qualificar os sistemas produtivos locais, otimizando as políticas e programas públicos, com os dados extraídos do SGA, que abrange o Projeto Dom Helder Câmara, e do projeto Monitora para avaliar as condições de renda junto a famílias envolvidas, voltados para a produção sustentável na agricultura familiar.

Complementarmente, por meio de visitas a campo, pode ser realizado alguns estudos de caso, envolvendo famílias quilombolas diretamente atendidas pelo PDHC, bem como algumas empresas que prestaram serviços de assistência técnica. Com uma ótica voltada para as representações sociais, levantando as questões que envolvem os estudos de extensão rural para as comunidades quilombolas, os referenciais teóricos deste estudo baseiam-se principalmente nos seguintes autores: Fonseca (1985); Oliveira (1999); Freire (2011); Caporal, (1988); Castro e Pereira, (2017); Callou (2007, 2006); Ploeg (2008); Callou e Tauk Santos (2006); Ferreira, (2008); Anjos (2010); Caporal e Ramos (2006); Avila *et al.* (2015); Del Grossi (2011); Schneider (2010); Guanziroli, (2007); Pinto *et al.* (2014); Graziano da Silva (2010).

Por fim, a preferência por obter dados para a realização de pesquisas integradas do PDHC com base nas respostas aos questionários do Projeto Monitora será discutida com mais detalhes em campos subsequentes. Segundo os autores Gouveia e Günther (1995), as vantagens desse método incluem a redução de custos e tempo gasto em pesquisas, além de um maior número de pessoas entrevistadas. No entanto, com um menor número de respostas, o que pode levar a uma amostra incompleta, é um dos pontos negativos.

Figura 6 - Instrumentos de pesquisas, procedimentos técnicos e objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

8 MATERIAL

Nesta repartição, seguem o planejamento detalhado; como será realizada a pesquisa e o detalhamento dos dados que o projeto vai seguir para executar o estudo.

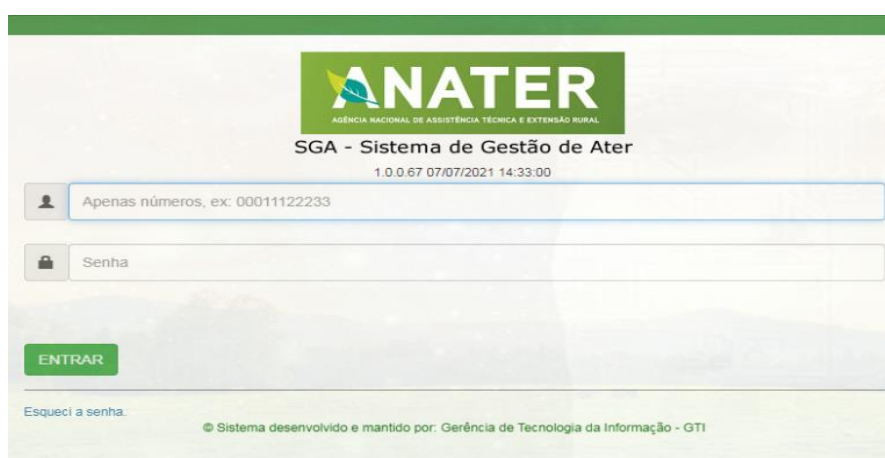
8.1 SGA - Sistema de Gestão de Ater

Aspectos do trabalho de extensão rural relacionados às questões socioambientais também caminham para um processo conhecido como “digitalização”, por meio do qual muitas dessas atividades já são realizadas remotamente por extensionistas rurais em ambiente eletrônico sem a presença física dos agricultores e suas famílias (LOPES, 2021).

A se fazer uso da plataforma digital da ANATER, na qual destaca um novo sistema digital, de mudanças, transformações e fomento à cultura da inovação para a prestação do serviço de ATER no Brasil, o sistema apresenta como principal objetivo o aperfeiçoamento ao serviço prestado às famílias beneficiárias das políticas públicas, ao garantir maior segurança da aplicação de ATER no campo.

O sistema da ANATER, o SGA (Figura 7), suporta a gestão dos contratos (planejamento, execução e monitoramento) em todos os estados brasileiros. Devido a mudança que ocorreram no sistema, novos caminhos foram adicionados, fazendo que mesmo em modo *off-line* o sistema opere. O georreferenciamento da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPa), a identificação com fotos e avaliação de satisfação do agricultor familiar por vídeo são alguns diferenciais. Essas mudanças foram alcançadas devido ao edital da Chamada Pública 001/2020 que estabeleceu novos requisitos, os quais exigiram as alterações no sistema (ANATER, 2022).

Figura 7 - Sistema de Gestão e Ater- SGA.



Fonte: ANATER, 2021.

8.1.1 Projeto Monitora

Para contribuir com as atividades de monitoramento e avaliação do Projeto Dom Hélder Câmara, foi estabelecido no início de 2018 o projeto Monitora via UnB/SEAD, que tem como objetivo monitorar, avaliar e apoiar a coordenação e alinhamento de políticas públicas e inovações relacionadas à assistência técnica e extensão rural (Aguiar, 2019), bem como o alívio da pobreza rural e da desigualdade no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara na fase II, que abrange 11 estados brasileiros.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do projeto foi concebido a partir de duas ferramentas: o SGA, que gerencia as atividades executadas pelas empresas prestadoras dos serviços de assistência técnica e extensão rural; e o Projeto Monitora, concebido a partir do Termo de Execução Descentralizado - TED, pactuada com a Universidade de Brasília para: Apoio e alinhamento para a coordenação de políticas públicas; avaliação das inovações das políticas públicas no combate à pobreza e à desigualdade; técnicas assistenciais e de extensão rural; acesso a um programa virtual de apoio à coordenação e articulação das políticas públicas acompanhadas. Além do monitoramento e o acompanhamento das ações de ATER, o sistema prevê a coleta de dados para responder o marco lógico do projeto, e os instrumentos consultados pela equipe de auditoria para avaliar os resultados do projeto. Através do Projeto Monitora, foi realizado essas duas pesquisas que serão utilizadas nessa dissertação, que serão detalhadas a seguir.

8.1.2 Monitora Online- 2020/2021

O componente central do PDHC, á ATER, é realizado por órgãos públicos e privados sob a direção da Agência Nacional de Assistência Técnica e Rural (ANATER). Entre as datas de 23 de novembro de 2020 e 5 de janeiro de 2021, a Universidade de Brasília realizou um estudo remoto conhecido como “Monitora Online” com o objetivo de fornecer informações significativas sobre o Marco Lógico do PDHC. Foram obtidas informações de 5.107 famílias com respostas válidas para comparação entre os negócios.

Com à pandemia do COVID-19, a realização de entrevistas pessoais foi considerada arriscada porque poderia aumentar significativamente a probabilidade de que as famílias dos agricultores e os agentes de pesquisa de campo fossem infectados (entrevistadores). Como este estudo envolveu populações rurais de baixa renda em áreas com pouco acesso aos sistemas de saúde públicos e privados, previa-se que o impacto da contaminação poderia ser ainda maior. Para obter informações destes agricultores, foi desenvolvida uma estratégia amostral que envolveu coletas de informação à distância por meio de um questionário online. Contendo 34 perguntas (Anexo 2), as perguntas estavam inseridas dentro da plataforma SurveyMonkey

[\(https://pt.surveymonkey.com/\)](https://pt.surveymonkey.com/) e encaminhada para os agricultores por meio de redes de contato, principalmente via grupos de WhatsApp. O questionário foi encaminhado tanto para empresas públicas como privadas de ATER, sendo que cada técnico encaminhou o questionário para os beneficiários que recebem seu atendimento.

Foram realizados dois encontros virtuais, o primeiro com os diretores da ANATER e o segundo com os diretores das empresas públicas e privadas de ATER, para organizar e preparar os negócios envolvidos no estudo. Foi criado um grupo de WhatsApp com representantes de todas as empresas e da equipe de execução do Monitora Online para auxiliar no entendimento e realização das diversas atividades e compartilhar experiências e informações cruciais para o bom andamento do estudo. Uma campanha para informar os agricultores atendidos pelo PDHC das atividades de pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 22 de novembro de 2020. Essa campanha envolveu a distribuição de dois cartões e áudios. Por fim, o período de entrevista terminou em 26 de dezembro de 2020, mas todas as respostas recebidas até 5 de janeiro de 2021 foram levadas em consideração.

Segundo dados obtidos pelo Sistema de Gestão de ATER (SGA) da Agência Nacional de Assistência Técnica e Expansão Rural, o total de agricultores atendidos pelo PDHC em outubro de 2020 era de 53.979 famílias (ANATER).

As empresas que mobilizam os seus beneficiários e que contribuíram efetivamente para esta pesquisa foram: AGERP, CAATINGA, CACTUS, COOATES, DESENVOLVER, EMATERAL, EMATER-CE, EMATER-MG, EMATER-PB, EMATER-PI, EMATER-RN, EMDAGRO, FLOR DO PIQUI, GR, INCAPER, IPA, PLANEJAR SABIÁ e SERTÃO VERDE.

Ressalto que através dessa pesquisa, foram extraídos dados específicos das famílias quilombolas para atender os objetivos deste estudo.

8.1.3 Linha de Base - Projeto Monitora

Uma das principais atividades desenvolvidas pelo Projeto Monitora foi a realização da pesquisa Linha de base ocorrida em fevereiro de 2018 seguindo um padrão recomendado pelo FIDA (Anexo 1), visando coletar dados sólidos para avaliação do PDHC II. Através de um processo inovador de desenvolvimento de um software exclusivo, por intermédio da empresa contratada WEBSIS Tecnologia, possibilita a coleta e processamento dos dados de forma informatizada, com o uso de tablets para coleta de informações, por meio da utilização de um software, que foi desenvolvido exclusivamente para este trabalho.

Recentemente o Monitora coordenou uma nova coleta de campo que se iniciou em janeiro de 2022, com o mesmo questionário realizado em 2018 (ANEXO 1), que vai contribuir com os resultados do impacto do projeto, na qual a pesquisa de campo se encerrou em março de 2022. No

entanto, esses resultados poderão responder os objetivos específicos deste estudo, no qual iremos confrontar os entrevistados atendidos com ATER com um grupo de controle (não atendido) e grupo beneficiários, destacando as comunidades quilombolas; e finalizando com as tabulações realizadas com o método consagrado Pareamento por Escore de Propensão (em inglês: Propensity Score Matching – PSM) por meio do software Rstudio[®].

8.2 Método de Avaliação de Impacto

Uma avaliação de impacto robusta procura determinar se um projeto, programa ou política pública teve um efeito causal no grupo-alvo, excluindo os efeitos de outras ações públicas. Para essa dissertação, o método Propensity Score Matching (PSM) foi utilizado para avaliar o impacto da renda do PDHC nos beneficiários.

Depois de realizar uma comparação entre as unidades de cada grupo (neste caso, os beneficiários do PDHC e o grupo controle), o PSM permite estimar os efeitos causais de um tratamento usando uma coleção de covariáveis. As covariáveis usadas para a comparação foram: (i) o estado brasileiro no qual a unidade agrícola está localizada, (ii) o número de integrantes da família que atuam nas atividades agropecuárias. Após o pareamento das famílias conforme estabelecido acima, o impacto do PDHC foi avaliado para cada uma das 4 variáveis/índices a seguir: (1) Agro Vendas, (2) Agro Consumo, (3) agro total, (4) renda percapita.

Como resultado, uma avaliação de impacto bem definida determina se o aumento da produtividade agrícola pode ser atribuído diretamente ao projeto implementado (ou seja, o projeto como efeito causal). Para essa dissertação utilizou-se o método de pareamento com o software *RStudio*, Santos *et al.* (2016), destacam a importância das estatísticas para uma variedade de campos, incluindo finanças, produção, marketing e recursos humanos.

8.2.1 Capacitação de agentes de aferição - Linha de base 2022

Foi realizada no mês de dezembro de 2021, a capacitação dos agentes de campo para a realização das entrevistas em 2022. A capacitação foi online devido ao agravamento da pandemia de COVID 19, via plataforma do *Google Meet*, com duração de 6 horas, visando a formação de dos agentes, para o uso correto do aplicativo, destacando minimizar os possíveis erros ao aplicar o questionário de avaliação de impacto do PDHC II e como abordar os agricultores. O Projeto Monitora contratou a MDA- Pesquisa de Opinião Pública e Consultoria Estatística LTDA para prestar serviço e realizar as demandas conforme as regiões, estados e municípios.

Com o objetivo de testar a validade da amostra e a semelhança entre as famílias escolhidas, o Projeto Monitora realizou um teste de diferença e análise multivariada entre dois grupos de

famílias: (i) Grupo de Beneficiários: são aquelas famílias incluídas no PDHC, ou seja, contempladas com a política pública e (ii) Grupo Controle: são as famílias não incluídas no PDHC e, portanto, que não receberão o apoio da política pública. Para alcançar os objetivos que foram desenhados pelo Monitora, foi necessária à coleta de dois lotes:

Lote 1- Repetir a coleta realizada em 2018 que contemplou 1948 produtores rurais abrangendo 353 municípios da região semiárida, conforme a tabela 1.

1 - Beneficiários do programa (tratamento) - 894 entrevistas

2 - Não beneficiários (controle) - 1061 entrevistas

Tabela 1- Quantidade de entrevistados

Estado	Quantidade de entrevistados
AL	89
BA	216
CE	510
MA	112
MG	132
PB	170
PE	356
PI	112
RN	164
SE	87
TOTAL GERAL	1948

Fonte: Projeto Monitora- Linha de Base, 2018.

Lote 2- Será coletada informações de 3000 produtores rurais no total, que não foram entrevistados anteriormente, abrangendo a área de 104 municípios, tabela 2.

1- 45% da entrevista com os beneficiários (tratamento) e

2- 55% com não beneficiários (controle).

Tabela 2- Número de municípios sorteados por estado.

Estado	Quantidade de municípios
AL	8
BA	10
CE	12
ES	2
MA	7
MG	15
PB	11
PE	17
PI	8
RN	7
SE	7
TOTAL GERAL	104

Fonte: Projeto Monitora.

Cabe destacar que desse grupo serão extraídos dados específicos da família quilombola para atender os objetivos desta pesquisa.

8.2.2 Coleta de dados

Por meio de visitas na propriedade dos agricultores, a aplicação do questionário da Linha de base é composta por 182 questões (ANEXO 1). As informações foram inseridas de forma eletrônica, por meio da utilização de um software, que foi desenvolvido pela empresa WEBSIS Tecnologia exclusivamente para este trabalho, o que possibilitou que os entrevistadores utilizassem tablets, dinamizando a coleta de dados.

8.2.3 Estudo de caso

Por meio de visitas, às propriedades dos agricultores, utilizou-se uso de questões semiestruturais, para realizar o estudo de caso. A finalidade da pesquisa de estudo de caso é avançar nossa compreensão dos fenômenos pessoais, políticos, organizacionais, grupais, sociais e relacionados. (YIN, 2005). Considere se os estudos de caso podem nos ajudar a entender melhor os fenômenos fenomenológicos psicológicos individuais, levando em consideração suas características distintas. Segundo o mesmo autor, a melhor estratégia de administrar um estudo de caso é usar um planejamento analítico geralmente baseada em recomendações gerais ou em uma abordagem caso-específica.

Foram realizadas entrevistas com duas agricultoras familiares quilombolas e o técnico responsável da região, ambas receberam o fomento. Essas etapas são realizadas nas seguintes fases: identificação do problema, desenho da pesquisa, coleta de dados, análise das entrevistas e exposição dos resultados. Segundo Vergara (1998), a pesquisa exploratória é realizada em áreas de estudo onde pouco conhecimento foi acumulado ou organizado. A pesquisa descrita está mais preocupada em apresentar as características de uma determinada população ou fenômeno do que em fornecer uma explicação do fenômeno em si (GIL, 2002).

Um benefício da análise de estudo de caso é sua aplicabilidade ao mundo real, situações contemporâneas envolvendo pessoas, Dooley, (2002) afirma ainda que:

“Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno” (p. 343-344)

De acordo com Stake (1999), o objetivo dos estudos de caso é tornar o caso compreensível por sua particularização. Mas há circunstâncias em que é possível extrapolar da análise de um caso para outro. O autor faz uma distinção entre "pequenas generalizações" e "grandes generalizações".

Para contribuir no desenho da pesquisa, Yin (2001) sugere uma proposta teórica, que esboça uma abordagem que seja mais refinada do que se pretende em uma abordagem puramente analítica, ao orientar o estudo de caso com antecedência para conduzir as fases de coleta e análise de dados a fim de fornecer uma teoria para o fenômeno que está sendo estudado, não em fundamentos amplos e teóricos, mas simplesmente em um desenho de estudo suficiente (AGUIAR, 2019).

9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo em vista os questionários empregados, o estruturado, denominado diagnóstico, realizado primeiramente com os produtores familiares através da ANATER intitulado como T0 e T2, o questionário da linha de base, aplicado na amostra selecionada pelo Monitora UnB/Sead e por fim o semiestruturado, com as duas famílias e o técnico da empresa Sertão Verde do Projeto Dom Hélder Câmara. Tornou-se possível investigar o PDHC a partir da teoria apresentada nos capítulos introdutórios deste estudo apresentado no capítulo 4. Ressalte-se, em particular, que a metodologia proposta permitiu responder aos objetivos propostos.

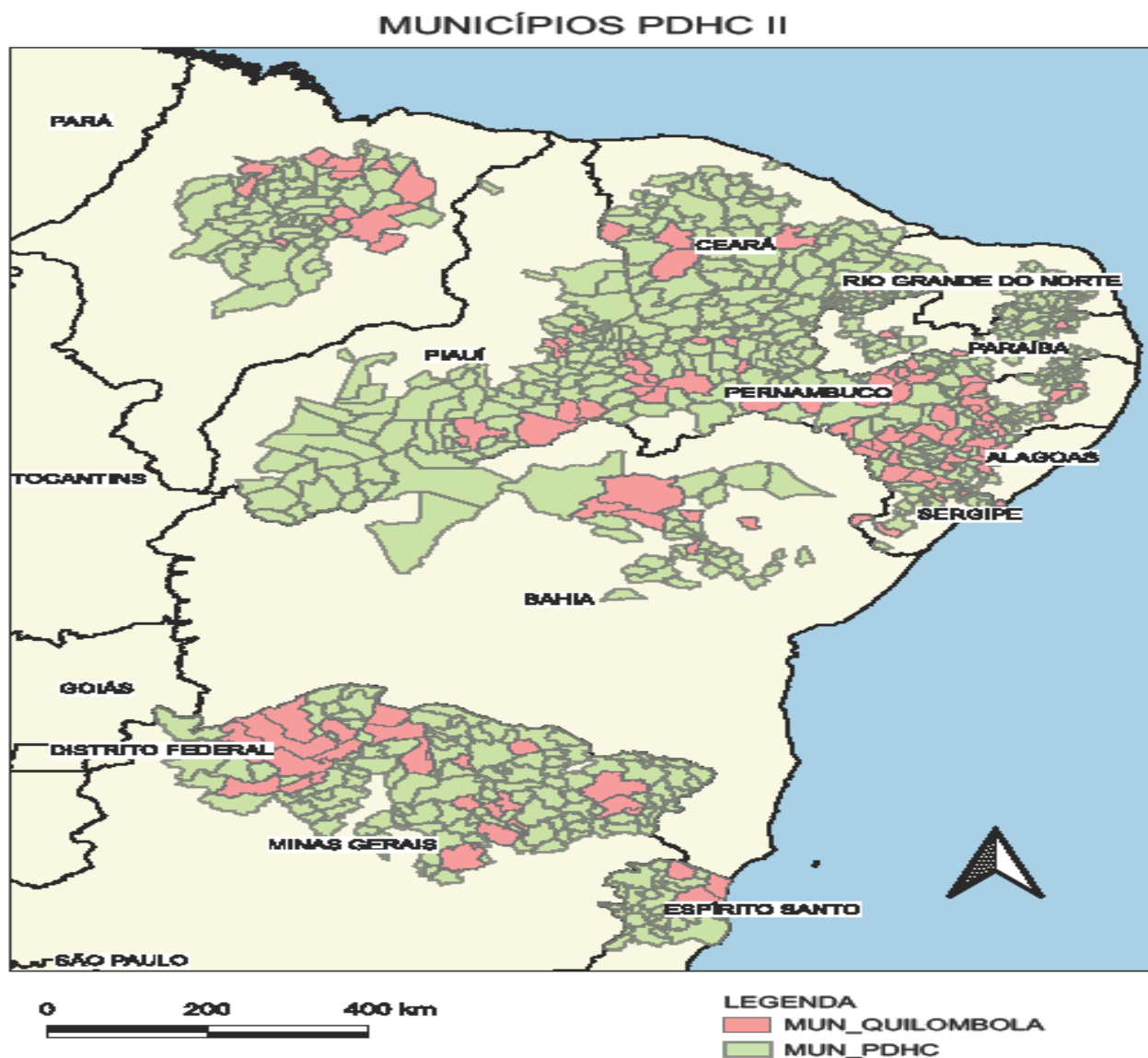
10 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS EXTRAÍDOS DO SGA-ANATER

10.1 Quilombolas no âmbito do PDHC

Atualmente o PDHC está na fase II iniciada em 2014, a partir de um acordo de empréstimo firmado entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, MIP, (2019).

O mapa (Figura 8), com a proposta de identificar os povos de comunidades quilombolas, identifica os municípios que esses agricultores são atendidos pelo PDHC II. Mesmo após a escravidão, os negros ainda lutam por condições que lhes permitam remanescer, pois muitos deles testemunharam a marginalização e a pobreza. Embora os direitos tenham sido estabelecidos, sua efetivação apresenta o maior desafio. Inúmeras comunidades quilombolas no Brasil são marginalizadas, excluídas e têm acesso negado às políticas públicas. Essa invisibilidade permanente permeia esses grupos sociais (SILVA *et al.*, 2016).

Figura 8 - Municípios onde os quilombolas são atendidos pelo PDHC II.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme aponta VIEIRA, *et al.* (2013), muitas comunidades quilombolas estão sendo legalizadas e certificadas pela Fundação Palmares; além disso, são reconhecidos os domínios dos remanescentes quilombolas, cujos títulos foram concedidos como conclusão de inúmeras mobilizações históricas no Brasil. De acordo com o Decreto Federal 4.887, o INCRA é responsável pela identificação, titulação das terras e regularização.

No entanto, certificar as comunidades remanescentes é insuficiente porque muitos quilombolas lutam pela cidadania e inúmeras comunidades encaram dificuldades com a escassez de água, infraestrutura, saneamento falta de educação voltada para a valorização cultural, além da falta de alimentos, como mostra o estudo de (FERNANDES, 2014). Nesse sentido, a agricultura familiar é uma ação que sempre ajudou as comunidades remanescentes de quilombolas no Semiárido, preservando tradições culturais que foram passadas de geração em geração. Como

representação da vida que surge da terra e desempenha um papel significativo na vida diária das pessoas desde o nascimento, a agricultura carrega uma grande responsabilidade social e econômica, (SILVA *et al.*, 2016).

Portanto, para atender os objetivos do projeto, a principal linha de atuação do PDHC é a disponibilização de serviços de assistência técnica por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, que contratou 27 empresas de assistência técnica, sendo 11 públicas e 16 privadas. No total, são 46 contratos para atender cerca de 50 mil famílias, distribuídas em aproximadamente 900 municípios da região semiárida nordestina.

Outra coleção de pesquisas sobre extensão rural no Brasil concentra-se em análises institucionais, com vistas nas relações históricas entre o Estado e suas instituições. O impacto das políticas de extensão agrícola (ATER) sobre os agricultores é frequentemente apontado como fator de sucesso, bem como o alcance e relevância de seus objetivos para o público em geral (SILVA CAPORAL, 2016; FAURE *et al.*, 2017; BERGAMASCO *et al.*, 2020).

É importante lembrar que a década que antecedeu a criação do Pnater, 1990, foi marcada pela expansão do neoliberalismo na nação e um de seus principais efeitos foi a privatização ou extinção de algumas empresas públicas. Entre elas, desapareceu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), apesar de sua importância para os processos de melhoramento agrícola nas décadas de 1960 e 1970, vem sendo cada vez mais interrogada pelo governo federal desde a década de 1980. Como resultado, em uma situação em que o estado mínimo estava se aproximando rapidamente, ele foi inevitavelmente suprimido em 1990. (PEIXOTO, 2008; BERGAMASCO; THOMSON; BORSATTO, 2017).

Dessa perspectiva, a primeira atividade prevista nos planos de trabalho do ATER é a realização de identificação das famílias que vão ser atendidas pelo programa, isso permitiu a necessidade da participação dos agricultores familiares nos processos de planejamento local e faz parte da cultura dos sindicatos e de outras organizações sociais enfrentar os limites ambientais e produtivos da agricultura familiar (SILVA, 2014). Portanto esses dados objetivam apresentar ao PDHC a quantidade de famílias quilombolas presentes no projeto (Tabela 3).

Tabela 3- Total de famílias por municípios atendidas pelo PDHC.

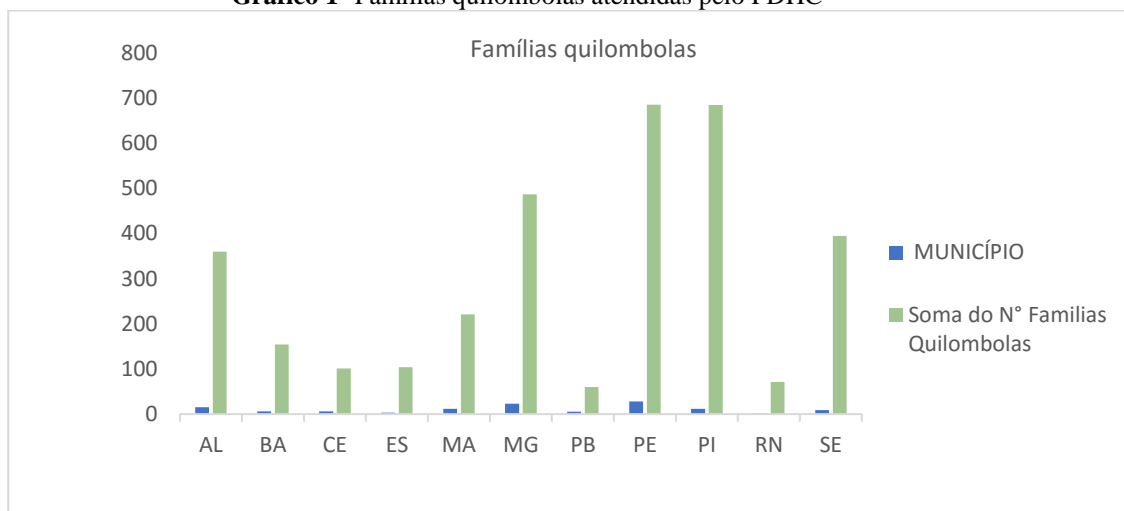
UF	MUNICÍPIOS -PDHC	Nº DE UFPAS PDHC	MUNICÍPIO QUILOMBOLA	Nº FAMÍLIAS QUILOMBOLAS
AL	42	3.253	15	360
BA	40	2.154	6	154
CE	115	9.356	6	101
ES	28	1.576	3	104
MA	70	2.909	12	221
MG	138	6.155	23	487
PB	70	5.301	5	60
PE	108	9.360	28	686
PI	102	5.317	12	685
RN	85	4.832	2	71
SE	37	3.829	9	395
TOTAL	835	54.042	121	3.324

Fonte: Dados extraídos do SGA, 25-Nov- 2021.

Conforme o gráfico 1, os estados de Pernambuco e Piauí, apresentam o maior número de famílias quilombolas atendidos pelo PDHC, seguida por Sergipe, Minas Gerais e Alagoas. Essas famílias beneficiárias, são atendidas pelo programa, que abrangem os itens do plano de trabalho das empresas junto a ANATER, além de estimar alguns dos indicadores do Marco Lógico do PDHC, que estão relacionados sobretudo, com a inclusão a mercados e a participação por parte dos beneficiários do PDHC nas ações de ATER. As comunidades quilombolas estão localizadas no Semiárido norte, dentro do bioma Caatinga, que se caracteriza por um regime sazonal irregular de chuvas, ou seja, estende-se e termina em períodos imprevisíveis que variam de um ano para o outro (SOARES, 2011). Devido a esses aspectos climáticas, a oferta hídrica é severamente limitada

e altamente incerta no tempo e no espaço, e a maioria dos rios acaba sendo de caráter temporário (SOARES, 2011).

Gráfico 1- Famílias quilombolas atendidas pelo PDHC



Fonte: Dados extraídos do SGA, 25- Nov- 2021.

De acordo com Drumond *et al.* (2000), na região Nordeste, problemas com a sustentabilidade estrutural dos sistemas de produção, aliados ao clima, podem levar à degradação do solo e da água, redução da variedade de espécies ou até mesmo o início de um processo de desertificação.

Portanto, através do PDHC, essas famílias possuem acesso a extensão rural e a assistência técnica, fator importante no desenvolvimento com planos e políticas que visam atender as necessidades dos agricultores (NETO e LIMA, 2016).

10.2 Empresas atendidas no âmbito do PDHC

O projeto Dom Helder Câmara contou com o serviço de ATER, contratado por meio da Anater, visando dar o suporte para os às famílias beneficiárias do programa, considerando a necessidade de uma atuação mais intensa no apoio ao associativismo e cooperativismo, em particular para reforçar as capacidades de acessar às diversas possibilidades de comercialização. Este serviço de Assistência Técnica e Extensão (ATER) para agricultura familiar é baseado na presença de técnicos no campo e dotado de metodologias participativas de planejamento, monitoramento e avaliação que permitem a avaliação e análise regular de eventos visando melhorar a condução das atividades de extensão (SILVA, 2009). De acordo com Silva (2014), o serviço prestado pela ATER por meio de parceiros, está evoluindo por meio da licitação (a modalidade "Chamada Pública") e da celebração de contratos de gestão por prazo determinado,

seja com instituições governamentais (governos estaduais e municipais), organizações sem fins lucrativos, sindicatos ou negócios.

Com isso, as empresas contratadas para atenderem o público do PDHC são: Agreste Projetos e Planejamentos Agropecuários, Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença (ACAITO), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), Associação para o Desenvolvimento das Comunidades (ADECOP), Barra Consultoria, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA), Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Cooperativa de Trabalho Agrícola Assistência Técnica e Serviços, Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria (COOPERSAM), Diamantina Projetos, G.R. Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários, Instituto de Desenvolvimento Humano, Social e Ambiental (DESENVOLVER), Instituto Flor do Piqui, Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Semiárido Nordestino (SERTÃO VERDE), e Planejar Consultoria.

Na tabela 4, seguem as empresas que atuam diretamente com as famílias quilombolas, prestando os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).

Tabela 4- Lista de Empresas que atendem as famílias quilombolas no âmbito do PDHC.

<i>EMPRESAS</i>	<i>AL</i>	<i>BA</i>	<i>CE</i>	<i>ES</i>	<i>MA</i>	<i>MG</i>	<i>PB</i>	<i>PE</i>	<i>PI</i>	<i>RN</i>	<i>SE</i>	<i>Total Geral</i>
<i>ADECOM</i>		49										49
<i>AGERP</i>					166							166
<i>ASSOCENA</i>	134						19	231				384
<i>BARRA</i>						150						150
<i>CAATINGA</i>								2				2
<i>CACTUS</i>			45						682			727
<i>CETRA</i>			13									13
<i>COOATES</i>							39					39
<i>COOPERSAM</i>						69						69
<i>DESENVOLVER</i>						45						45
<i>DIAMANTINA</i>		105				16					186	307
<i>EMATER-AL</i>	226											226
<i>EMATER-CE</i>			3									3
<i>EMATER-MG</i>						43						43
<i>EMATER-PB</i>							2					2
<i>EMATER-PI</i>									3			3
<i>EMATER-RN</i>										7		7
<i>EMDAGRO</i>											209	209
<i>FLOR DO PIQUI</i>			40									40
<i>GR</i>					55							55
<i>INCAPER</i>				104								104
<i>IPA</i>								276				276
<i>PLANEJAR</i>						164						164
<i>SABIÁ</i>								56				56
<i>SERTÃO VERDE</i>										64		64
<i>TUPINAMBÁ</i>								121				121
<i>Total Geral</i>	360	154	101	104	221	487	60	686	685	71	395	3324

Fonte: Dados extraídos do SGA-(ANATER), 25-Nov-2021.

10.3 Beneficiários que recebem fomento

Para uma parcela expressiva das famílias quilombolas atendidas, a ATER chega junto com o apoio do Programa Fomento Produtivo⁵. É importante enfatizar que o Programa de Fomento foi inicialmente destinado aos agricultores familiares; entretanto, em decorrência do seu desempenho entre os anos de 2011 e 2014, para beneficiar famílias pertencentes a etnias e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, foram elaboradas metas

⁵ O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foi lançado em 2011, colaborando com uma estratégia de inclusão produtiva de agricultoras/es familiares, assentados/as da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza. https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/programa_fomento/Cartilha_Programa%20de%20Fomento.pdf

específicas e editáveis para a contratação de serviços de ATER. Portanto, conclui-se que a consolidação de movimentos sociais representativos de populações e comunidades tradicionais e que conduzam o discurso público para a proteção dos direitos territoriais e específicos dessas populações resultará em um processo de reconhecimento governamental (CARNEIRO *et al.*, 2016).

Na tabela 5, segue a relação das famílias quilombolas que recebem e que não recebem fomento, o principal objetivo do Programa Fomento de acordo com Carrilho (2018), é proporcionar condições efetivas para que as famílias desenvolvam uma estrutura produtiva, além de promover a geração de renda e a segurança alimentar. Diante disso ressalta-se que o número de famílias que não possuem acesso ao fomento é maior. O ideal seria um conglomerado de políticas públicas combinadas, para potencializar ainda mais a agricultura familiar como geradora de receitas na economia territorial (MELO, 2021).

Tabela 5- Famílias quilombolas beneficiárias do PDHC que possuem acesso ao Fomento.

UF	NÃO	SIM	Total Geral
AL	113	247	360
BA	154	-	154
CE	96	5	101
ES	64	40	104
MA	106	115	221
MG	190	297	487
PB	58	2	60
PE	446	240	686
PI	497	188	685
RN	15	56	71
SE	242	153	395
Total Geral	1.981	1.343	3.324

Fonte: Dados extraídos do SGA- Sistema de gestão de Ater (ANATER), 25-Nov-2021.

Nota: “-” Ausência de informações

Fleck e Kuhn (2019), registram que para o fomento de atividades rurais, grandes parcelas dos agricultores familiares pobres têm identificadas aspirações que melhorem suas condições como o aumento da renda, a melhoria de sua habitação e a permanência no meio rural. Junto com sua resistência, esses quilombolas continuaram construindo estratégias de produção agrícola mesmo sem acesso a qualquer política que incentivasse tal atividade ou assistência técnica (LOPES, MEDEIROS, TECCHIO, 2021).

10.4 Análise dos registros administrativos dos quilombolas atendidos pelo PDHC

Conforme indicado anteriormente, o total de famílias quilombolas atendidos pelo PDHC são 3.324 famílias, as quais fizeram parte de um diagnóstico inicial (T0), coordenado pela Anater, que teve como propósito levantar informações sobre as condições socioeconômica das famílias, com a finalidade de nortear a elaboração e a execução de um plano de ação das atividades de assistência técnica. Entre as informações levantadas, uma delas foi a renda que a família havia obtido nos 12 meses que antecederam a coleta de dados.

Neste aspecto 3.284 famílias responderam à questão sobre renda⁶ (Tabela 6), ou seja, do total de famílias quilombolas atendidos pelo PDHC, apenas o estado do Espírito Santo não respondeu tal questão. Convém esclarecer que, inicialmente, havia a previsão de realizar três diagnósticos (T0, T1 e T2) mas por restrições orçamentárias, foram reduzidos a dois (T0 e T2) e esses registros foram realizados por técnicos das empresas de ATER e podem estar sujeitos a erros de interpretação dos mesmo em campo.

Tabela 6-Renda média das famílias de agricultores quilombolas – PDHC

UF	T0 (R\$)	T2 (R\$)	Taxa de crescimento (%)
AL	1.098,33	2.876,58	162
BA	1.749,11	2.520,13	44
CE	1.381,89	1.481,67	7
ES	7.353,53	-	-100
MA	1.020,50	2.145,00	110
MG	1.789,18	5.298,95	196
PB	416,67	3.855,00	825
PE	1.255,47	3.188,47	154
PI	896,73	2.106,81	135
RN	3.006,39	5.512,68	83
SE	3.325,83	3.414,67	3
TOTAL GERAL	1840,64	3284,23	78%

Fonte: Dados extraídos do SGA- (ANATER), 29-Jun-2022

Nota: “-” ausência de informação

Na comparação da renda, destaca-se que é uma renda média nominal, ou seja, comparar a renda média de T0 que foi aplicado em 2018 com o T2 aplicado em 2022. Nos resultados, não foi considerada a inflação, por isso é um valor nominal; essa experiência, quando aplicada à situação atual, força uma ruptura com a tradição entre a adoção de um modelo de intervenção na agricultura familiar baseado na lógica de mercado e centrado na melhoria da capacidade produtiva e das condições de vida dos agricultores (CARNEIRO, 1997).

⁶ DIAGNÓSTICO – Indicadores de Sustentabilidade; Eixo econômico: Valor bruto da produção (últimos 12 meses).

Em relação a renda média das famílias em comparativo com 2018 a 2022, destaca-se o caso das famílias do estado do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais, que apresenta uma renda superior a cinco mil reais e uma taxa de crescimento elevado, o que contribui com o estudo de Boserup, (1987); Stone, (2001); que alegam que a quantidade de trabalho produzido é uma das principais variáveis que as teorias de intensificação agrícola podem usar para explicar a produtividade. Segundo Buainain (2006), o acesso aos mercados é o fator da principal razão para o sucesso de uma empresa familiar rural e que seus esforços, sejam eles tradicionais ou novos, são melhor recompensados. Destaque os produtores que são feirantes como forma de introduzir uma parcela considerável de agricultores familiares nos mercados, percebe-se que a maioria deles enfrenta grandes desafios na captação de recursos, na realização de investimentos sustentáveis e no avanço de projetos inovadores. Modelos baseados na relação entre população e tecnologia podem ser usados para explicar o progresso histórico e a evolução da agricultura, esclarecendo a intensificação da agricultura por meio do trabalho produtivo e do uso da terra. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Em relação ao T2, destaca-se o estado da Paraíba, com o valor da renda superior e com a taxa de crescimento mais elevado em comparação a outros estados, o que se converge com o estudo de (COSTA *et al.*, 2008), que alega que o papel de qualquer política agrícola diferenciada deve ser aumentar as "possibilidades" (de infraestrutura, assistência técnica, crédito etc.) para os produtores mais desfavorecidos para que alcancem seu "modelo ideal" de operação. Para Luca e Kubo (2015), modos de vida sustentáveis são modos de vida que possibilitam aumentar as capacidades das pessoas, tornando-as mais resilientes e resistentes a mudanças e desastres. Essa ideia interage com a noção de capital cultural (Bebbington, 1999), que se concentra nas qualidades simbólicas que se relacionam com as visões de mundo dos agricultores. De modo geral a renda em relação ao T2 teve um aumento significativo em comparação ao T0, pois através dos serviços de ATER oferecida pelo PDHC, autores como Callou, 2019 e como Neto e Lima (2016) o projeto aproveita e se enquadra no perfil de desenvolvimento local.

10.5 Análise da Segurança Alimentar

Os registros administrativos também captam algumas perguntas sobre segurança alimentar (Figura 7). Estas perguntas provavelmente foram extraídas da EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que contém 8 perguntas para adultos, e também prevê mais algumas perguntas para domicílios com menores de 18 anos de idade.

De acordo com Monego, *et al.* (2010), não são muitos os estudos que tratam de questões de qualidade de vida e da saúde comunitária nos quilombolas. Antes da publicação da Chamada

Nutricional Quilombola (2006), não havia uma análise nacional do perfil socioeconômico das famílias quilombolas, tampouco de seu estado nutricional. Esses dados permitem aos pesquisadores concluir que as comunidades pouco estudadas apresentam alto nível de insegurança alimentar. As comunidades quilombolas estão em condições de vida perigosas e têm acesso limitado a serviços de água e esgoto. Essa evidência nos permite acreditar que não existem alimentos adequados (PANIGASSI *et al.*, 2008).

Nessa perspectiva, os desafios de produção e acesso aos alimentos nas comunidades quilombolas atendidos pelo PDHC, a ausência de políticas públicas voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional é uma realidade dessas comunidades quilombolas, uma vez que vivem em condições desfavoráveis e carecem de recursos financeiros para investir em produtividade. (DA SILVA e DE MIRA, 2016).

Em relação aos dados sobre a segurança alimentar foram analisadas só as respostas “True”, no qual foi avaliado a porcentagem das famílias que responderam sim e a variação seria a diferença entre elas. As informações administrativas apontam para uma melhora significativa, uma vez que o número de famílias com falta de comida em casa diminuiu sensivelmente, destaque para os estados de Alagoas, Maranhão e a Paraíba (Tabela 7). O que difere do estudo de Silva, *et al.* (2008) que aponta que inúmeros fatores, como falta de terra, ausência de renda financeira, aumento de doenças, fatores ambientais, marginalização e analfabetismo, têm sido identificados como características das comunidades quilombolas com insegurança alimentar. A ausência de infraestrutura é outro fator que contribui para a insegurança alimentar. Algumas comunidades carecem de energia elétrica, o que dificulta a facilitação da produção de alimentos e a manutenção de altos padrões nutricionais.

Tabela 7- Porcentagem de respostas/pergunta, em T0 e T2 se comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida.

Comer menos do que deveria, porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida, nos últimos 12 meses?			
UF	T0 (%)	T2	VARIAÇÃO (%)
AL	57	-	-
BA	50	8	-42
CE	51	2	-49
MA	65	-	-
MG	28	10	-18
PB	33	-	-
PE	16	5	-12
PI	17	28	11
RN	16	5	-11
SE	9	30	21
TOTAL	26	19	-7

Fonte: Dados extraídos do SGA, 2022.

Nota: “-” ausência de informação.

Na tabela 8 destaque positivos para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão em comparação com o T0, pois de acordo com DA SILVA e DE MIRA, (2016), a modernização da agricultura familiar estabeleceu sua importância na oferta de segurança alimentar e nutricional, bem como iniciativas de saúde pública e instituições de políticas públicas, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade agrícola e atende às demandas globais por acesso a alimentos e melhor nutrição, promovendo a sustentabilidade ambiental.

Tabela 8- Porcentagem de respostas/pergunta, em T0 e T2 se alguma vez sentiu fome porque não pôde comprar comida.

Alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque a sua família não pôde comprar comida suficiente?			
UF	T0 (%)	T2	VARIAÇÃO (%)
AL	52	-	-
BA	42	-	-
CE	51	-	-
MA	91	-	-
MG	20	14	-6
PB	28	0	-
PE	16	1	-15
PI	16	34	18
RN	13	-	-
SE	8	30	-21
TOTAL	24	22	-2

Fonte: Dados extraídos do SGA, 2022.

Nota: “-” ausência de informação.

Posteriormente, a Tabela 9, somente o estado de Alagoas apontou dados positivos para essa pergunta, que se torna um comparativo com o estudo realizado por Mathis (2020), que aponta que na região do Pará a renda nas áreas rurais apontam que é 72% da média nacional para essas áreas. A situação financeira das famílias classificadas como grupos tradicionais é ainda pior; atualmente é de R\$ 114,69, ou cerca de 55% da renda média familiar..

Não podemos deixar de enfatizar a recente situação epidemiológica resultante do surto pandêmico ligado à COVID-19, que começou no final de 2019 e atingiu o pico em todos os continentes no primeiro semestre de 2020, tem causado crises em todas as facetas da existência humana (CLAUDINO, 2020). A progressão da doença e a gravidade das medidas restritivas permitem prever a próxima grande crise desde a Grande Depressão da década de 1930 (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Mesmo com os avanços significativos na mobilização social para a segurança alimentar e nutricional, bem como na formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais, alguns autores destacam a importância da segurança alimentar, a redução da pobreza e ampliação do

acesso aos alimentos, a nação ainda enfrenta constrangimentos e desafios decorrentes de uma história de desigualdade social, racial e política que restringe a representação democrática (GUBERT, SANTOS, 2010). Juntamente com as características pessoais, fatores relacionados ao local de residência podem ter diversos efeitos sobre a saúde e a segurança alimentar de uma determinada população (BAIRROS, 2013).

Apesar dos impactos serem claros, sabe-se que os piores efeitos, inclusive o aumento da pobreza, atingem os grupos que já apresentavam maior vulnerabilidade socioeconômica. (CLAUDINO, 2020).

Tabela 9- Porcentagem de respostas/pergunta, em T0 e T2 se a comida da casa terminou e não havia dinheiro para comprar.

A comida da sua casa terminou e não havia dinheiro para comprar mais?			
UF	T0 (%)	T2	VARIAÇÃO (%)
AL	75	-	-
BA	60	42	-18
CE	64	5	-59
MA	65	2	-63
MG	38	27	-11
PB	43	30	-13
PE	19	68	49
PI	24	49	25
RN	38	13	-25
SE	48	69	21
TOTAL	37	44	7

Fonte: Dados extraídos do SGA, 2022.

Nota: “-” ausência de informação.

A alimentação simboliza para unidades tradicionais a união entre o homem e a natureza, completada com traços culturais distintos e exclusivos de cada grupo humano, para entender melhor a questão da nutrição, é importante destacar os hábitos alimentares locais que se desenvolveram desde a infância e estão ligados a uma série de fatores: valores culturais que se estendem à ordem econômica (SANTOS, 2008).

Apesar da maioria das famílias exercerem atividades agrícolas, o estado do Maranhão, Alagoas e Ceará destacou-se positivamente em comparativo com os anos de 2018 a 2022 conforme mostra a tabela 10. Nos estados da BA, MG, PE, e PB se destacam por uma melhora significativa no número de famílias que comeu menos do que deveria em comparação com o T0.

Neste cenário, o PDHC levou uma melhora significativa para os agricultores quilombolas em relação a situação de segurança nutricional e alimentar, ampliando e diversificando a produção de alimentos, bem como alterando a forma como as famílias produzem seus próprios alimentos por meio da proliferação de atividades não agrícolas e mudanças estruturais.

No estudo de Neto e Lima (2016) a extensão rural e a assistência técnica desempenharam um papel de destaque no cenário rural. Segundo os autores a ATER representa a voz do setor rural para a sociedade e transmitindo o conhecimento de seus desafios, bem como de suas potencialidades. Este é um fator importante no desenvolvimento de planos e políticas que visam atender as necessidades dos agricultores.

Tabela 10- Porcentagem de respostas/pergunta, em T0 e T2 se comeu menos do que deveria, porque não havia dinheiro para comprar comida.

Comeu menos do que deveria, porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?			
UF	T0 (%)	T2	VARIACÃO (%)
AL	61	-	-
BA	55	8	-47
CE	51	-	-
MA	64	-	-
MG	30	14	-16
PB	33	3	-30
PE	20	5	-15
PI	17	33	16
RN	19	10	-9
SE	10	30	20
TOTAL	28	23	-5

Fonte: Dados extraídos do SGA, 2022.

Nota: “-” ausência de informação.

Com relação às respostas da tabela 11, em que as famílias responderam sobre “alguma pessoa na sua casa teve que comer menos ou deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro”, destaca o estado de Alagoas, Ceará e Maranhão, que apresentaram dados positivos em relação ao T0. Esses dados mostram como a Ater pode contribuir para determinados setores da sociedade, não é apenas o aumento da produção, mas a garantia da segurança alimentar, a geração de renda, a agregação de valor e a estabilidade do modelo de desenvolvimento rural possibilitam a estabilização do ser humano no campo e o fortalecimento da economia local, uma vez que o programa em análise pode aumentar o poder aquisitivo do produtor.

De acordo com Darolt (2013), o objetivo de garantir a estabilidade do mercado e incentivar os pequenos produtores a aumentar sua produção através de políticas voltadas para garantir a segurança nutricional e alimentar, por meio dos programas governamentais, os alimentos de base ecológica são adquiridos diretamente de agricultores familiares ou associações e cooperativas de produtores e, em seguida, são distribuídos ao público em geral por meio de entidades assistenciais governamentais e escolas públicas.

Com isso, todas as pessoas possuem o direito à alimentação (DA SILVA e DE MIRA, 2016), como fica claro na Declaração de 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui o direito à alimentação entre outros direitos, no artigo XXV:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Tabela 11- Porcentagem de respostas/pergunta, em TO e T2 se alguém na casa tece que comer menos ou deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro.

Você ou alguma pessoa na sua casa teve que comer menos ou deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro para comida?			
UF	TO (%)	T2	VARIAÇÃO (%)
AL	63	-	-
BA	52	8	-44
CE	56	-	-
MA	95	-	-
MG	27	15	-12
PB	33	3	-30
PE	19	4	-15
PI	19	37	18
RN	17	5	-12
SE	12	30	18
TOTAL	29	25	-4

Fonte: Dados extraídos do SGA, 2022.

Nota: “-” ausência de informação.

11 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO ONLINE- *MONITORA ONLINE*

Entre as datas de 23 de novembro de 2020 e 5 de janeiro de 2021, a Universidade de Brasília (UnB) realizou um estudo remoto conhecido como “*Monitora Online*” com o objetivo de fornecer informações significativas sobre o Marco Lógico do PDHC. Nenhuma entrevista foi realizada no estado do Espírito Santo, pois um baixo número de amostras foi sorteado neste estado. Portanto, baseado nessa justificativa, não houve coletas no Espírito Santo.

Com relação ao questionário apresentado, Anexo 2, apenas três perguntas foram essenciais para complementar os resultados dessa análise.

De acordo com a tabela 12, destaca-se que 87,8% dos agricultores familiares quilombolas receberam o auxílio emergencial na pandemia de COVID -19, nota-se que quase todos os agricultores beneficiários do programa receberam esse auxílio; destaca-se o estado da Paraíba. Dentre as medidas adotadas para o combate à pandemia do coronavírus (COVID-19), visou a criação do Serviço Auxiliar de Emergência, instituído pela Lei nº 13.982 de 2020, visando reduzir os efeitos sociais decorrentes das medidas restritivas e do distanciamento social. Como resultado, a assistência criada preenche uma lacuna de proteção social para os chamados trabalhadores da informação, uma vez cumpridos os requisitos legais (CARDOSO, 2020).

Esse auxílio possibilitou garantir a renda básica aos mais pobres, incluindo os agricultores quilombolas assistidos pelo PDHC, segundo Friedman (2019), as mudanças nas esferas política e

acadêmica tornaram o governo uma figura de destaque na proteção das pessoas dos caprichos da vida como o desemprego e a pobreza e na gestão da economia como um todo, ideia que deu origem ao New Deal.

Tabela 12 – Agricultores quilombolas que recebeu auxílio emergencial.

UF	Não	Sim	Sem declaração
AL	11,4%	84,8%	3,80%
ES	-	-	100,00%
MA	5,6%	94,4%	-
MG	17,4%	82,6%	-
PB	-	100,0%	-
PE	4,3%	93,5%	2,20%
PI	2,1%	85,1%	12,80%
SE	7,1%	88,6%	4,30%
Total	6,1%	87,8%	6,00%

Fonte: Monitora online, 2020/2021.

Nota: “-” ausência de informação.

O estudo de Ferreira (2022), aponta que nestas comunidades, a maior parte da atividade econômica é agrícola e dependente da venda do excesso de produção no mercado local, as medidas necessárias de resposta ao Covid-19, que se centram no encerramento do mercado e das feiras livres, juntamente com a ausência de assistência e políticas públicas que efetivamente devolvem autoridade ao povo, resultaram em uma grave crise econômica e social nessas comunidades, o que difere dos resultados apontado pelo Monitora Online.

Com o advento da COVID-19, apesar da quarentena impossibilitar as comunidades de escoarem e comercializar a sua produção, o impacto na renda e na produção não foi sentido como uma dificuldade. Suas produções em alguns casos aumentaram, como no estado do PI com 10, 6% e PB 18,2%. Conforme mencionado acima, o auxílio emergencial fez com que os agricultores mantivessem a mesma produção, como destaca na tabela 13, no entanto, cabe enfatizar que 42% do público quilombola respondente mantiveram as mesmas quantidades.

Tabela 13- Covid_ 19 prejudicou a produção dos agricultores quilombolas.

UF	Não. A minha produção aumentou.	Não. Estou produzindo a mesma quantidade que antes da Pandemia da Covid 19.	Sim. Estou produzindo menos.	Não sei responder	Sem declaração
AL	5,1%	53,2%	29,1%	8,9%	3,8%
ES	-	-	-	-	100,0%
MA	5,6%	25,0%	52,8%	16,7%	-
MG	-	30,4%	26,1%	43,5%	-
PB	18,2%	9,1%	27,3%	45,5%	-
PE	1,1%	32,6%	43,5%	20,7%	2,2%
PI	10,6%	31,9%	36,2%	8,5%	12,8%
SE	2,9%	67,1%	18,6%	7,1%	4,3%
Total	5,3%	42,0%	32,2%	14,5%	6,0%

Fonte: Monitora online, 2020/2021

Nota: “-” ausência de informação

Na mesma ótica, no período de pandemia, foi retratada a questão sobre o consumo de alimentos (ANEXO 2), entendem-se que a melhor forma de garantir um meio de sobrevivência é a implementação de uma Ater que gera rendimentos e melhorias em suas comunidades como destaca a Tabela 14. Deste modo, a perspectiva em relação a produção, melhorou significativamente na vida dos agricultores familiares quilombolas, não deixando de destacar o valor do auxílio que essas famílias receberam.

Tabela 14 - Com o Melhorou o consumo de alimentos para os agricultores quilombolas.

UF	Melhorou bem	Melhorou muito	Melhorou um pouco	Melhorou um pouquinho	Não mudou nada	Não sei responder	Sem declaração
AL	13,9%	8,9%	51,9%	13,9%	5,1%	2,5%	3,8%
ES	-	-	-	-	-	-	100,0%
MA	27,8%	13,9%	38,9%	5,6%	8,3%	5,6%	-
MG	34,8%	13,0%	21,7%	13,0%	4,3%	13,0%	-
PB	9,1%	9,1%	9,1%	9,1%	45,5%	18,2%	-
PE	14,1%	23,9%	30,4%	14,1%	10,9%	4,3%	2,2%
PI	17,0%	14,9%	38,3%	17,0%		2,1%	10,6%
SE	30,0%	18,6%	34,3%	10,0%	1,4%	1,4%	4,3%
Total	20,5%	16,3%	35,3%	13,0%	5,5%	3,9%	5,5%

Fonte: Monitora online, 2020/2021.

Nota: “-” ausência de informação.

Quando esse quadrilátero desviante é identificado, há competição pelo uso de políticas públicas baseadas em evidências, como os programas de transferência de renda. Sabendo que a questão distributiva é a raiz da pobreza no Brasil, os programas de transferência de renda assumem um papel de liderança no combate à pobreza e trabalham para melhorar as condições de vida das famílias mais pobres, que lutam para obter as necessidades de sobrevivência e bem-estar, como alimentos. Essa deficiência de renda é tratada por meio de transferências (GOMES, 2022).

Contudo, através desses dados e do período que foram coletados, mostram o impacto positivo em relação a produção e a renda, podendo demonstrar êxito nas formas de mobilização, abordagens e ações que viabilizassem a participação dos agricultores nas ações coletivas previstas no projeto, diante dos objetivos do PDHC em potencializar a ação e protagonismo do público nas comunidades atendidas.

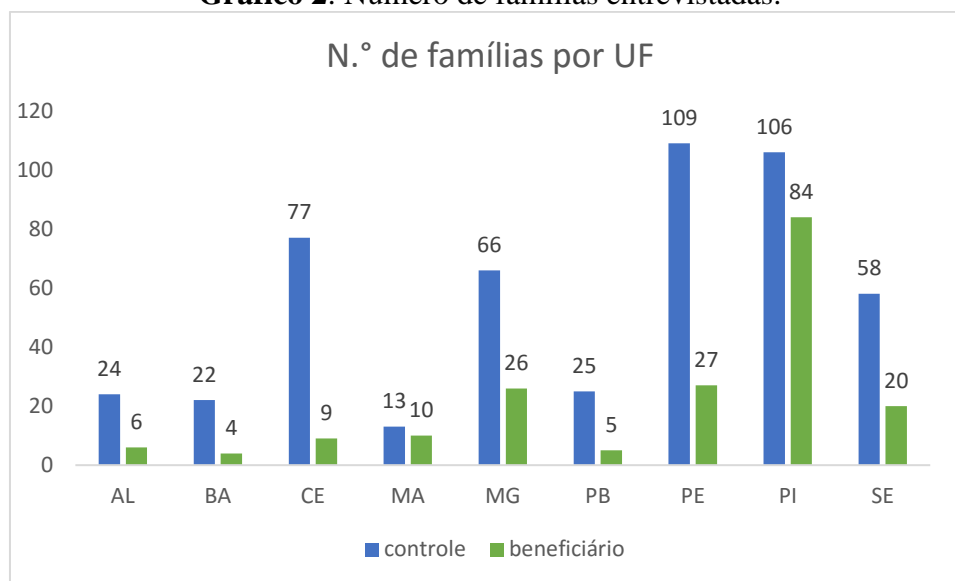
12 ANÁLISE DA LINHA DE BASE NO ANO DE 2022 NO PDHC- PROJETO MONITORA

12.1 Coleta de dados em 2022 sobre os resultados obtidos pelos agricultores no ano de 2021.

Embora a política pública no Brasil se preocupe com a qualidade de vida, uma investigação nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate às Mudanças Climáticas (MDS) em comunidades quilombolas, aponta que a maioria dessas famílias vive em extrema pobreza (MARIA *et al.*, 2013). Em geral, estudos realizados em comunidades quilombolas mostram alta prevalência de problemas básicos de saúde relacionados a condições perigosas de moradia e vida, falta de cuidados básicos de saúde e acesso limitado à educação e serviços em saúde.

Nesta perspectiva, esta seção descreve as características mais gerais da amostra realizada pelo Projeto Monitora, analisando as respostas das 691 famílias obtidas pela entrevista realizada, sendo 191 famílias de agricultores quilombolas que compõem o “grupo beneficiários” e 500 com famílias de agricultores quilombolas que formaram o “grupo controle, de acordo com o gráfico abaixo, através do referido software *Rstudio*, que foi uma ferramenta decisiva para apresentar os resultados em vários momentos das atividades. Apenas foram considerados beneficiários, aqueles agricultores que declararam efetivamente terem recebido a assistência Técnica do PDHC.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Cultural Palmares para o Ministério da Cultura mapeou 3.524 comunidades quilombolas em todo o Brasil. Apenas 1.523 deles receberam certificação (BAIRROS, 2013). Como um grupo específico originário de uma população que foi exterminada pela escravidão, as comunidades quilombolas constituem uma população minoritária composta por cidadãos vulneráveis (PASSOS, 2021).

Gráfico 2: Número de famílias entrevistadas.

Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

Assim, o princípio da igualdade é normatizado no “caput” do artigo 5º da Constituição. Mas, o tratamento igual para todos pode ser muito injusto na prática, logo, o tratamento igual deve atender o caráter isonômico “consiste em reconhecer a existência de uma diferença real e efetiva entre duas ou mais situações” e na “seleção de um critério diferenciador apto a avaliar as diferenças e compatível com a razão de ser da diferenciação” (DUARTE, 2007, p.101).

As políticas públicas de igualdade racial têm o seu nascedouro na busca pela igualdade material, com políticas afirmativas em prol do princípio da isonomia, para melhor atender aos anseios da população a elas destinadas, como às comunidades quilombolas, refletindo “com base na complementaridade desses modelos, privilegia o olhar para a formulação de políticas públicas como ponto inicial que deflagra todo um processo que produzirá resultados concretos na realidade social” (RODRIGUES, 2010, p.265).

Assim, parte-se do entendimento da necessidade de fomentar políticas públicas de igualdade racial como forma de acesso à cidadania nas comunidades quilombolas. Elas são a instrumentalização ao acesso a direitos civis, políticos e sociais, objetivando a estruturação de uma vida digna para tais minorias, segundo o seu modo de vida, resultando em maior acesso à cidadania nos moldes mais justos aos primados da democracia.

12.2 Segurança Alimentar através da avaliação do último ano.

Para medir o nível de (in) segurança alimentar foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foram entrevistados de acordo com a amostra do Projeto Monitora. A EBIA consta com perguntas centrais, essas questões enfocam os alimentos consumidos em casa e visam identificar o nível de segurança alimentar da família e o nível de segurança nutricional no ano anterior, com resposta do tipo [sim] ou [não] para situação no ano anterior BAIRRO, (2013).

Cada resposta afirmativa representa um ponto e a somatório dos pontos avalia a insuficiência alimentar em diferentes níveis de intensidade:

Quadro 2: Avaliação da insuficiência alimentar em vários níveis.

CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
AS	Segurança Alimentar	0	0
IL	Insegurança leve	1-5	1-3
IM	Insegurança moderada	6-10	4-6
IG	Insegurança grave	11-15	7-8

Fonte: BAIRRO, (2013).

O questionário contemplava à alimentação consumida no domicílio nos últimos 3 meses como: preocupação de que os alimentos acabassem, se a comida tinha acabado, se os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro, comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, deixou de fazer alguma refeição, sentiu fome, mas não comeu, comeu menos do que achou que devia, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer (Anexo1).

Conforme a tabela 15, com foco nas porcentagens apresentadas em relação à Segurança Alimentar (AS), enfatizo que ao comparar um grupo ao outro, o grupo controle teve maior porcentagem em relação à AS, além disso, por ser a EBIA uma escala psicométrica com componentes subjetivos, ela pode ser alterada pela insegurança alimentar em famílias realmente pobres, onde a ausência de alimentos pode não ser reconhecida oficialmente porque se tornou "comum", (SILVA, 2014). Portanto estudo futuros são necessários para responder o porquê o grupo está diferente do outro.

Quanto à classificação das famílias segundo a presença de Insegurança Alimentar Leve (IAL), destaque o “grupo controle”, que apresenta uma porcentagem significativamente mais elevada em relação ao “grupo beneficiário”, como estado do MA com 60% e AL com 42%. De

acordo com o IBGE, (2014), a insegurança alimentar leve é caracterizada pela preocupação com o acesso futuro aos alimentos e qualidade nutricional inadequada. Esse fato reforça o histórico de vulnerabilidade dessas famílias, evidenciado pelo baixo nível econômico e educacional, pela participação significativa em programas sociais de transferência de renda e pela vulnerabilidade à deterioração das condições de moradia (SILVA, 2017).

Na IA Moderada, destaque com valores significativos altos o “grupo beneficiários” dos estados de AL (33%) e PI (31%), portanto alguns estudos como o de Monego, *et al.* (2010), relata da (falta de) qualidade dos alimentos e a preocupação com a sua aquisição foi um dos fatores estudados que mostrou maior relevância, que muitas famílias necessitam de mais recursos para adquirir alimentos e que o crescimento da renda nem sempre coincide com a expansão familiar.

No que se refere a IA GRAVE, o estado da Paraíba e da Bahia, não apresentaram nenhuma porcentagem no grupo beneficiário. MONEGO, *et al.* (2010), observe que IA dentro das comunidades quilombolas estudadas tende a diminuir quando as condições de vida e o acesso a bens e serviços melhoram.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Art. 3º Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 p.1) [6].

Os dados apontados sobre IA Grave, destaca que o “grupo controle” teve menos constatação da ocorrência, no seu total, apenas 13%, através do estudo de SEGALL-CORRÊA, (2007) é caracterizado por uma escassez quantitativa de alimentos à mesa, o que contribui para que adultos e crianças da família se sintam famintos. O estudo de Silva *et al.* (2008), identificaram uma série de fatores, incluindo a falta de posse da terra, falta de renda financeira, escalada de doenças, fatores ambientais, marginalização e analfabetismo, que caracterizaram as comunidades quilombolas em situação de insegurança alimentar.

O primeiro estudo a demonstrar o nível de insegurança alimentar vivenciado por essa população em nível nacional foi a Chamada Nutricional Quilombola, realizada em 2006 com famílias com membros menores de cinco anos, (SARDINHA, *et al.*, 2014). Essa realidade persistiu e foi confirmada pelo levantamento de 2011 da segurança alimentar e nutricional nas Comunidades Tituladas Quilombolas, que incluiu 169 comunidades. Constatou-se uma alta prevalência de

insegurança alimentar (55,6%), juntamente com condições de vida perigosas, nos domicílios amostrados (MDS, 2013).

Entretanto estudos continuam revelando altos índices de insegurança alimentar entre as famílias beneficiárias (Ferreira, 2014), (PEIXOTO, *et al.*, 2014). Por se tratar de um estudo transversal em que as variáveis explicativas e o desfecho foram mensurados ao mesmo tempo, é impossível descartar a possibilidade de causalidade reversa. Com isso, famílias mais vulneráveis e, conseqüentemente, em insegurança alimentar podem ter sido contempladas pelo PDHC e através desses resultados, necessita de maiores estudos.

Outra questão, embora a quantidade de alimentos disponibilizados esteja aumentando, não necessariamente houve uma melhora na qualidade nutricional dos alimentos, (COTTA, 2013). Programas de transferência de renda condicional são cruciais para garantir a segurança alimentar como enfatiza a mesma autora. No entanto, devem ser combinadas com outras políticas públicas de educação nutricional e alimentar, projetos de desenvolvimento de infraestrutura e ações que tenham impacto no sistema produtivo (como geração de empregos, formalização de empregos, estabilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar), entre outras ações.

Os grupos quilombolas tem indícios de maior pobreza e insegurança alimentar; o fato de terem sido atendidos pelo PDHC pode ter ajudado a diminuir esta desigualdade, mas aparentemente os resultados apontam que mesmo com o apoio do programa, a insegurança alimentar parece ainda ser uma presença marcante entre os quilombolas.

Tabela 15- Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)

UF	CONTROLE CLASSE_EBIA				BENEFICIÁRIO CLASSE_EBIA			
	S A	IA LEVE	IA MODERADA	IA GRAVE	S A	IA LEVE	IA MODERADA	IA GRAVE
AL	38%	42%	13%	8%	33%	17%	33%	17%
BA	27%	23%	9%	41%	50%	50%	-	-
CE	58%	26%	14%	1%	67%	-	11%	22%
MA	10%	60%	20%	10%	11%	33%	11%	44%
MG	66%	18%	8%	8%	58%	27%	12%	4%
PB	83%	-	13%	4%	80%	20%	-	-
PE	43%	32%	16%	9%	35%	42%	15%	8%
PI	24%	17%	31%	28%	16%	18%	31%	35%
SE	36%	31%	22%	10%	35%	30%	25%	10%
Total	44%	25%	18%	13%	31%	24%	22%	22%

Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022

Fota: “-” ausência de informação

12.3 Segurança Alimentar em relação a alimentação nas últimas 24 horas.

Outra questão sobre segurança alimentar, foi em relação quais grupos de alimentos a família consumiu nas últimas 24 horas, (Anexo 1). Dessa forma, a segurança alimentar (AS) refere-se ao acesso contínuo a alimentos ricos em vitaminas e minerais, e não simplesmente ao ato de consumir esses nutrientes. Com isso, a identificação das condições de vida e a disponibilidade de alimentos no cotidiano das famílias se transformam em ferramentas cruciais para avaliar a (in) segurança de seu abastecimento alimentar (AI) (LANDIM *et al.*, 2016).

Em relação a tabela 16 e 17, destaco que só foram analisadas a resposta assinalada como (Sim), o que são respostas positivas. Em relação aos “GRÃOS” e “LEGUMINOSAS” destaca-se ambos os grupos, com a porcentagem acima de 95% das famílias que consumiram essa variedade nas últimas 24 horas. Sobre a “CARNES” e “OVOS” a porcentagem passou de 60% em ambos os grupos e “LÁCTEOS” e “OUTROS VEGETAIS” com a porcentagem superior a 50%. A capacidade de criar uma base de recursos, que lhes garante autonomia como afirma (PLOEG, 2008), que se traduz no abastecimento adequado de alimentos por meio da produção doméstica para autoconsumo. No contexto da discussão sobre a segurança nutricional de pessoas e comunidades tradicionais, é necessário considerar o autoconsumo como um método para melhorar a qualidade alimentar no seio familiar, em oposição à exigência de que a produção de alimentos seja priorizada com base na quantidade, sem levar em consideração a qualidade ou origem dos produtos (DOS SANTOS *et al.*, 2016).

O autoconsumo, também conhecido como produção de sobrevivência, é classificado como um diferencial da agricultura familiar por Gazolla (2004). Segundo Maluf (2009), a viabilidade das atividades de produção agrícola continua sendo um componente crítico para a permanência das famílias rurais, tanto como fonte direta de renda financeira e autossuficiência, quanto como base para muitas atividades não agrícolas.

Em relação aos outros grupos de alimentos, o grupo beneficiários apontaram resultados significativos em relação ao outro grupo controle, com alimentos que consumiram nas últimas 24 horas. Brando (2007) descobriu que os estudos sobre hábitos alimentares em comunidades rurais tradicionais são conduzidos sob a orientação do meio ambiente (território específico) e da cultura, ao contrário dos estudos realizados em áreas agrícolas que se desenvolvem sob a ótica do tempo e da história. Embora possa ser difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões,

o autor afirma que é necessário tratá-las como inter-relacionadas porque tanto a natureza quanto as sociedades humanas sempre coexistiram.

Tabela 16- Famílias dos beneficiários consumiram essa variedade nas últimas 24 horas.

BENEFICIÁRIO										
UF	Grãos	Leguminosas	Sementes	Lácteos	Carnes	Ovos	Vegetais	Frutas	Outros vegetais	Outras frutas
AL	100%	83%	33%	67%	100%	67%	0%	50%	17%	33%
BA	100%	100%	25%	75%	100%	100%	0%	75%	75%	50%
CE	89%	100%	11%	44%	78%	100%	0%	33%	33%	33%
MA	100%	90%	0%	50%	80%	70%	50%	60%	50%	60%
MG	100%	96%	4%	65%	73%	69%	62%	42%	62%	54%
PB	100%	100%	0%	100%	100%	100%	0%	40%	0%	100%
PE	96%	96%	7%	52%	85%	70%	4%	44%	0%	63%
PI	99%	94%	8%	57%	75%	48%	1%	35%	37%	43%
SE	95%	100%	5%	55%	100%	65%	15%	45%	20%	75%
Total	98%	95%	8%	58%	81%	62%	14%	41%	33%	52%

Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

Tabela 17- Famílias do grupo controle consumiram essa variedade nas últimas 24 horas.

CONTROLE										
UF	Grãos	Leguminosas	Sementes	Lácteos	Carnes	Ovos	Vegetais	Frutas	Outros vegetais	Outras frutas
AL	96%	100%	4%	71%	96%	88%	8%	54%	21%	71%
BA	95%	86%	27%	64%	86%	95%	27%	77%	50%	55%
CE	99%	100%	5%	52%	83%	100%	1%	49%	43%	49%
MA	100%	77%	0%	46%	92%	62%	15%	62%	38%	54%
MG	100%	100%	3%	48%	52%	65%	47%	48%	53%	53%
PB	100%	100%	0%	76%	96%	88%	0%	60%	4%	80%
PE	97%	96%	7%	57%	90%	74%	7%	62%	10%	58%
PI	99%	96%	5%	64%	76%	50%	7%	25%	38%	50%
SE	100%	95%	5%	62%	97%	62%	14%	69%	17%	71%
Total	99%	97%	6%	59%	82%	72%	13%	52%	30%	57%

Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

Alguns autores como, Silva *et al.* (2008b, p. 51) sugerem que essa realidade é resultado da discriminação e exclusão que esse segmento da população vive em relação aos brasileiros como um todo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugere, com base em dados do governo brasileiro, que existe situação semelhante, em que as comunidades quilombolas têm renda inferior à da população brasileira como um todo e enfrentam insegurança alimentar devido à presença de fomes causadas, em parte, pela produção inadequada de alimentos que não atende aos requisitos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (PNUD, 2012; BRASIL, 2006).

Bentes (2003, p. 149) afirma que os principais motivos da obesidade e da insegurança alimentar são fatores que impedem o acesso aos recursos locais que permitem a produção adequada

e acesso a alimentos de qualidade. Cabe destacar o consumo de “Sementes”, que é inferior a 10% nos dois grupos, Silva *et al.* (2008a) acrescentam à lista de fatores que podem levar à insegurança alimentar nas comunidades quilombolas: falta de terra, falta de renda monetária, aumento de doenças, fatores ambientais, marginalização e analfabetismo. Além disso, foram constatadas deficiências no consumo de nutrientes (tanto macro quanto micronutriente) pelos quilombolas em algumas regiões do país (MELO *et al.*, 2020; SILVA, 2013). Com isso, as famílias nessas comunidades dependem da agricultura de subsistência e suplementar como sua principal atividade econômica para garantir o fornecimento de bens de consumo essenciais. (FREITAS *et al.*, 2011).

Portanto, as mudanças sociais e econômicas que ocorreram, juntamente com as mudanças na demografia, nutrição e epidemiologia, alteraram os hábitos alimentares tradicionais dos quilombos, bem como os métodos utilizados na produção de alimentos. Segundo Valente (2007), encontram-se numa situação em que o risco de intoxicação alimentar é evidente porque a quantidade de alimentos necessários não foi aumentada, comprometendo o estado nutricional das famílias.

A relevância das ações da ATER pode depender do potencial de melhoria dos níveis de produtividade e renda, bem como da melhoria das condições de vida dos agricultores e suas famílias (CAPORAL e RAMOS, 2019). Um processo contínuo de qualificação e aprendizado que envolva a participação nas estruturas organizacionais das cooperativas, acrescenta Nunes *et al.* (2020^a), principalmente as cooperativas, tende a estimular a inovação e tornar os agricultores familiares mais aptos a enfrentar desafios que visam agregar valor e criar mercados. Contudo, estudo futuros são necessários para melhor averiguação dos dados.

12.4 Relação da renda média das famílias quilombolas

Por meio de entrevistas diretas com as famílias das comunidades quilombolas realizados com uma amostra escolhida do Projeto Monitora, foram utilizados dados primários para caracterização socioeconômica. Foi realizado Avaliação de Impacto por meio do software *RStudio* e a técnica de pareamento do procedimento do PSM, que permite estimar os efeitos causais de um tratamento após realizar uma comparação entre as unidades assintomáticas de cada grupo (neste caso, os beneficiários do PDHC e o grupo controle), utilizando uma coleção de covariáveis.

O poder de um teste estatístico é definido como a probabilidade de rejeitar uma hipótese nula, dado que a própria hipótese é falsa. Na prática, é fundamental ter testes com níveis de significância próximos ao nível nominal de significância e ter autoridade forte mesmo em situações envolvendo amostras pequenas (BORGES, *et al.*, 1999).

Nas perguntas (Anexo1), foram examinados os aspectos sociais e de saúde da população, registrando-se informações sobre o produtor e sua família, condições de vida, disponibilidade de bens duráveis e acesso a transporte. ao meio (NEIVA, 2009). Os dados derivados do questionário foram analisados e descritos de acordo com Metodologia proposta por (GIL, 1999). A estrutura da renda bruta das famílias é composta, “pela renda de autoconsumo, pelos rendimentos obtidos com a venda de produtos agropecuários, aposentadorias, salários das esposas, programas sociais e outras rendas provenientes de atividades temporárias desenvolvidas fora da unidade familiar” (NEIVA, 2009 p. 60).

Ao analisar os dados das entrevistas (TABELA 18), conseguimos comparar as famílias que são beneficiárias e controle através da técnica do PSM que resultou os beneficiários com uma renda superior do grupo que são controle. O PDHC impactou positivamente as receitas agropecuárias em 48%, e propiciou um aumento de 36% do valor da produção total das famílias quilombolas atendidos pelo programa, isso se deve às habilidades e atividades desenvolvidas pelos participantes do programa, uma vez que essas habilidades e conhecimentos permitiram que eles administrassem e organizassem melhor as atividades nas propriedades rurais.

É evidente que os agricultores familiares e extensionistas rurais estão preparados para assumir desafios novos, riscos e produzir conhecimentos e tecnologias mais adequados para atender às expectativas de uma sociedade maior que, como eles, espera um futuro de qualidade para suas gerações futuras. Além disso, o desenvolvimento econômico dos produtores não será sustentável se eles não apoiarem a resiliência das economias locais e suas conexões sociais com as comunidades. (GRIEBLER, *et al.*, 2018).

Tabela 18- Receita dos agricultores dos grupos controle e beneficiário

RECEITA	BENEFICIÁRIO	CONTROLE	ACRÉSCIMO (%)
Receita Agro Vendas	2020,9	1366,5	48%
Renda Agro Consumo	2569,7	2214,4	
Valor Agro Total	4847,3	3556,3	36%
Renda percapita	5957,3	6274,2	

Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

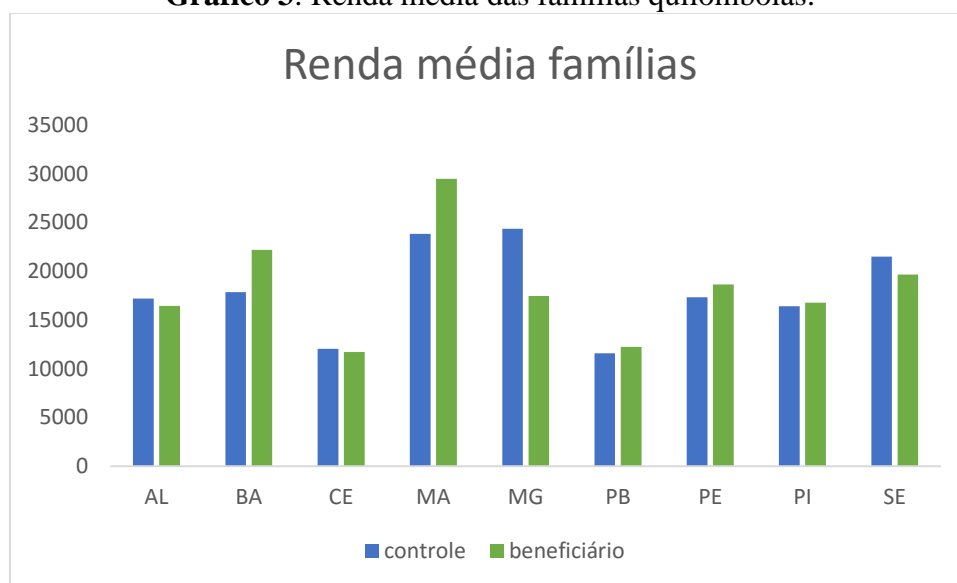
Nota: *** renda per-capita: em 2021 tivemos o auxílio emergencial.

Contudo, os produtores viram todas essas atividades cooperativas de forma favorável, destacando a importância da assistência técnica e da extensão rural por meio do auxílio de métodos participativos e agroecológicos para o desenvolvimento de famílias e comunidades em nível produtivo, social e ambiental (GRIEBLER, *et al.*, 2018). Esses métodos também permitem

oportunidades de interação do produtor e a criação de novos relacionamentos para o aumento da sua renda como enfatiza os mesmos autores.

Seguindo a mesma ótica, no gráfico abaixo, destaca-se a diferença de renda entre os estados com os agricultores de ambos os grupos. A renda dos beneficiários é até um pouco menor que o do controle em AL, CE, MG e SE, isto mostra que a ação do PDHC no impacto da renda não foi homogênea, varia de acordo com o Estado e das empresas que prestaram o serviço, que pode ser objeto de estudos posteriores.

Gráfico 3: Renda média das famílias quilombolas.



Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

Nota: rendimentos sem pareamento da avaliação de impacto.

12.5 Número de famílias quilombolas que recebem fomento

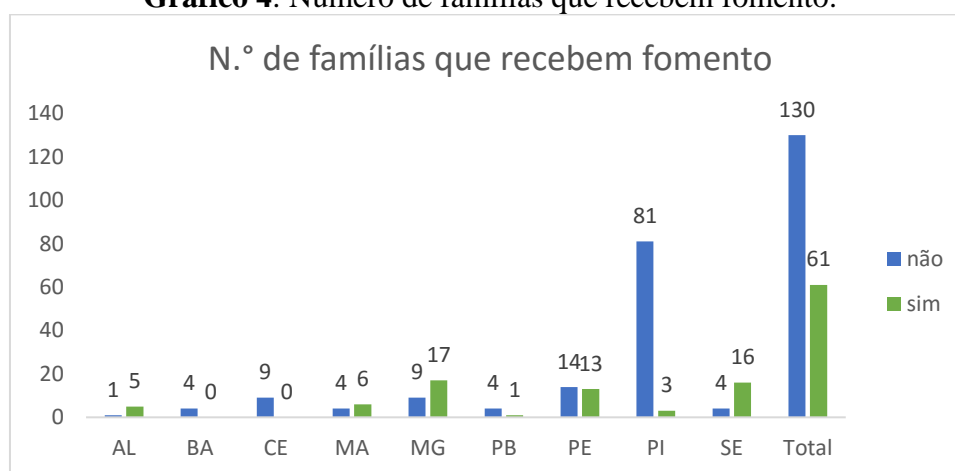
Os dados coletados através da questão relacionada ao fomento, conforme o gráfico 4, demonstram que os beneficiários do programa, a maioria não recebe fomento, apenas 61 famílias possuem acesso a esse programa. Por ser uma amostra reduzida, não foi realizado avaliação de impacto do grupo fomento. Apesar da oferta de Ater pelo PDHC, essa manifestação demonstrou um valor significativamente menor, indicando que a política pública ofertada para as comunidades quilombolas visa prioritariamente a superação da desigualdade racial, servindo como ferramenta primordial para a efetivação de direitos, mas também visa reconhecer a luta histórica de uma etnia pela igualdade (PASSOS, 2021). A literatura fundamenta-se no princípio da igualdade equitativa de oportunidades de Rawls (2000), que afirma que diferenças futuras na distribuição de riqueza

podem ser aceitas para beneficiar aqueles que enfrentam maiores desvantagens econômicas e sociais, como as minorias.

A falha do governo em formular políticas públicas que atendam efetivamente a essa população é evidente em inúmeras instâncias, especialmente em um clima de tensão entre a busca dos direitos de cidadania das comunidades quilombolas e a promoção de direitos por parte do Estado (PASSOS, 2021).

O isolamento das comunidades quilombolas mantém sua marginalização social nas instituições governamentais e lhes nega o acesso aos direitos de cidadania, perpetuando um ciclo de respostas inadequadas às necessidades humanas básicas (MBEMBE, 2018).

Gráfico 4: Número de famílias que recebem fomento.



Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

12.6 Relação sobre a renda média com fomento das famílias agricultoras quilombolas

Por ser responsável pelo desenvolvimento do produto, o Fomento também será analisado, pois, segundo Rodrigues (2016), sem o financiamento do fomento, mesmo com uma boa aplicação da ATER, muito provavelmente uma pessoa em situação de pobreza será incapaz de colocar em ação o projeto de produção escolhido. O autor destaca que a política integrada de combate à pobreza é uma novidade na política brasileira, principalmente no meio rural, e que vale a pena investigar como ela funciona, principalmente em relação ao papel da ATER. Para saber se esta é uma boa e eficiente estratégia para atingir o objetivo, é fundamental reconhecer a importância de uma política que coloque a ATER como motor do desenvolvimento de uma determinada região ou grupo de tecnologias.

As ações de apoio às famílias são baseadas em serviços de ATER e recursos não reembolsáveis para o desenvolvimento econômico (R\$ 2,4 mil por família, em dois anos)

(PEGLOW, 2017). Este fomento destina-se a apoiar a implementação de um projeto de produção (para atividades agrícolas ou não agrícolas) para que as famílias agricultoras em extrema pobreza possam produzir para consumo próprio e entrar no mercado como forma de gerar retorno financeiro (MELLO *et al.*, 2015).

Nesse sentido, definir um “bom” agricultor como aquele que obtém a renda de sua família quase inteiramente da atividade agrícola significa excluir a possibilidade de combinar a agricultura com outras fontes de renda que, em alguns casos, são essenciais para a continuidade da atividade agrícola e, conseqüentemente, essencial para a retenção da mão de obra na fazenda, (CARNEIRO, 1997). Porém, “linhas de pobreza” com base na renda “é uma das abordagens mais usadas para comparar situações de pobreza, apontando como solução a distribuição de recursos monetários que oportunizam a modificação da faixa de renda, porém sem alterar necessariamente suas condições de vida” (KUHN, 2008, p. 30-31).

Na Tabela 19, destacam-se a renda média dos 61 beneficiários do projeto que recebem fomento, e dos que não recebem fomento do grupo de controle. Ressalta o valor da renda média de consumo e a renda média total dos agricultores beneficiários que recebem fomento é superior ao outro grupo. De acordo com a percepção da equipe técnica e das famílias envolvidas, o sucesso do programa se deve à articulação entre Ater e recursos do fomento, bem como a participação das famílias no processo. Isso resultou, em grande parte, das famílias verem que seus conhecimentos e experiências foram valorizados e utilizados no desenvolvimento e nas fases do projeto (VILLAROSA, 2017).

A ATER e Fomento possuem leis e orçamentos específicos. Durante o planejamento do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), ficou claro que havia um desejo de atender a um determinado segmento da população e um desejo entre os agentes públicos de tornar várias políticas viáveis por meio de um plano único e abrangente conforme o mesmo autor.

Nesse sentido, Castro (2010), afirma que é recomendável pensar em políticas voltadas para quem está em situação de vulnerabilidade, criando oportunidades de desenvolvimento regional e apoiando atividades produtivas, o que parece ser a intenção da Política de Produção Inclusiva do PBSM.

Tabela 19- Renda média dos agricultores familiares beneficiários com fomento e controle sem fomento.

RENDA	BENEFICIÁRIO	CONTROLE
Renda Agro Vendas	1576,2	1614,3
Renda Agro Consumo	2104,6	2049,6
Renda Agro Total	4236,5	4006,1
Renda perca pita	6340,1	7416,5
EBIA	3,7	5,3

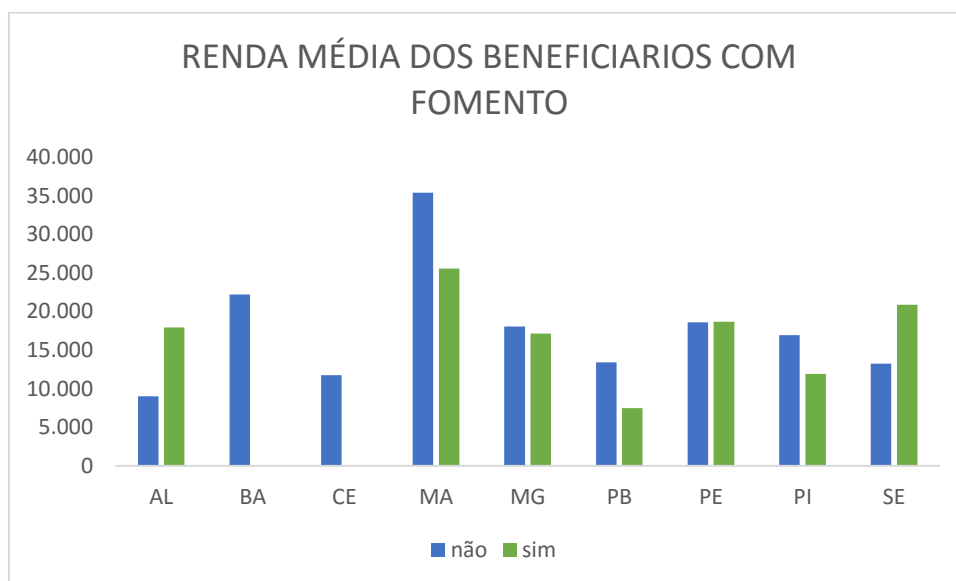
Fonte: Dados extraídos da linha de base, 2022.

Nota: Justificativa para não realizar avaliação de impacto do grupo com fomento: AMOSTRA REDUZIDA.

Foi possível notar que tanto o Fomento quanto a Ater, ambos os sistemas políticos defendem a prestação de serviços e a geração de receitas, como aponta Rodrigues, (2016), embora a ATER apresente uma discussão voltada para o aspecto educacional de uma geração tecnológica, capacitação etc., sua relação com o fomento e outros princípios vai além de condições comuns como geração de renda, tipo de produção (estimular a agroecologia) e organização social.

Nesta ótica, destaca-se o gráfico 5, a renda média com fomento dos agricultores beneficiados apresentada por estado. Os estados de BA, CE, MA, MG e PI se destacam por apresentarem renda superior à dos agricultores apoiados que receberam o Fomento. O que fica evidente que o impacto do PDHC na renda, mesmo com o auxílio do Fomento não foi uniforme e variado dependendo do Estado e das empresas prestadoras do serviço, alguns Estados se sobressaíram mesmo sem o benefício. Dessa forma, ficou claro o papel da ATER, que é desempenhada por organizações públicas e privadas como motor central do PDHC. As ações da Ater demonstraram a importância da orientação dos assessores técnicos e da comunicação com os agricultores. Os dados mostram que com o PDHC, o acesso a políticas públicas, crédito rural e novas práticas agrícolas avançaram (AGUIAR, *et al.*, 2022).

Gráfico 5: Renda média dos beneficiários com Fomento.

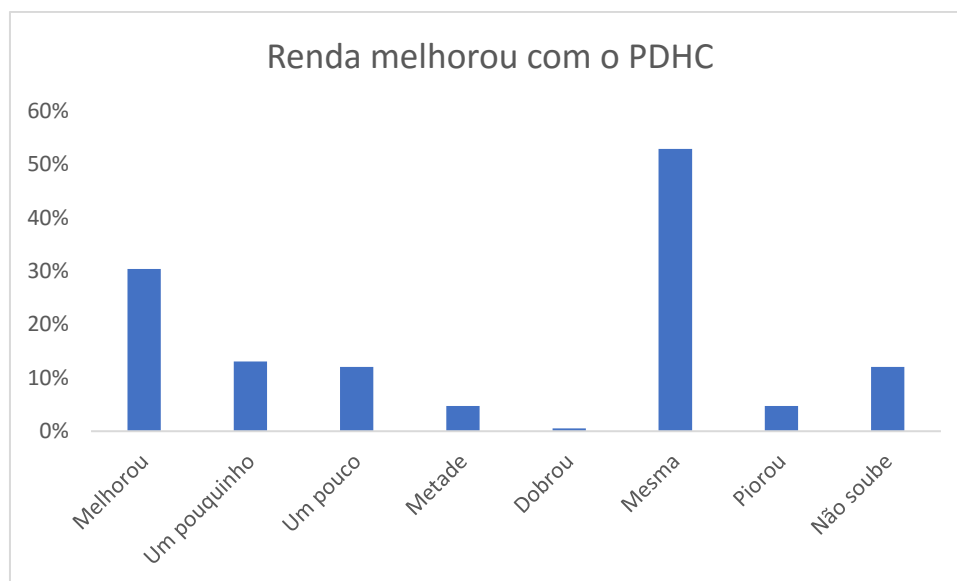


Fonte: Linha de base, 2022.

Considerando que teve a pandemia no ano de 2021, em relação a questão 181, enfatizando só o grupo beneficiário (Anexo 1), destaca-se o gráfico 6, onde 50% das famílias após receber ATER, a renda ficou na mesma, mas cabe enfatizar que quase 30% apontaram um melhoramento da sua renda, o que significa que recuperaram sua produção com retomada das atividades

econômicas. Esses dados reforçam a ideia da importância da assistência técnica na vida dos agricultores, programas eficazes de extensão rural e acesso ao crédito apoiam o crescimento econômico regional e viabilizam a adoção de políticas que estimulem o desenvolvimento socioambiental das comunidades rurais (GOMES, *et al.*, 2018). Segundo Sachs (2002), o "desenvolvimento sustentável" se baseia em três princípios fundamentais: relevância social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica.

Gráfico 6: Renda melhorou com o projeto.



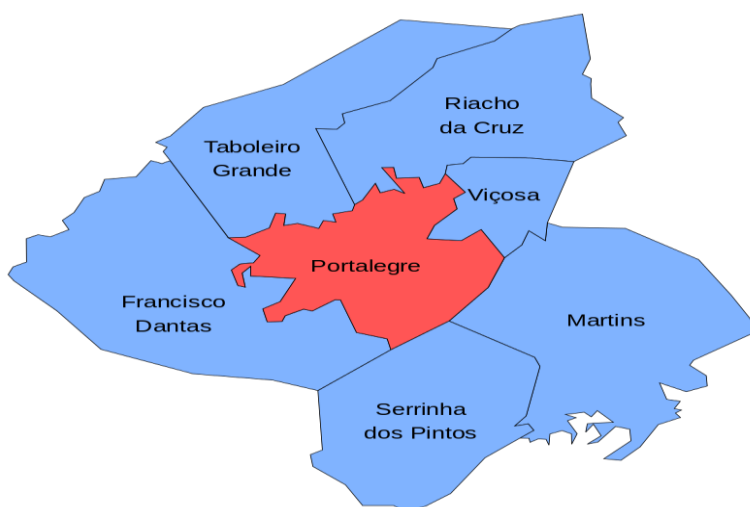
Fonte: Linha de base, 2022.

13 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

Uma análise de como o projeto está sendo executado em tempo real, tanto pelos beneficiários quanto pela equipe técnica, foi possível por meio de observação de campo. Nesse sentido, a entrevistas foi elaborada para possibilitar que algumas afirmações sejam apontadas em tempo real e apoiadas pela literatura previamente revisada e discutida, bem como para avaliar eventuais efeitos futuros.

No período do dia 11/08/2022 ao dia 16/08/2022, realizado na comunidade de Portalegre, no Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte, situada no Polo Serrano, utilizando um questionário semiestruturado como parte dos métodos e técnicas utilizadas na construção da dissertação. O município faz parte da faixa geográfica de clima semiárido brasileiro, conforme definido pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. O índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca são os critérios para essa delimitação. Abaixo está um mapa de localização para a cidade, (WIKIPEDIA, 2022).

Figura 9- Portalegre - RN em vermelho.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Portalegre_\(Rio_Grande_do_Norte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Portalegre_(Rio_Grande_do_Norte)), 2022.

Segundo Sidersky *et al.* (2010), o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) é resultado de uma conferência internacional com o objetivo de produzir e disseminar referências que contribuam para o fortalecimento de comunidades locais, participativas e solidárias, bem como orientar ações de políticas públicas que possam combater pobreza e promover o desenvolvimento rural sustentável.

Dada a abrangência do projeto, é fundamental ressaltar que o PDHC é voltado para agricultores familiares, pequenos municípios e comunidades tradicionais, com ênfase especial para mulheres e jovens rurais.

13.1 A comunidade Quilombola de Lages

O estudo de caso realizado no município de Portalegre-RN, entrevistou duas famílias quilombolas assistidas pelo PDHC e o técnico da empresa Sertão Verde, que acompanhou as visitas nas famílias. As entrevistas ocorreram através de 20 perguntas, rotulado como questionário semiestruturado, as entrevistas foram realizadas presencialmente.

A comunidade se elegeu como objeto deste estudo de caso por estar situada na comunidade quilombolas na região. Os territórios quilombolas, localizados prioritariamente na zona rural, continuam sendo ignorados e, por isso, muitos moradores encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Eles dependem da agricultura para viver ou, em alguns casos, de cartões de crédito fornecidos pelo governo federal. Devido ao caráter "rural" dessas comunidades, a agricultura tem sido uma das estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento local dessas comunidades (MENDES, 2010).

O acesso a essa comunidade é feito por estradas não pavimentadas, sendo a motocicleta o meio de transporte mais utilizado na região. Não há opções de transporte público na região, portanto, para utilizar o ônibus urbano que dá acesso às cidades próximas, é preciso percorrer cerca de 10 quilômetros até a rodovia de outra cidade (SANTO e SILVA, 2014).

A primeira visita foi realizada na casa da “*Agricultura A*”, quilombola, situada na região de Lages, no município de Portalegre-RN, ao ser questionada se recebeu alguma assistência técnica antes do PDHC, *Agricultura A* enfatiza não ter recebido nenhum acompanhamento e só tinha acesso ao Bolsa Família e que depois do auxílio da assistência técnica conseguiu ter acesso ao Fomento, ela ressalta que:

“Recebia a bolsa família. Aí eu dei uma ideia de eu cuidar e plantar. Aí fui devagarzinho. Comecei com dois canteiros, um com um e foi com dois. E foi aumentando. Pois essas duas parcelas a gente investiram também. Teve também o aviário das galinhas e também investir nas galinhas, também deu para comprar ração. Ele comprou ração e tudo. Foi tudo bom e graças a Deus deu tudo deu certo em uma quantidade bem certinha para tudo”.

De acordo com Mendes (2010), a partir do ano 2000, as iniciativas do governo federal de apoio às comunidades remanescentes de quilombos ganharam maior ênfase. Após o Decreto Presidencial nº 4.887 de 2003, muitas políticas e programas intersetoriais de governo que visam superar a desigualdade racial e a vulnerabilidade cultural e socioeconômica foram considerados para os demais quilombolas.

Em relação à integração de ações realizadas na propriedade da “Agricultura A”, a agricultora destaca melhorias em sua residência através do PDHC, e a assistência técnica oferecida pelo projeto, destaca como a ampliação da produção de bananas, a caixa d’água e sua produção de hortas.

“Aqui é a cebolinha, alface, cheiro verde, pimentão, né? Também tem a berinjela. É tudo orgânico, tudo natural.

Conforme destaca Mendes (2010), grande parte das comunidades quilombolas utiliza o recurso para subsistência como fonte de renda para garantir a segurança alimentar da população e como fonte de renda para garantir a sobrevivência material do grupo na sociedade contemporânea. A prática da agricultura é outro fator que fortalece a identidade nacional. Os programas de assistência técnica e extensão rural, que passaram por reformulação, possuem hoje uma compreensão singular do modo de vida dos agricultores quilombolas.

A “Agricultora A” enfatiza que continua seguindo as instruções que recebeu da Ater para manter sua propriedade sempre ativa, ela salienta que a orientação que recebeu foi excelente, e ela consegue manter com os mesmos cuidados quando recebia esse apoio.

Ao ser questionada sobre uma nova variedade de hortaliças ou produtos em sua propriedade ela enfatiza que não fez pois não foi possível se arriscar ainda, e destaca:

“Não teve, porque foi na hora que começou a chover, a gente dá uma parada. Aí ele parou um pouco mais. As sementes que eu comprei ainda estou com ela. Vai uma parte para começar agora de novo”.

Sobre a orientação do técnico, a “Agricultora A”, destaca que através dele, começou a participar do grupo intitulado “Mulheres Não Só do Brasil”, que é uma associação de mulheres que estão ligadas através do plantio, e em 15 em 15 dias, vende seu artesanato, brincos, hortaliças etc. E destaca que:

“O serviço de Ater, ajudou na venda desses novos produtos e esses novos mercados ajudando na minha renda. Agora faz e vende, pega os seus produtos e leva lá para as feiras”.

Por fim destaca que através da Ater sua família começou a gerar mais renda, e enfatiza:

“Acredito que isso melhorou para ter mais nova renda financeira, ajudou porque assim aumentou a produção das hortaliças e o pessoal procurando até por comércio na rua. Eu mesmo já vou deixar lá e procurar, porque lá estava faltando e começar a fornecer”.

Hoje ela destaca que:

“Vai começar feirinha nova. Ai a gente teve uma reunião na prefeitura com o prefeito e o pessoal do Sebrae. Mais gente, já para começar, a feirinha que vai ser na cidade aos domingos pela manhã. Ai é o melhor momento da minha produção, já para levar nosso produto para lá”.

Ao perguntar sobre o Projeto Dom Helder, “Agricultora A”, enfatiza que melhorou significativamente sua alimentação e principalmente sua segurança alimentar, e destaca que sua mesa está farta graças ao apoio que obteve com a Ater. Com isso enfatiza que com a pandemia deu uma parada na sua produção, mas que não passou fome e ninguém da sua casa ficou com fome.

O fato de que o fortalecimento de várias filosofias agrícolas permite desenvolver mecanismos de diversificação de opções de emprego e renda, fortalece o que (SCHNEIDER, 2010) pontua, fomentando sua resiliência diante de crises, conflitos ou vulnerabilidades que caracterizam o ambiente hostil em que devem viver. Isso implica que quanto mais variada for uma unidade ou estabelecimento agrícola, maiores serão suas chances e oportunidades de ação. (CARRION, *et al.*, 2016).

Figura 10- "Agricultora A" na sua residência.

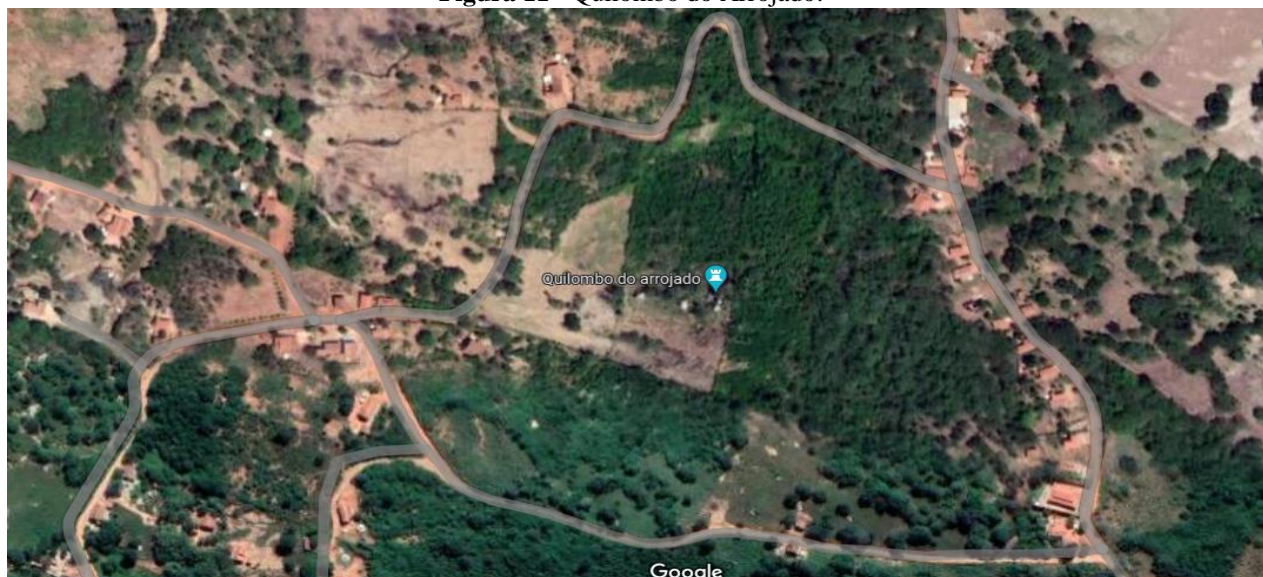


Fonte: Autora, 2022.

13.2 Comunidade Quilombo do Arrojado

Comunidade Quilombo Sítio Arrojado/engenho Novo, está localizada no município de Portalegre-RN, de difícil acesso, a comunidade tem 58 famílias quase todas descendentes da matriarca Alaíde Maria da Conceição, de 90 anos, ainda viva. Abaixo a imagem da localização da comunidade quilombola.

Figura 11 - Quilombo do Arrojado.



Fonte: Google Maps, 2022.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Fonte: Constituição Federal de 1988.

Figura 12 - Entrada da Comunidade do Arrojado



Fonte: Autora, 2022.

Nessa comunidade do Quilombo do Arrojado, encontre-se a quilombola “Agricultora B”, chefe de família, que foi atendida pelo PDHC. A “Agricultora B”, enfatiza que a água é muito boa e tem fartura na comunidade. O que difere do estudo de Silva *et al.* (2008), sobre comunidades

quilombolas no Pará, constatou, das seis comunidades analisadas, apenas uma tinha água enclausurada, mas nenhuma das outras tinha qualquer forma de tratamento sanitário, adequada para os quilombolas. Devido à contaminação do rio durante os períodos de enchente, as condições sanitárias, principalmente as relacionadas aos destacamentos sanitários, têm sido apontadas como um fator que aumenta o risco de morbidade entre os moradores das comunidades quilombolas. (GERRERO, *et al.*, 2007).

A “Agricultora B”, destaca que as oficinas e as reuniões realizadas pela empresa, eram realizadas na igreja da comunidade. Ao ser questionada sobre suas principais atividades agrícolas, “Agricultora B” aponta:

“Crio minhas galinhas, tenho minha horta, minhas plantas de tomate, bananeira, mamoeiro”.

Em suas colocações, Ploeg (2008), é assertivo, a produção relacionada com a agricultura é onde o progresso pode ser alcançado, os camponeses lutam para encontrar formas expandir sua autonomia e melhorando a base de recursos de suas unidades agrícolas, avançando cuidadosamente o processo de produção.

Ao perguntar sobre a assistência técnica prestada em sua propriedade através da empresa Sertão Verde, “Agricultora B” aponta que através da Ater passou a receber fomento, e destaca:

“No caso é que foi o aviário que foi feito com o fomento. O projeto do aviário foram nós (técnico e ela). Orientamos também a respeito do quintal produtivo tudo o que eles têm no quintal, a gente orientando a fazer uma poda, fazer adubação. Então foi uma assistência completa”.

De acordo com Mendes, (2014), os remanescentes quilombolas têm buscado reafirmar sua identidade étnica por meio de práticas agrícolas inusitadas, bem como por meio de elementos culturais tradicionais, sua organização social etc. Além disso, a atividade agrícola ajudou grupos étnicos a gerar renda e serviu como estratégia para a promoção do desenvolvimento étnico.

Ao ser questionada se antes do projeto ela tinha alguma assistência técnica, ela indaga que não tinha. E aponta:

“Através do ater prestada pelo projeto, minha renda aumentou. Comecei a vender as galinhas, ovos, hortaliças e a fazer biscoitos, tudo com o apoio do técnico”.

As formas de produção dos quilombolas diferem de seu entorno pela predominância de práticas agrícolas envolvendo adubos naturais e o uso de recursos naturais. Nos territórios quilombolas é comum notar a valorização das árvores e do solo, contrastando a variedade de formas verdes com as tonalidades consistentes do ambiente, como aborda (SOUSA, 2005).

A “Agricultora B” aponta que não participa de nenhuma associação, mas que através da orientação do técnico, criaram uma feirinha que funciona todo domingo. Essa feira não existia e através dela e do técnico outros moradores da comunidade podem vender seus produtos. Mesmo o técnico encerrando o contrato com a empresa e deixando de ir nas casas dos agricultores, a “Agricultora B”, destaca que continua seguindo as instruções:

“Hoje, continuo. Ali atrás ainda tem que lá atrás você não deu para ver, mas lá eu já plantei macaxeira, já plantei mais bananeira, já plantei pé de acerola na Mangueira”.

Segundo Nascimento, *et al.* (2016), essa realidade está vinculada à evolução ao longo do tempo de práticas alimentares construídas por famílias locais com alto grau de adaptação ambiental. Podem ser vistos os resultados de pesquisas sobre os efeitos do meio ambiente e dos recursos naturais no desenvolvimento de hábitos alimentares e identidades sociais e culturais nos estudos de Maciel (2001), MURRIETA *et al.*, (1989), entre outros.

Em relação a pandemia do COVID-19, a “Agricultora B”, aponta que a produção diminuiu, mas que não chegaram a passar fome devido ter recebido o auxílio do governo. Com isso, a pergunta sobre a segurança alimentar, a “Agricultura B”, destaca que nunca passaram fome e sempre tiveram comida na mesa, e que essas preocupações desconhecem:

“Nunca tivemos problemas em relação a alimentação nos últimos anos, sempre tivemos comida na mesa e ninguém passou fome, graças a Deus, comemos galinhas, hortas, etc”.

Considere a função que a produção para autoconsumo excuta na garantia da segurança nutricional das populações e comunidades indígenas. Isso contrasta com a subordinação imposta pela produção de alimentos em termos de quantidade sem levar em conta a qualidade ou origem das sementes (DOS SANTOS, *et al.*, 2016).

Figura 13 - "Agricultora B" em sua residência.



Fonte: Autora, 2022.

13.3 Relato do técnico

O técnico, Engenheiro Agrônomo da empresa Sertão Verde, estava presente na realização da entrevista com a “Agricultora B” e decidiu deixar seu breve relato sobre a assistência técnica prestada no projeto. Muitas vezes, esses projetos servem como o único ponto de contato de muitos agricultores com profissionais agrícolas como veterinários, zootecnistas, agrônomos, e técnicos agrícolas (DUARTE E CASTRO, 2004).

O técnico enfatiza que através do PDHC, realizou a construção de uma feira no quilombo Arrojado, e destaca:

“Nós fizemos uma feira porque nós vimos a necessidade dos agricultores de vender a sua produção, porque ele tirava parte para o consumo e o excedente, geralmente às vezes até se desperdiçava. Então, com isso, eu, como técnico, eu vi a necessidade de procurar ou buscar um comércio para esses agricultores, para esses produtos. Então, com isso, nós reativamos uma feirinha que já existia bem antes. Aí fazia um tempo, já que ela não funcionava. Então incentivei alguns agricultores dessa comunidade do arrojado, como também das outras.”

Conforme aponta Barbosa e Falesi (2011), agricultores familiares precisam de avanços tecnológicos e de estratégias de manejo que lhes permitam que cresça a produtividade, como inovações mecânicas e biotecnológicas.

O técnico aponta que o objetivo do PDHC é prestar assistência e que a “Agricultora B” é um exemplo que o projeto beneficiou a agricultora:

“Como dado que o Dom Hélder é prestar assistência, Agricultora B é um exemplo delas, ela faz seu sequeiro, seus bolinhos e abate suas aves e coleta seus ovos para vender na feira. Aí ela levava todo domingo para vender. Essa feira ficou certa para a gente organizar nos domingos. Então, todo domingo ela levava os produtos dela para a feira e com isso foi melhorando a renda da família, foi aumentando a produtividade dela e com isso foi ter uma melhoria significativa na renda dessas famílias e também inclusive na feira também”.

Por fim o técnico da empresa Sertão Verde finaliza:

“O PDHC foi um projeto muito interessante para essas famílias carentes. Ajudou bastante e no caso da Agricultora B que é a nossa agricultura da comunidade do sítio arrojado, comunidade quilombola, ela já criava aves. Então, com a assistência, eu incentivei ela a construir um aviário e aí ela comprou tela, os pintos, comprou uns pintinhos, rações e medicamentos. Então ela aumentou a produção, aumentou a quantidade de aves e, conseqüentemente, uma melhoria na renda da família e sua alimentação”.

Segundo Abramovay (1998), a agricultura familiar é definida como um valor e não como um setor econômico e social distinto. O apoio que recebe decorre das vantagens que seu desenvolvimento pode trazer, como melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e combate à pobreza.

Segundo Nunes *et al.* (2018), os técnicos da EMATER no país, têm atuado um papel extensionista significativo na criação de novos conhecimentos e inovação. A fusão com as atividades de ATER oferece um rico suporte para os agricultores familiares e suas organizações no acesso à política e ao planejamento da produção e logística para comercialização.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais apontado no capítulo 5, destacam as contribuições desta pesquisa para trabalhos futuros, e aponta para novos estudos acadêmico voltadas ao desenvolvimento rural do Semiárido. As limitações também são listadas.

14.1 Considerações sobre os objetivos da pesquisa

O objetivo geral dessa pesquisa foi identificar os efeitos da assistência técnica e extensão rural na segurança alimentar e na renda das famílias quilombolas que receberam o serviço de assistência técnica no âmbito do PDHC II. Para tanto, foram realizadas análises dos dados extraídos do SGA e do Projeto Monitora, no qual foi possível construir uma linha histórica do PDHC e analisar os impactos do Projeto.

Por meio da averiguação das análises, foi possível constatar que os serviços de ATER prestados pelo Projeto na fase II foram essenciais para a agricultura familiar e suas organizações coletivas, principalmente na busca e internalização de conhecimentos que se traduzam em dinâmicas de desenvolvimento promissoras.

Segundo os resultados deste estudo, os serviços de ATER foram realmente cruciais para os beneficiários, pois permitiram que eles ganhassem aceitação social e adquirirem habilidades de comunicação necessárias para os introduzir em uma série de programas, e os incentivar a realizar suas tarefas de forma mais eficaz. Esses serviços foram prestados com a ideia de troca de conhecimento por meio de uma atividade educativa e participativa, inspirados na metodologia de Paulo Freire, permitindo o diálogo entre o saber especializado (extensionistas) e o saber comum (agricultores).

Entretanto os resultados indicaram a necessidade de ampliação de iniciativas que promovam a produção. Um coeficiente de destaque é a observação dos grupos produtores beneficiários, nos resultados, ainda apresentam um alto índice da insegurança alimentar. Uma parcela significativa das famílias quilombolas apresentava restrições alimentares ou deficiências quantitativas de alimentos, incluindo a insegurança alimentar grave. Pode-se concluir que os desafios enfrentados pelas famílias quilombolas são inúmeros e indicam para a necessidade de implementação conjunta de ações de saúde pública, assistência social e outras políticas que apoiem a qualidade de vida da população.

A renda dos agricultores familiares quilombolas beneficiários foi avaliada. Os resultados apontam que o Projeto promoveu acesso a várias políticas através do ATER, o acesso à Fomento Produtivo, em particular, mostrou avanços no combate à pobreza e à questão quilombola, bem

como nas questões e necessidades fundamentais para a sobrevivência, como alimentação e renda. Com relação ao aumento da produção, destaque positivos para as famílias dos estados do PI com 10, 6% e PB 18,2%, como demonstrou na análise realizada pelo Monitora Online.

Os registros administrativos fornecidos pela Anater, apontam que o PDHC foi efetivamente realizado, com resultados positivos, como a expansão e fortalecimento da agricultura familiar quilombola, inclusive em relação à segurança alimentar entre 2018 a 2022, além de crescimento econômico em comparativo com 2018 a 2022 os dados apontaram que as famílias do estado do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais, apresentaram uma renda superior a cinco mil reais e uma taxa de crescimento elevado. De modo geral a renda apontada pelos dados da Anater, teve um aumento significativo de 78%.

Por meio da metodologia “propensity score matching”, conclui-se que o PDHC impactou positivamente as receitas agropecuárias; em 48%, e propiciou um aumento de 36% do valor da produção total das famílias quilombolas atendidos pelo programa.

O Projeto Dom Hélder Câmara foi avaliado com entrevistas realizadas com duas famílias participantes do projeto e com a participação da equipe técnica com a finalidade de completar a avaliação de impacto. Isso permitiu a avaliação da Ater do PDHC em campo, bem como a identificação dos atores responsáveis pelo processo de implementação e suas interações. Desse modo, avaliou-se que um dos principais resultados positivos foi a atuação dos técnicos nas famílias, que alcançou a confiança das mesmas. A este respeito, verifica-se que os beneficiários e técnicos são reconhecidos e tratados amigavelmente. A maioria quer que o monitoramento continue além do Projeto. Mesmo com a interrupção depois do fim do programa, a descontinuidade da Ater parece não ter se tornado um ponto negativo, tanto aos laços criados entre técnicos e agricultores ainda se mantém. Por fim se destaca que o protagonismo das comunidades estudadas foi fortalecido através do PDHC.

Todas as iniciativas descritas produziram resultados consistentes e positivos, mais do que isso, alertaram os formuladores de políticas para ficarem atentos a questão quilombola e assistirem esse público de forma contínua (SEGALL-CORRÊA, *et al.*, 2010).

Diante da exposição, o Projeto Dom Helder Câmara, ao priorizar a participação de beneficiários e comunidades no processo de determinação das origens da demanda por sistemas de produção e aspectos societários, está em consonância e diálogo com o que foi proposto pelo PNATER, bem como com os princípios que Paulo Freire propôs para a assistência técnica (GUIMARÃES; DE LIMA, 2021).

14.2 Contribuições para futuros estudos científicos

Para estudos futuros, sugere-se que pesquisadores investigem a relação entre Ater e agricultores beneficiários do projeto, especialmente aquelas voltadas para estimular a melhora da segurança alimentar. Esses estudos devem ter como objetivo aumentar a viabilidade de vida na região e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades sociais históricas ali existentes, abrindo novos caminhos para a produção de alimentos, o autoconsumo e a busca de alternativas aos cuidados básicos de saúde para promover a autossuficiência e alta qualidade de vida.

14.3 Limitações da pesquisa

Algumas limitações que afetaram diretamente os desenvolvimentos desta dissertação podem ser identificados:

- a) Em termos de avaliação das lacunas de desempenho entre os estados identificados pelo diagnóstico da Anater, não foi possível apontar os fatores que levaram alguns estados a obter maior sucesso do que outros.
- b) Em relação à segurança alimentar com os registros da Anater, não foi possível aplicação em alguns estados com os beneficiários do PDHC. Por esta razão, algumas das respostas às perguntas podem conter novos dados que não foram computados para a conclusão da dissertação.
- c) O diagnóstico aplicado pela Anater não foi realizado em alguns estados com os beneficiários do projeto. Devido a isso, algumas das respostas às perguntas não puderam ser tabuladas;
- d) Em relação a linha de base aplicado pelo Projeto Monitora, são necessárias novas avaliações entre os agricultores quilombolas do projeto, principalmente em relação à segurança alimentar.

A análise desta dissertação é temporal, apenas avaliou a Fase II do PDHC nos anos 2021–2022.

15 REFERÊNCIAS

AGROPECUÁRIO, IBGE Censo. **Censo agropecuário** 2006. 1996.

ABRANDH. **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Curso.** Promovendo a legitimidade pelo direito humano à alimentação adequada. Módulo1, Brasília, nov/dez. 2006. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/index.php?Arquivo=curso>. Acesso em 04/11/2022

AGUIAR, Luane Conceição et al. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 2, p. 9-22, 2019.

AGUIAR, Luane Sousa et al. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMERA (PDHC) PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO MONITORA UNB/SEAD. **Razão Contábil e Finanças**, v. 13, n. 2, 2022.

ALBAGLI, Sarita; LEITÃO, Leonardo A. Estudo sobre Capacitação de Assistência Técnica e Extensão Rural para Tecnologias de Agricultura de Baixo Carbono no Semiárido. Relatório Técnico. Projeto Rural Sustentável Caatinga (PRS Caatinga). Rio de Janeiro: **Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)**, 2020.

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Lei Nº 12.188 – **Instituição do Pnater**. Disponível em: <http://https://www.anater.org/?s=PNATER&submit=Search> Acesso em: 10 fevereiro 2022

ANATER. ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **SGA**. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/2021/07/08/anater-lanca-nova-versao-do-sga-mobile-para-aprimorar-atendimento-aos-beneficiarios-de-ater/> Acesso em: 10 fevereiro 2022.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V.; HIRAI, W.G.A. Mudanças nas práticas de autoconsumo de agricultores familiares: estudo de caso no Sul do Brasil. **Revista Agroalimentaria**, v. 16, n. 30, 2010.

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo, 2006.

ANTUNES, M.M.L.; SICHIERI R, SALLES-COSTA R. Consumo alimentar de crianças de três anos residentes em área de alta prevalência de insegurança alimentar domiciliar. **Cad Saude Publica**. 2010;26(8):1642-50. DOI:10.1590/S0102-311X2010000800017

AQUINO, J. R. et al. Dimensão e localização do público potencial do PRONAF “B” no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 49, 2011, Belo Horizonte/MG. Anais... Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011. (CD-ROM).

ARAÚJO, Maria Eduarda Dias de. **Uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Campina Grande-PB**. 2018.

ARAÚJO, T. B. Políticas públicas e promoção do desenvolvimento em bases territoriais. Apresentação no II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, Salvador, 2007.

ARAÚJO, E. R; JALFIM, F. T.; SIDERSKY, P. R. A estratégia de assessoria do projeto Dom Helder Câmara. 2. ed. Recife: Projeto Dom Helder Câmara, 2010.

ARRUTI, J.M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M. de; HERINGER, R. (orgs.). Caminhos convergentes. **Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung Actionaid, 2009. Cap. 2, p. 75-110.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: **Edusc**, 2006.

FRIEDMAN, M. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 2019

ÁVILA, M. L, et al. "Nova Lei De Ater E Inovações Em Políticas Públicas: O Caso Do Programa Mais Gestão." **Encontro Nacional da ANPPAS 7** (2015).

AZEVÊDO, A. C. Verso e reverso das políticas públicas de água para o semiárido brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 2, n. 2, p. 373-392, 2015.

BAIROS, Fernanda Souza de. (In) segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul. 2013.

BARBOSA, C; FALESI, C. Modernização da agricultura e desenvolvimento do Pará. **Instituto de pesquisa aplicada em desenvolvimento econômico sustentável – IPADES** 2011.

BARBOSA, D. B. A.; BOTELHO FILHO, F. B.; DEL GROSSI, M. E. Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar: estudo de caso em São João d'Aliança, GO. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Org.). O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais. Brasília: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2004, v. 5, p. 401-444

BARCELLOS, Alexandre de Oliveira et al. Sustentabilidade da produção animal baseada em pastagens consorciadas e no emprego de leguminosas exclusivas, na forma de banco de proteína, nos trópicos brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia** [online]. 2008, v. 37, n. spe

BARP, Douglas. Avaliação da assistência técnica da agricultura familiar no município de Quilombo-SC. 2021.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, 27(12), 2021-2044, 1999.

BELIK, W. O financiamento da agricultura familiar no Brasil na década de 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia/GO. **Anais**. Goiânia/GO: SOBER, 2014.

BENTES, E. S. **Segurança alimentar nutricional no Pará: situação atual e perspectivas**. Belém: UNAMA, 2003

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; DAVIS, K. E (ed.); BABU, S. C. (ed.). Brazil. In: DAVIS, K. E; BABU, S. C; RAGASA, C. (ed.). Agricultural

extension: Global status and performance in selected countries. Washington: **International Food Policy Research Institute (IFPRI)**, 2020. p. 99-137. DOI 10.2499/9780896293755_04. Disponível em: <<https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/133966/filename/134180.pdf>> Acesso em: 3 ago. 2022.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. 1. ed. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017. p. 314-342. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em: 3 ago. 2021.

BGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - **MDA/PRONAF** (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 26 jan 2022.

BOSERUP, E. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: **Hucitec**, Polis, 1987.

BRANDÃO, A. Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: **Eduff**, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, Df: **Senado**, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: **Saraiva**, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

FERREIRA, Juarez Cavalcante. IMPACTOS DA COVID 19 NAS TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PERNAMBUCO. **Revista Contexto Geográfico**, v. 7, n. 14, p. 31-42, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004a. Disponível em: <<https://bit.ly/2ObqsFd>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **DOU**, Portaria Número 89 de 10 de Março de 2005. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Nova delimitação do semiárido brasileiro. Brasília: **MI**, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZbjvJW>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER Brasília: **MDA/SAF**, 2010b. 45 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Chamada Nutricional Quilombola 2006: sumário executivo**. Brasília: MDS, 2007

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Quilombos no Brasil **República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.5002>. Acesso em: janeiro. 2022.

BRÁZ, Cauê Assis. Agricultura familiar quilombola no Litoral Médio gaúcho: possibilidades em tempos de estreitamento. 2021.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, p. 312-347, 2003.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local In: **UniRcoop**. V. 5, p.164-183, maio. 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão Rural: Polissemia e Resistência. IV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural). “**Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento**”, Fortaleza 2006. Disponível em: <ageconsearch.umn.edu – bitstream pdf> Acesso em: 22/04/2019.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: Polissemia e Resistência. In: **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza. (CD-ROM), 2006.

CALLOU, A. B. F; TAUK SANTOS, M. S. desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: CALLOU, A. B. F.; TAUK SANTOS, M. S. (Org.). **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. 1. ed. Recife: FASA, 2013. p. 477-482

CALLOU, A.B.F.& TAUK SANTOS, M. S. **Extensão Rural-Extensão Pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**, Recife, 2013.

CAPORAL, F. R. Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2007

CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. Tese (Doutorado) –**Universidade de Córdoba**, Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, v.6, N. 2, Fortaleza-CE, 2011. Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11858>>. Acesso em: 19 jan. 2022

CAPORAL, F. R.& Ramos, L.de F. (2006). **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-LadjanVers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>. Acessado dia 20 jan 2022.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARNEIRO, Camila; SANTOS, Celiana Nogueira. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, 1997.

CARRILHO, P. A, O. PROGRAMA DE FOMENTO AO MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR. **Seminário Integrador de Extensão**, v. 1, n. 1, 2018.

CARRION, Jorge Carvalho et al. VULNERABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS
VULNERABILITY AND DIVERSIFICATION OF LIVELIHOODS IN RURAL SETTLEMENTS IN SANTANA DO LIVRAMENTO–RS. **Sociedade Brasileira de sistema de Produção. Pelotas, RS**, 2016.

CASTRO, Anna Maria. Trajetória do combate à fome no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: **Assessoria Fome Zero**, v. 1, p. 18-25, 2010

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **IPEA**, 2017

BUAINAIN, A. M.; em colaboração com SOUZA FILHO, H. M. de. Central do Brasil, 2007
Agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Questões para Debate. 1. ed. Brasília: **IICA**, 2006.

BRASIL. Secretaria de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas** [Internet]. Brasília (DF); 2012 [citado em 2020 ago 31]. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/diagnostico-de-acoes-realizadas-programa-brasil-A7o-de-2012-1.pdf>

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Impactos dos primeiros meses de pandemia de covid-19 para a agricultura familiar paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, p. 40-54, 2020.

CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. **Textos de Referência da II Conferência nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004

CORRÊA, V. P. e ORTEGA, A. C. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: qual o seu objetivo e público-alvo? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo/RS. **Anais...** Passo Fundo/RS: SOBER, 2002. (CD-ROM)

COSTA, C. T.; PUERARI, E. M.; CASTRO, M. A. H. Barragem subterrânea: a experiência do Estado do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 12., 2002, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Abas, 2002.

CRESWELL, J. W. *Research Design: qualitative & quantitative approaches*. Thousand Oaks; London; New Delhi: **SAGE Publications**, 1994

CUNHA, Heloísa Marinho. *Direitos humanos e educação popular para a garantia de uma cidadania multicultural nas comunidades tradicionais quilombolas*. 2015.

DA SILVA, André Ricardo Fonseca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & Trabalho**, n. 48, p. 128, 2018.

DA SILVA, Wilma Amâncio; DE MIRA, Feliciano. Agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades quilombolas do semiárido alagoano. **Revista GeoSertões**, v. 1, n. 2, p. 60-79, 2016.

DAROLT, M. *Cenário Internacional: Situação da Agricultura Orgânica em 2003*. 2003b. 2013.

DEL GROSSI, M. E. Agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006. (Documento em formato PowerPoint apresentado no 49º. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, realizado na cidade de Belo Horizonte/MG, em julho de 2011)

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P.; Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: **UFRJ- CPDA**, 2007.

DE SOUZA ARAÚJO, Roberta Lima Machado et al. Condições de vida, saúde e morbidade de comunidades quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 226-246, 2019.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jun./ dez. 2008.

DIMENSTEIN, Magda et al. Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. Amazônica, **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 205-229, 2020

DOOLEY, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. **Advances in Developing Human Resources** (4), 335-354.

DOS SANTOS, Katia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Uma análise agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 21, n. 3, p. 196-216, 2016.

DOS SANTOS, Katia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo¹. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, 2016.

DRUMOND, M. A. et al. **Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga**. Petrolina, 2000.

DUARTE, Evandro C. Piza. Princípio da isonomia e critérios para a discriminação positiva nos programas de ação afirmativa para negros (afrodescendentes) no ensino superior. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 7, n. 27, p. 61-107, 2007.

ECHENIQUE, J. (1999) Tendencias y papel de la tecnología en la agricultura familiar del Cono Sur. Montevideo: **PROCISUR/BID**

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar*. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FASSINGER, R.; MORROW, S. L. Toward Best Practices in Quantitative, Qualitative, and Mixed-Method Research: A Social Justice Perspective. **Journal for Social Action in Counseling and Psychology**, v. 5, n. 2, p. 69-83, 2013.

FAURE. G.; HUAMANYAURI, M. K.; SALAZAR, I.; GÓMEZ, C.; de NYS E.; DULCIRE, M. Privatisation of agricultural advisory services and consequences for the dairy farmers in the Mantaro Valley, Peru. **Journal of Agricultural Education and Extension**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 197-211, mai. 2017. DOI 10.1080/1389224X.2017.1320639. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1389224X.2017.1320639>. Acesso em: 3 ago. 2021

FEITOSA, S. C. S. **Método Paulo Freire-Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. 1999.

FERNANDES, Ana Paula Cerqueira. Relatos docentes sobre estratégias pedagógicas de promoção da Igualdade Racial: permanências, desafios e conquistas no “chão” de escolas iguaçuanas. **Anais**, 2014.

FERREIRA, F.H.G.; LEITE, P.G.; LITCHFIELD, J.A.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**. 2006; 8(1):147-69.

FERREIRA, A. C. de S. Extensão Rural e Desenvolvimento Local em Comunidades Quilombolas: um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidade quilombolas nos municípios de Bom Conselho e Garanhuns, Estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado

(Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, **Universidade Federal Rural de Pernambuco**, 2008.

FERREIRA, Maycon de Souza. Políticas públicas para agricultura familiar: um estudo na Comunidade Quilombola de Raiz, no município de Presidente Kubitschek, Minas Gerais. 2019.

FIABANI, A. Tradição africana e os saberes no currículo das escolas quilombolas. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, v. 2, n. 3, p. 72-88, 2015.

FLECK, L. F.; KUNH, D. D. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e a promoção de liberdades instrumentais: Sem e a redução da pobreza rural no Rio Grande do Sul. In: FLECK, L. F. et al. **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, UFRGS, 2019

FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: **Loyola**, 1985. 192p. 4.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? In: OLIVEIRA, Rosiska Darcy. 15a ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2011.

FREIRE, P. Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local In: **UniRcoop**. V. 5, p.164-183, maio. 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987

FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora **UNESP**, 2000.

FREIRE, P. El Método Paulo Freire para la Alfabetización, de Adultos. **Cuadernos del CREFAL** n.º 3., México.1977

FREITAS, DA et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, vol. 13, núm. 5, set-out, p. 937-943. São Paulo, Brasil.2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral por estados de comunidade remanescentes de quilombo** [Internet]. Brasília (DF); 2014 [citado em 2020 ago 31]. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>.

GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai. 2004. 284 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – **Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: **Atlas**, 1999. 206 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.3. São Paulo, 1995. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

GOMES, R. A. S. Renda, território e estado social: análise do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do sítio histórico Kalunga em Cavalcante (GO). UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. 2022.

GOMES, D.; GUIMARÃES, J.; PORRO, R. (2018). Acesso à ATER e os principais problemas técnicos enfrentados pela agricultura familiar no Nordeste paraense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 2., 2017, Natal. **Anais...**[SI: sn], 2018..

GOUVEIA, V. V.; GÜNTHER, H. Taxa de resposta em levantamento de dados pelo correio: o efeito de quatro variáveis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 11, n. 2, p. 163-168, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. (**Coleção Pesquisas** 1) Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. E. e NAVARRO, Z. (Orgs.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: **IPEA**, 2010. p. 157-183.

GRISA, C. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)** – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

GRIEBLER, Alexandre Dalbianco et al. Programa ATER sustentabilidade–lote 44: visão geral do programa e resultados no município de Três Passos–RS. **Extensão em Foco**, v. 1, n. 15, 2018.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007

GUBERT, M.B.; BENÍCIO, M.H.D.; SANTOS, L.M.P.Dos. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros Estimates of severe food insecurity in Brazilian municipalities. **Cad Saude Publica**. 2010;26(8):1595–605

GUIMARÃES, C. M. (1988). Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: **Ícone**

GUIMARÃES, M.D.; DE LIMA, C.M.D. Extensão Rural e Desenvolvimento Local: o projeto Dom Helder Câmara e a ovinocultura do Sertão de Alagoas. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 1, p. 1818-1827, 2021.

HOFFMANN R. Transferências de renda e a redução de desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**. 2006; 8(1):113-39

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, p. 5-22, 2011.

IBGE. Base de informações do Censo Demográfico 2010: **Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[>](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-nobrasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20(827))>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html> Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2010, PNAD, IPEA. Primeiras análises–O setor rural. Comunicados do Ipea, 2010.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural –**Legislação**. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/legislacao>> Acesso em: 20 fevereiro 2022.

INSA. Estabelecimentos agropecuários do semiárido brasileiro. Campina Grande/PB: **INSA/SIGSAB**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/search?SearchableText=estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios> Acesso em: 5 fev. 2022.

Instituto Brasileiro, IBGE, 2022, Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/censo-2022-ibge-inicia-contagem-inedita-da-populacao-quilombola-nopais/#:~:text=O%20IBGE%20mapeou%205.978%20localidades,la%C3%A7os%20de%20parentesco%20ou%20comunit%C3%A1rios>> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

JORGE, A. L. Movimento Social Quilombola: Considerações Sobre Sua Origem e Trajetória. **Revista Vértices**, v. 17, n. 3, p. 139-151, 2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre, **Editora UFRGS**, 2008.

KAKWANI N, Son H, Neri M. Estagnação econômica e crescimento pró-pobre. **Conjuntura Econômica**. 2006; (670-1).

KÜHN, D. D. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos**. 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15330/000676800.pdf?sequence=1>> Acesso em :05 out. 2022

LANDIM, Liejy Agnes Santos Raposo et al. Segurança Alimentar E Nutricional Em Comunidade Remanescente De Quilombolas Caxias-MA. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 4, p. 156-162, 2016.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LEITE, I. B. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, 16(3), p. 965-977, set./dez. 2008

LIMA, Arlindo P. de et al. Administração da unidade de produção familiar modalidade de trabalho com agricultores. 3. ed. **Ijuí**, RN: Unijuí, 2005.

LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia. Bolsa Família e a construção das capabilities entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 86-106, 2021.

LOPES, Renato de Carvalho. A ação extensionista frente aos desafios da Ater digital: uma análise sobre a Emater-DF. 2021.

LUCA, F. V.; KUBO, K. R. Meios de vida rurais sustentáveis em um contexto de agricultura de pouso associada à produção de carvão vegetal em comunidades rurais de Biguaçu/SC. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.

LUCENA, Cecília Sabrina de Sousa; LIMA, Francisca Elizonete de Souza; PEREIRA, Camila da Silva: A Agricultura Familiar na Comunidade Quilombola pêga, em Porto Alegre -RN; in: **GEOTEMASs**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.6, n.1, p.51-66, jan./jun. 2016

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 154-156, 2001.

MALUF, R.S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Org.). Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. **Mundo rural e cultura**. p. 241-262.

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuições ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. Núcleo e Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. 1995.p.66-68.

MARTINS, L.C. Entre o plantar e o colher: representações e saberes envolvidos na extensão rural. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Ed. São Paulo: **Atlas**, 2019.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: **Editora UNESP**, 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Public Culture**, n-1 edições, 2018.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-deassist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>> Acesso em: 23 janeiro. 2022.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

MEDEIROS, S. de Sousa, et al. Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro. **Instituto Nacional de Seminário (INSA)**, 2012.

MELLO, J. (Org.). A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 23, 2015. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf> Acesso em: 10 out. 2022

DE OLIVEIRA MELO, Gabriel Sandrin et al. Perfil alimentar e nutricional da população residente em comunidades quilombolas em um município do estado do Maranhão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 1, p. e2957-e2957, 2020.

MELO, Moisés Gonçalves de. Agricultura familiar e política pública: o programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG. 2021.

MELO, R. F. de; BRITO, L. T. de L.; PEREIRA, L. A.; ANJOS, J. B. dos. Avaliação do uso de adubo orgânico nas culturas de milho e feijão caupi em barragem subterrânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6.; CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 2., 2009, Curitiba. Agricultura familiar e camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável: **Anais**. Curitiba: ABA: Socla, 2009. 1 CD-ROM.

MELO, R. F. de; OLIVEIRA, A. R. de; SILVA, M. R. B. da; SANTOS, J. M. R. dos. Avaliação da qualidade de água de poço em barragens subterrâneas no Semiárido paraibano. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA, 10., 2016, Belém, PA. **Desbloquear o potencial de aproveitamento da água de chuva para o Brasil**. Belém, PA: Ed. da UFPA: ABCMAC, 2016.

MENDES, João Francisco Alves et al. Etnodesenvolvimento, assistência técnica e extensão rural: o caso do Quilombo de Monte Alegre-Cachoeiro de Itapemirim. 2014.

MESQUIDA, Peri–PUCPR et al. Gramsci e Freire: filosofia, práxis e educação de educadores. **JORNADA DO HISTEDBR**, v. 11, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Chamada nutricional quilombola 2006. <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/sumarios-executivos-de-pesquisas/2007/chamada-nutricional-quilombo-la-2006/chamada-nutricional-quilombola-2006>> Acesso em: 20/Jan/2022).

MOCHIUTI, J. C.; PINTO, L. de B.; OLIVEIRA, S. C.; MAGALHÃES, M. M. Estudo sobre a composição da renda e a lógica de funcionamento dos sistemas de produção agropecuários em Tupã-SP. **Omnia Exatas**, v. 4, n. 2, p. 77-86, 2011.

MONEGO, Estelamaris Tronco et al. (In) segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 37-47, 2010.

MORUZI MARQUES, P. E Segurança alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, **CPDA**, 1996.

MURRIETA, R. S. S.; BRONDÍZIO, E.; SIQUEIRA, A.; MORAN, E. F. Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó-açu, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989.

MIP, Manual de Implementação do Projeto, 2019.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 225-241, 2016.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SANTOS, Katia Maria Pacheco. TRANSIÇÃO ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO LITORAL SUL DE SÃO PAULO/BRASIL (Dietary transition in marroom community in the south coast of São Paulo/Brazil). **Revista Nera**, n. 27, p. 138-155, 2015.

NEIVA, A. C. G. R.; SERENO, J. R. B.; SANTOS, S. A.; FIORAVANTI, M. C. S. Caracterização socioeconômica e cultura da Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9, 12-17 out. 2008, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Cerrado, 2008. 8p

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues et al. Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola kalunga e proposta de reintrodução do bovino curraleiro como alternativa de geração de renda. **Goiânia: Universidade Federal de Goiás**, 2009.

NETO, João Matias Santos & LIMA, Conceição Maria Dias de. Extensão Rural e Desenvolvimento Local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema/ AL. Vol. 1, n. 2, p. 127-139, Maio/Ago. 2016.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 147-167

NOGAMI, O. Economia. Curitiba: **IESDE Brasil**, 2012. 246 p

NUNES, E. M. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). 2009. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Rubens. Geração de renda na agricultura familiar brasileira. **Texto apresentado no seminário Desafios da Pobreza Rural no Brasil**. Rio de Janeiro, p. 30-31, 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: **Editora da FGV**, 2002.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, n. 120, p. 0-0, 2010.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999

PANIGASSI, G., SEGALL-CORRÊA A.M., MARIN-LEÓN L., PÉREZ-ESCAMILLA R., SAMPAIO MEA, MARANHA L.K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**. 2008; 24 (10): 2376 –2384.

PASSOS, Rachel Aparecida de Aguiar et al. **O acesso a cidadania pelas comunidades quilombolas através do fomento e do desenvolvimento de políticas públicas de igualdade: um estudo de caso**. 2021.

PEGLOW, Karin. Perspectiva dos atores e o programa fomento às atividades produtivas rurais em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS. 2017.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Senado Federal, **Consultoria Legislativa**, 2008.

PERES, Élkila de Menezes; MOURA, Paulyana dos Santos; COSTA, André Azevedo: Investimentos para a Educação Quilombola no Ceará: Entre a Legislação, Políticas Educacionais e Desafios da Realidade; in: **Anais do III Seminário Anual da Rede Mapa**, 2018.

PÉREZ-ESCAMILLA. R., SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARANHA, L.K.; SAMPAIO, M.F.A., MARÍN, L.; PANIGASSI. G. An Adapted Version of the US Department of Agriculture Food Insecure Module Is a Valid Tool for Assessing Food Insecurity in Campinas, Brasil. **Journal of Nutrition** 2004;134:1923 -1928

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: **INTERSABERES**, 2016.

PÊSSOA, J. M. de M: (Re) Construindo a História Afrobrasileira e Indígena; in: **IV Colóquio de História**. UNICAMP, nov. 2010

PETTAN, Kleber Batista. A política nacional de assistência técnica e extensão rural (pnater): Percepções e tendências. **Campinas: Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola**, 2010.

PINTO, A. R. et al. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, v. 20, p. 1-212, 2014.

PINTO, L. de B. et al. Um estudo sobre a renda bruta de estabelecimentos rurais familiares de Municípios da Região Nova Alta Paulista, Estado de São Paulo, Brasil. **Revista ESPACIOS**, v. 37, n. 6, 2016.

PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: Camponeses e impérios alimentares: Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre. Editora da UFRGS, **Coleção Estudos Rurais**. 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas pela autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2008.

PNUD. Notícias: fome afeta 90% das comunidades quilombolas. Disponível em: Acessado em: 10 de abril de 2022.

POZZEBON, C.A.. Desafios, possibilidades e perspectivas da promoção da segurança alimentar e nutricional por meio da assistência técnica e extensão rural no município de Gramado Xavier/RS. 2017.

PROJETO KALUNGA SUSTENTÁVEL. Povo Kalunga [s.d.]. Disponível em: <<http://quilombokalunga.org.br/povo-kalunga/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

RAWLS, John. Justiça e democracia. **Martins Fontes**, 2000

RIBEIRO, Fernando, et al. Cenários para o Comércio Exterior Brasileiro (2020-2021): Estimativas dos Impactos da Crise da COVID-19. **IPEA: Nota técnica** 17.Abril, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200428_nt_din te_17.pdf> Acesso em 28 mai. 2022

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, 2010.

RUIZ, E.N.F.; GERHARDT, T.E. Políticas públicas no meio rural: visibilidade e participação social como perspectivas de cidadania solidária e saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 22, p. 1191-1209, 2012.

SANTOS, Bruna Maria et al. A importância e o uso da estatística na área empresarial: uma pesquisa de campo com empresas do município de Elói Mendes - MG. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/5024102.pdf>. Acesso em: 23 .out. 2022.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Extensão Rural**, n. 16, p. 67-83, 2008.

SANTOS, E.S. et al., Offer of Schools of Quilombola School Education Center in the Northeast/BR. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 1-22, 2019. FapUNIFESP (SciELO).

SANTOS, I.de J. 2014. **As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso - Bahia** / Isabel de Jesus Santos. -- Recife, 2014.124 f.: il.

SANTOS, L.P.dos. et al. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 783-789, 2014.

SANTOS, R.C.dos; SILVA, M.S. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1049-1063, 2014.

SARDINHA, L. M. V. et al. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Internet]**, p. 1-15, 2014.

SARDINHA, Luciana MV et al. P. Análise das condições de vida, segurança alimentar e nutricional e acesso a programas sociais em comunidades quilombolas titulados. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, p. 31-52, 2014.

SC. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 35, 367-383, 2015

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, ano V, n. 10, p. 1-6, set. 2002

SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2006. SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: **Ed. da UFRGS**, 2009.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação - agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 4, n. 1, 11. 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010^a

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS**, p. 21-50, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**. 2007; 21 (60): 143 –154.

SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados** 2007, 21(60):143-154.

SEGALL-CORRÊA, E.R.P.; SAMPAIO, M.F.A.; MARIN-LEON, L.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L.K.. et. al. (In) Segurança Alimentar no Brasil. Validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. **Relatório Técnico**, Campinas SP; 2004.

SEGALL-CORRÊA, A.M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 39s-51s, 2008.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Leticia; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA): validação, usos e importância para as políticas públicas. **Aranha AV. Fome Zero: uma história brasileira**, v. 3, p. 26-43, 2010.

SEPPPIR-FUBRA. Levantamento socioeconômico e cultural quilombola Kalunga. Brasília: **UnB**, 2004.

SILVA, D.O.; GUERRERO, A.F.H.; GUERREO, C.H.; TOLEDO, L.M. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombola com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**. 2008; v. 21, p. 83-97.

SILVA, J.A.N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde e Soc.** 2007; v. 16, n.2, p.111-124.

SILVA, V.R.R. Comunidades quilombolas, racismo ambiental e conflitos territoriais. In: Pinto AR, Borges JC, Novo MP, Pires PS, organizadores. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014. p. 151-69. (**Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate**, 20).

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. In **Melo, C., et.al. Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários. Fundação Banco do Brasil**, p. 124-140. São Paulo/SP, Publisher Brasil, 2009

SILVA, A. de S.; BRITO, L. T. Barragem subterrânea: água para produção de alimentos. In: BRITO, L. T. de L.; MOURA, M. S. B. de; GAMA, G. F. B. (Ed.). Potencialidades da água de chuva no semiárido brasileiro. Petrolina: **Embrapa Semiárido**, 2007a, p. 121-137

SILVA, C. D. et al. Análise da rentabilidade de pequenas propriedades rurais. **ANPAD**, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT-D1195.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022

SILVA, Luísa Margareth Carneiro da. Curvas de carências nutricionais em adultos quilombolas de áreas ribeirinhas do Baixo Amazonas. 2013. 137f. **Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia)** - Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas, Belém/PA, 2013.

SILVA, P. L. B.; MELO, A. M. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16, 2000.

SILVA, Raimundo Pires. AS ESPECIFICIDADES DA NOVA ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista Nera**, n. 23, p. 150-166, 2014.

SILVA, T. C. da; CAPORAL, F. R. Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural em Alagoas-Brasil: contribuições ou descontinuidade? **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 7-26, abr./jun. 2016. DOI 10.5902/2318179621288. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/21288/pdf>.> Acesso em: 3 ago. 2022

SILVA, D.O.; GUERRERO, A.F.H.; GUERRERO, C.H.; TOLEDO, L.M. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Rev. Nutr.**; 21[Suplemento]:83s-97s.2008.

SILVÉRIO, V. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: **Fundação Heinrich Boll/Action AID**, 2009. p. 14-38.

SOARES, D. B.; MOTA FILHO, F. de O.; NÓBREGA, R. S. Sobre o processo de desertificação. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 1, p. 174-188, 2011.

SOUSA, I. M. Uma visão crítica acerca das políticas públicas para o semiárido. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...**, Paraíba, 2016.

SOUSA, L. A. A benzedura em Cambará: a importância da garantia do território para a preservação do patrimônio cultura das comunidades de remanescentes de quilombo. In: **Anais [...] I Simpósio Internacional do litoral norte sobre história e cultura negra**. Osório, Gráfica e Editora Relâmpago. 2005.

SOUSA, Lucilene Maria de et al. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 987-992, 2013.

SOUZA, E.B. **Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos** [dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia; 2010.

STAKE, R. E. (1999). Investigación con estudio de casos. Madrid: Morata. disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/cidadania-e-assistencia-social/08/ibge-inicia-censo-inedito-das-comunidades-quilombolas#:~:text=O%20trabalho%20de%20mapeamento%20identificou,ou%20comunit%C3%A1rios%20entre%20os%20moradores>> Acesso em: 14 set 2022.

STONE, G. D. Agricultural change theory. In: Smelser, N. J.; Baltes, P. B. (Eds.) **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**. Amsterdam, Elsevier, 2001. p. 329-333

TAUK SANTOS, M. S. & CALLOU, A. B. F. (orgs). Associativismo e Desenvolvimento local. **In: Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local**. Recife, PE, p. 69-86, 2006.

THOMSON, Carolina Rios; BORSATTO, Ricardo Serra; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado de São Paulo-Brasil. **Extensão Rural**, v. 28, n. 1, p. e3-e3, 2021.

TRAVASSOS, I. S., SOUZA, B. I., SILVA, A. B. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista Okara: Geografia em Debate**, v. 7, n. 1, p. 147-164, João Pessoa, 2013.

UNGARELLI, D.B. A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. 2009. 92p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – **Universidade de Brasília (UnB)**, Brasília, DF

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera e SANTOS, Lourival dos: Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil; in: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, ago/2017, volume 7, nº2 p. 232-247

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga et al. Quilombolas em alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios. **Refletindo o Direito**, n. 1, 2013.

WAGNER, Saionara Araújo. Métodos de comunicação e participação nas atividades de extensão rural. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2011.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda – Relatório Final. Universidade de Brasília: **Série Antropológica** –20, 1978

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia da pesquisa. **SEAD/UFSC**, 2006.

16 ANEXO 1- Questionário da Linha de base

**ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO****INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES****BENEFICIÁRIO/ GRUPO DE CONTROLE**

Nota: respostas marcadas com círculo indicam apenas uma opção; aquelas marcadas com quadrado indicam possibilidade de múltiplas respostas;

AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Entrevistado (apenas para os entrevistados em 2018)

Nome do entrevistado: _____

O entrevistado é o mesmo?

1 - Sim 2 - Não

Se não, descreva o motivo da mudança: _____

Chefe da família

Nome do (a) chefe da família

O chefe da família é o mesmo?

1 - Sim 2 - Não

Se não, descreva o motivo da mudança: _____

Cônjuge

Nome do cônjuge

O cônjuge é o mesmo?

1 - Sim 2 - Não

Se não, descreva o motivo da mudança: _____

Conhecido ou pessoa de referência

Nome completo de conhecido ou pessoa de referência

O conhecido ou pessoa de referência é a mesma?

1 - Sim 2 - Não

Se não, descreva o motivo da mudança: _____

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

(daqui em diante preencher para todos entrevistados)

1. Número, nome ou código identificador do entrevistador:
[.....]2.

Data: [...../...../.....]

3. Horário do início da entrevista: [.....]

4. Grupo amostral: 1-Beneficiário, 2-Controle [.....]

5. UF

5.1 Município: [.....]

6. Comunidade: [.....]

7. CEP:

7.1 Código/coordenadas GPS: [.....]

7.2 Endereço completo do domicílio:

8. Qual é a identificação sociocultural da comunidade? (resposta múltipla)

1 - Sim 2 Não

[.....] A - Assentamento

[.....] B - Comunidade negra ou quilombola

[.....] C - Comunidade indígena

[.....] D - Fundo de pasto

[.....] E - Comunidade rural

[.....] F - Outra identidade: [.....]

9. Caracterização das Moradias na Comunidade [.....]

1-Edificações aglomeradas 2-Edificações difusas

10. Principais Atividades Produtivas no seu estabelecimento (resposta múltipla):

1. Apicultura (extração de mel, própolis pólen, cera etc.)
2. Caprino, ovino, aves caipiras
3. Aquicultura (peixe, ostra, camarão etc.)
4. Produção agrícola, horticultura irrigada, irrigação
5. Extrativismo
6. Beneficiamento de produtos apícolas
7. Beneficiamento de produtos de caprino, ovino, avicultura
8. Beneficiamento de produtos da aquicultura
9. Beneficiamento de frutas, licuri, umbu, maracujá, goiaba, mangaba e outras
10. Beneficiamento de mandioca e produção de derivados
11. Artesanato e outras atividades não agrícolas, costura, bordado, madeira, barro, couro, palha etc.
12. Pesca Artesanal
13. Bovinocultura
14. Suinocultura
15. Outras atividades (agrícolas e não agrícolas)

11. Nome do entrevistado: [.....]

11.1 Apellido do entrevistado

12. Nome do(a) chefe da família: [.....]

13. CPF do(a) chefe: [.....]

13.1 Foto do chefe

14. NIS/CadÚnico do(a) chefe: [.....]

15. Celular do(a) chefe para contato: [(.....).....]

16. Nome do cônjuge: [.....]

16.1 Apellido do cônjuge

17. CPF do cônjuge: [.....]

18. NIS/CadÚnico do cônjuge: [.....]

19. Celular do cônjuge para contato: [(.....).....]

19.1 Nome completo de conhecido ou pessoa de referência

19.2 Apellido da pessoa de referência

19.3 Celular da pessoa de referência para contato

19.4 Em sua opinião, você/sua família se consideram "agricultores familiares"?

- 1 - Sim 2 - Não 3 - Não sei responder

19.5 Qual a finalidade principal da sua produção agropecuária?

- 1 - Consumo pelas pessoas da família 2 - Comercialização

19.6 Você ou algum integrante da sua família receberam assistência técnica e extensão rural entre os anos de 2018 a 2021 do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)?

- 1 - Sim 2 - Não 3 - Não, mas recebemos assistência técnica e extensão rural de outra entidade

19.7 Você ou algum integrante da sua família recebeu recursos do Fomento Produtivo Rural?

- 1 - Sim 2 - Não

20. Possui DAP? 1-Sim 2-Não (siga para 23)

21. Qual é o tipo de DAP que possuem (resposta múltipla):

- [.....] A - Principal
 [.....] B - Assessoria Mulher
 [.....] C - Assessoria Jovem
 [.....] D - Especial

G – RENDA DOMICILIAR

Instruções para o preenchimento do Quadro Fontes de Renda.

O quadro Outras Fontes de Renda compreende todos os rendimentos obtidos pelos membros do domicílio, exceto a produção agropecuária. Os dados devem ser obtidos para o período de Janeiro a Dezembro do ano anterior. Siga as instruções abaixo:

A. Produção agropecuária. Preenchimento automático dos quadros B, C, D e E.

B. Produção não-agrícola. Preenchimento automático do quadro F.

C. Rendimentos do trabalho remunerado. Registre os rendimentos do trabalho remunerado durante o período. Inicie perguntando quais foram as pessoas do domicílio que trabalharam como diaristas ou outras forma de trabalho temporário durante o período, tais como em capina, roçado, ajudante, faxineira, etc. Pergunte quanto cada um ganhou no período exercendo trabalho temporário. Caso tenha dificuldade de lembrar o valor, procure fazer o cálculo a partir do número de diárias e do valor da diária. Faça as contas e registre o ganho total de todos os membros do domicílio. Em seguida, pergunte quantas pessoas tinham emprego permanente durante o período e quanto cada um ganhou. Para auxiliar a lembrança e o cálculo, pergunte o ganho mensal. Se não houve variação de rendimento mensal, basta multiplicar por 12 (adicionar 13º e 1/3 de férias se houver). Caso tenha havido mudança de rendimento durante o período, considere isso no cálculo.

D. Auxílios: registre todos os auxílios recebidos. Agricultores afetados pela seca receberam Bolsa Estiagem e Garantia-Safra. O seguro desemprego é pago também a pescadores no período de defeso, quando a pesca é proibida. O

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC paga um salário mínimo aos idosos (65 anos) e às pessoas com deficiência.

E. Outros rendimentos. Para estimar o valor total das aposentadorias e pensões recebidas, que geralmente são de um salário mínimo, pode-se calcular conforme o trabalho permanente. Registre as doações recebidas por membros não moradores, que geralmente são migrantes e remetem recursos eventuais. Os rendimentos de atividades não agrícolas podem compreender: venda de produtos artesanais não agrícolas, ganhos de atividades comerciais (vendinha, bodega, etc.) e outros. Registre aluguel de imóveis, arrendamento de terra e outros rendimentos não listados.

F. Total. Após a entrevista, faça a soma dos valores e preencha a última linha.

QUADRO FONTES DE RENDA

Fontes de Renda		99. Valor de Janeiro a Dezembro do ano anterior (R\$)
A. Produção agropecuária	A1. Vendas da produção animal A2. Vendas dos derivados da produção animal A3. Vendas da produção vegetal A4. Vendas dos derivados da produção vegetal A5. Consumo familiar (renda não monetária)	[.....] [.....] [.....] [.....] [.....]
B. Produção não agrícola	B1. Rendimentos de atividades não agrícolas (produtos artesanais, comércio, serviços etc.)	[.....] [.....]
C. Trabalho remunerado	C1. Trabalho temporário externo C2. Trabalho permanente externo	[.....] [.....]
D. Auxílios	D1. Bolsa família D2. Auxílios emergenciais em calamidades e outros (seca, enchente, Covid) D3. Seguro Defeso D4. Salário maternidade D5. Outros (saúde, invalidez, reabilitação, seguro desemprego, educação, BPC, transporte, prefeitura municipal, governo estadual, etc)	[.....] [.....] [.....] [.....] [.....]
E. Outros rendimentos	E1. Aposentadoria E2. Pensão, pensão alimentícia E3. Remessas de familiares não moradores e outros (doação) E4. Outros (aluguéis, arrendamentos)	[.....] [.....] [.....] [.....]
F. TOTAL (preferencialmente soma automática)		[.....]

H – BENS E PATRIMÔNIO

Este bloco refere-se aos bens de todos os membros do domicílio – imóveis, veículos, máquinas, implementos e instalações.

100. Algum membro do domicílio era proprietário ou tinha posse de terra ... ?
[.....]
1-Sim
2-Não

101. De quantos hectares de terra os membros do domicílio eram proprietários tinham a posse, ou acessavam para produção? (ha) (preencha para todos entrevistados independente da forma de acesso à terra).
Uma medida comum é a tarefa, que corresponde a 0,44 hectares. Para converter tarefa em hectare, multiplique a área em tarefa por 0,44.
[.....]

No preenchimento do quadro a seguir, considere todos os itens de patrimônio do entrevistado. Inicie com os itens já preenchidos e complemente a lista – NÃO SE LIMITE A PERGUNTAR APENAS OS ITENS LISTADOS NO QUADRO. Utilize esta lista como referência: imóveis rurais e urbanos (casas, terrenos, galpões na cidade), máquinas, equipamentos agrícolas (arado, grade, pulverizador, roçadeira etc.), instalações, bens domésticos, outros bens domésticos como computador, freezer etc.

102. Linha	103. Código	104. Descrição do item	105. Quantidade que tinha em 31/Dez/ do ano anterior
1	4	Casa	[.....]
2	8	Curral, estábulo	[.....]
3	16	Poço, cacimba, carimbão	[.....]
4	24	Arado, grade tração mecânica	[.....]
5	25	Automóvel	[.....]
6	29	Bomba hidráulica	[.....]
7	33	Carroça, charrete, carro de	[.....]

[.....] C – Perda da produção agropecuária
[.....] D – Perda de animais

108. Vendeu patrimônio para enfrentar a seca? [.....]
1-Sim
2-Não (siga para 111)

109. Bens de consumo ou patrimônio vendidos para enfrentar a seca:
1-Sim 2-Não
[.....] A – Animais
[.....] B – Moto e outros bens duráveis de transporte ou trabalho
[.....] C – Equipamentos eletrodomésticos
[.....] D – Terra ou casa

110. Valor obtido com venda de patrimônio para enfrentar a seca: (R\$)
[.....]

Observações

J – PRÁTICAS AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS

111. Entre Janeiro e Dezembro do ano anterior, adotou as seguintes práticas?

1-Sim 2-Não
[.....] A – Uso de irrigação
[.....] B – Uso de molhação (irrigação apenas em canteiros)
[.....] C – Uso de queimada
[.....] D – Uso de agrotóxico ou veneno
[.....] E – Uso de adubo químico
[.....] F – Uso de composto orgânico
[.....] G – Uso de esterco
[.....] H – Uso de resto de culturas (palhadas)

112. Quais culturas são irrigadas (inclusive métodos de baixo custo): 1-Sim 2-Não/Não se aplica
[.....] A - Fruteiras
[.....] B - Capineira

102. Linha 103. Código 104. Descrição do item 105. Quantidade que tinha em 31/Dez do ano anterior

9	61	Antena parabólica	[.....]
10	62	Som, rádio	[.....]
11	65	Bicicleta	[.....]
12	71	Fogão a gás (2 bocas ou mais)	[.....]
13	75	Freezer	[.....]
14	76	Geladeira	[.....]
15	79	Máquina de Costura	[.....]
16	84	Telefone (celular ou fixo)	[.....]
17	87	TV	[.....]
18	101	Bovinos (cabeça)	[.....]
19	102	Suínos (cabeça)	[.....]
20	103	Caprinos (cabeça)	[.....]
21	104	Ovinos (cabeça)	[.....]
22	105	Aves (cabeça)	[.....]
23	106	Equinos, asininos, muares (cabeça)	[.....]
24	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]
26	[.....]	[.....]

I – EFEITOS DA SECA SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO

106. O(A) Sr(a) foi afetado pela seca nos últimos 5 anos? [.....]

1-Não foi afetado (siga para questão 111)
2-Foi afetado

107. Como a seca afetou a vida da família? Indique os efeitos da seca (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não
[.....] A – Redução do trabalho
[.....] B – Dificuldades na vida doméstica devido à falta de água para beber e cozinhar

[.....] C - Mandioca
[.....] D - Milho
[.....] E - Feijão
[.....] F - Outras

113. Que tipo de espelho d'água (reservatório, se for o caso) existe na propriedade:

1-Sim 2-Não/Não se aplica (siga para a questão 115)
[.....] A - Açude
[.....] B - Lagoa
[.....] C - Barreiro
[.....] D - outro

114. Qual o seu estado de conservação do item acima:

1- Assoreado
2- Com mata ciliar presente
3- Com mata ciliar ausente
4- Outro

115. Quantos riachos passam pela propriedade? [.....]
(se a resposta for zero, siga para 117)

116. Qual é o estado da mata ciliar? [.....]

1-Ausente
2-Pouco presente
3- Presente

117. Há quantas nascentes ou olhos d'água na propriedade? [.....]
(se a resposta for zero, siga para 120)

118. Qual é o estado da(s) nascente(s)? [.....]

1-Degradadas
2-Pouco preservadas
3-Preservadas

119. Qual é o uso da água da(s) nascente(s)? (resposta múltipla)

- 1-Sim 2-Não 3-Não utiliza/Não se aplica
 [.....] A – Água encanada para uso doméstico
 [.....] B – Água destinada para a comunidade
 [.....] C – Água utilizada para criação animal
 [.....] D – Água utilizada para irrigação
 [.....] E – Água correndo seu curso natural
 [.....] F – Outro uso: [.....]

120. Qual é o destino das embalagens vazias de agroquímicos? (resposta múltipla)

- 1-Sim 2-Não 3-Não utiliza/Não se aplica
 [.....] A – Devolvida em postos de coleta
 [.....] B – Enterrada/Queimada/Jogada ao meio ambiente
 [.....] C – Reutilizada
 [.....] D – Outro destino: [.....]

121. Qual é o destino do lixo doméstico? (resposta múltipla)

- 1-Sim 2-Não
 [.....] A – Coletado pelo sistema municipal
 [.....] B – Reciclado
 [.....] C – Enterrado/queimado
 [.....] D – Jogado no meio ambiente
 [.....] E – Separação de lixo orgânico para compostagem
 [.....] F – Outro destino: [.....]

K – SEGURANÇA ALIMENTAR

As próximas questões referem-se à alimentação consumida no domicílio e visam identificar o nível de segurança alimentar da família no ano anterior. As perguntas referem-se ao acesso da família à alimentação de que precisaram, segundo a percepção do entrevistado.

K2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

122. Qual foi a origem dos alimentos consumidos pela família nos últimos 12 meses? (resposta múltipla)

- 1-Sim 2-Não
 [...] A - De doação de vizinhos e parentes
 [...] B - Da sua roça / lavoura
 [...] C - Trocados entre vizinhos e parentes
 [...] D - De doação do governo ou outras instituições
 [...] E - Comprados de vizinhos ou em feiras, armazéns, mercados

123. Durante os últimos 12 meses, houve algum momento em que a família teve muita dificuldade de conseguir alimentos, ou até mesmo passou pela situação de não ter o que comer?

- 1-Sim 2-Não

124. Com que frequência sua família tem uma alimentação variada / diversificada (verduras, folhas, frutas, carnes, feijão, arroz, suco)?

- 1- sempre
 2- algumas vezes
 3- nunca aconteceu
 4- não sabe, não respondeu

Segurança/Insegurança alimentar

Agora vou fazer umas perguntas sobre como esteve, nos últimos três meses, a alimentação da sua família, ou das pessoas que moram na mesma residência que você. Para essas perguntas, considere os moradores de seu domicílio.

ATENÇÃO ENTREVISTADOR: NÃO LER A OPÇÃO NS/NR (NÃO SABE/NÃO SOUBE RESPONDER). MARCAR APENAS ESSA OPÇÃO PARA OS ENTREVISTADOS QUE NÃO CONSEGUIREM RESPONDER ÀS PERGUNTAS DE K1 A K8.

K1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 1 - Sim
 2 - Não
 9 - NS/NR (Não sabe/não soube responder)

K9. Pense nas últimas 24 horas: quais grupos dos alimentos a família consumiu? (ler todas opções e marcar as com respostas positivas):

- A - Grãos, raízes e tubérculos brancos (arroz, milho, mandioca, batata, inhame)
 B - Leguminosas (feijão, fava, ervilha, lentilha, amendoim)
 C - Sementes e oleaginosas (gergelim, castanha de caju, licuri, nozes, amêndoas)
 D - Leite e derivados
 E - Carnes, aves e peixes
 F - Ovos
 G - Vegetais com folhas verdes escuras (couve, espinafre, agrião, chicória, rúcula)
 H - Frutas e vegetais ricos em vitamina C (laranja, acerola, limão, manga, caju, seriguela, taioba)
 I - Outros vegetais (maxixe, jerimum, quiabo)
 J - Outras frutas (banana, cajá, maracujá, tomate)

Observações

L – GÊNERO E JUVENTUDE

125. Na sua família, as mulheres participam ativamente das ações comunitárias ou da Associação?

1-Sim 2-Não

126. Quais as ocupações já exercidas pelas mulheres de sua família nos últimos 5 anos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

- [...] A - Na agricultura / criação
 [...] B - No beneficiamento / fabricação de produtos
 [...] C - No serviço Público (escola, posto de saúde, etc..)
 [...] D - Na prestação de serviços (empregada doméstica, manicure, babá, costureira, etc)
 [...] E - No comércio
 [...] F - No artesanato

127. Os jovens da sua família participam ativamente das ações comunitárias ou da Associação?

1-Sim 2-Não

128. Quais as ocupações já exercidas pelos jovens de sua família nos últimos 5 anos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

- [...] A - Na agricultura / criação
 [...] B - No beneficiamento / fabricação de produtos
 [...] C - No serviço Público (escola, posto de saúde, etc..)
 [...] D - Na prestação de serviços (empregada doméstica, manicure, babá, costureira, etc)
 [...] E - No comércio
 [...] F - No artesanato
 [...] G - Apenas estuda(estudou)

Observações

135. Qual era o principal destino do esgoto do domicílio? [.....]

- 1-Rede coletora de esgoto ou pluvial
 2-Fossa revestida com alvenaria
 3-Fossa sem revestimento
 4-Céu aberto, vala, rio, lago ou mar
 5-Outra forma

136. Tem energia elétrica na moradia? [.....]

1-Sim

2-Não (se não, passar à questão 138)

137. Tipo de energia elétrica [.....]

1. Monofásica
 2. Trifásica

138. A moradia tem água canalizada disponível em, pelo menos, um cômodo?

[.....]

1-Sim

2-Não (se não, passar à questão 140)

139. Quais são as principais fontes de água utilizadas na moradia? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

- [.....] A – Rede geral de distribuição (rede pública)
 [.....] B – Poço ou nascente (cacimba, cacimbão, amazonas, chafariz)
 [.....] C – Cisterna
 [.....] D – Riacho, lagoa, açude, barragem, aguada
 [.....] E – Caminhão pipa
 [.....] F – Outras formas

Observações

M – CONDIÇÕES DE MORADIA E HABITAÇÃO

Muitas famílias têm residência dupla, uma na sede do município e outra no assentamento ou comunidade rural; nestes casos, ao tratar das condições da moradia, o entrevistador deve registrar a informação referente ao local onde vive a maior parte da família e onde passam a maior parte do tempo.

As questões deste quadro referem-se às condições de moradia no ano anterior.

129. Tipo de domicílio: [.....]

- 1-Casa
 2-Barraco
 3-Outros

130. Principal material utilizado nas paredes externas: [.....]

- 1-Alvenaria (tijolo, bloco)
 2-Adobe
 3-Madeira
 4-Taipa
 5-Outro material provisório (palha, lona, plástico)

131. Principal material do telhado: [.....]

- 1-Telha de cerâmica
 2-Laje concreto
 3-Zinco, amianto, etemit
 4-Outro material (madeira, palha, lona, plástico)

132. Principal material utilizado no piso: [.....]

- 1-Alvenaria (cimento, tijolo, bloco, lajota etc.)
 2-Madeira
 3-Chão batido (terra)

133. Número de quartos de dormir: [.....]

134. Tinha banheiro/sanitário na moradia? [.....]

- 1-Sim
 2-Não

N – CAPITAL SOCIAL

Neste bloco de perguntas são coletadas informações sobre a experiência associativa do entrevistado, além da participação no projeto FIDA.
Experiência associativa

140. O(A) Sr(a) alguma vez já participou de associação, sindicato, trabalho comunitário, movimento social, ONG, partido político ou trabalho de organização da comunidade? [.....]
- 1-Sim, inclusive no Dom Helder
2-Não (beneficiário Dom Helder siga para 157; se não beneficiário Dom Helder siga para 183)
141. De que tipo de atividade associativa comunitária/organização social o(a) Sr(a) já participou ... ?
(resposta múltipla)
1-Sim 2-Não
- [.....] A – Associações comunitárias, de bairro, de produtor, cooperativa
[.....] B – Trabalho coletivo, comunitário, mutirão
[.....] C – Movimento social organizado
[.....] C – (ONG, MST, MLT, FETAG, CONTAG etc.)
[.....] D – Movimentos vinculados às igrejas
[.....] E – Sindicatos
[.....] F – Outros (clube, agremiações esportivas e sociais etc.)

142. O(A) Sr(a) sabe em que ano a associação foi criada? [.....]
- 1-Sim
2-Não (siga para 144)
143. Qual foi o ano de criação da associação? (aaaa) [.....]
144. A associação realizou reuniões no ano anterior?.....[.....]
- 1-Sim
2-Não (siga para 146)
3-Não sabe (siga para 146)
145. Em quantas reuniões da associação o(a) Sr(a) participou no ano anterior? [.....]
- 1-Nenhuma
2-Algumas
3-Todas
146. O(A) Sr(a) (ou integrante de sua família) realiza processamento da sua produção por meio da associação? [.....]
- 1-Sim
2-Não
147. A comercialização da sua produção ou parte da sua produção é feita por meio da associação? [.....]
- 1-Sim
2-Não
148. Quais os benefícios que a associação trouxe para os sócios? [.....]

Experiência no projeto FIDA

(Se não for beneficiário do Dom Helder siga para 183)

149. Quando o(a) Sr(a) entrou para a associação do Dom Helder? [.....]
- 1-Antes da implantação do projeto
2-Na implantação do projeto
3-Depois da implantação do projeto
4- Não se aplica

150. O(A) Sr(a) participou de reunião para escolher o projeto do Dom Helder?
1-Sim
2-Não

151. Em que ano o projeto foi implantado/começou a funcionar? (aaaa) [.....]

152. Principais Atividades Produtivas do Projeto da Associação
(resposta múltipla):
- 1-Apicultura (extração de mel, própolis pólen, cera etc.)
2-Caprino, ovino, aves caipiras
3-Aquicultura (peixe, ostra, camarão etc.)
4-Produção agrícola, horticultura irrigada, irrigação
5-Extratvismo
6-Beneficiamento de produtos apícolas
7-Beneficiamento de produtos de caprino, ovino, avicultura
8-Beneficiamento de produtos da aquicultura
9-Beneficiamento de frutas, licuri, umbu, maracujá, goiaba, mangaba e outras
10-Beneficiamento de mandioca e produção de derivados
11-Artesanato e outras atividades não agrícolas, costura, bordado, madeira, barro, couro, palha etc.
12- Outras atividades (agrícolas e não agrícolas)

153. O(A) Sr(a) se considera bem informado sobre o que a associação faz na execução do projeto (decisões sobre o projeto, prestação de contas, execução do projeto, outras iniciativas)? [.....]
- 1-Sim
2-Não

154. O(A) Sr(a) (ou integrante de sua família) está inserido em algum plano de negócio da comunidade? [.....]
- 1-Sim
2-Não

155. O(A) Sr(a) (ou integrante de sua família) participou de ações de... (resposta múltipla) [.....]
- 1-Sim 2-Não
- [.....] A – Investimentos Produtivos
[.....] B – Assessoria e assistência técnica
[.....] C – Capacitação

O – SOMENTE BENEFICIÁRIOS DOM HELDER

Instruções para o preenchimento

Neste bloco de perguntas são coletadas informações de beneficiários do projeto Dom Helder Câmara (PDHC).

157. De quais atividades, do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), você participou até o momento (**pode marcar mais de uma opção**):
- A - Reunião de mobilização inicial
 B - Diagnóstico comunitário e projeto produtivo
 C - Atividades coletivas como reuniões, visitas, cursos, etc.
 D - Visitas no seu estabelecimento e relatórios individuais
 E - Outras atividades
158. Foram sugeridas melhorias, como novas práticas, atividades ou da gestão do seu estabelecimento?
 1 - Sim 2 - Não
159. Você gostou dessas sugestões/recomendações?
 1 - Não gostei
 2 - Gostei pouco
 3 - Gostei, mas poderia ser melhor
 4 - Gostei muito

160. Vocês implementaram ao menos 1 (uma) das propostas que lhe foram sugeridas?

- 1 - Sim 2 - Não

161. Para responder esta pergunta, pense no período antes e depois da pandemia do CORONAVÍRUS. O serviço de assistência técnica rural recebido pela sua família, entre 2018 a 2021, ajudou na venda de produtos para novos mercados? **(pode marcar mais de uma opção)**

- A - Sim, ajudou a vender na Alimentação Escolar (PNAE)
 B - Sim, ajudou a vender no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
 C - Sim, ajudou a vender em Feiras
 D - Sim, ajudou a vender na Rede de Economia Solidária
 E - Sim, ajudou a vender no Turismo Rural
 F - Sim, ajudou a vender como Produtos Orgânicos
 G - Sim, ajudou a vender em Outros Mercados
 H - Sim, venda pela Internet (WhatsApp, Instagram, Facebook ou outros)
 I - Não sei informar
 J - Não ajudou

162. Como você identifica Sua comunidade? **(marcar apenas uma opção)**

- 1 - Quilombola
 2 - Indígena
 3 - Pescadores
 4 - Agricultor familiar
 5 - Fundo de pasto
 6 - Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
 7 - Outra

163. O serviço de assistência técnica rural orientou sua família a iniciar a produção de um novo produto, que antes não era produzido? Por exemplo: **(pode marcar mais de uma opção)**

- A - Ovinos

- B - Caprinos
 C - Aves
 D - Suínos
 E - Peixes
 F - Raízes, como mandioca
 G - Produção de forragem para os animais
 H - Frutas
 I - Mel
 J - Quintal produtivo
 K - Não produzo nada novo
 L - Não recebi nenhuma orientação

164. Com a orientação do serviço de assistência técnica rural, sua família passou a realizar novas atividades que geraram renda financeira? Por exemplo: **(pode marcar mais de uma opção)**

- A - produção e comercialização de artesanato
 B - prestação de serviço (costura, serviços estéticos, etc)
 C - produção e comercialização de pães
 D - produção e comercialização de doces e geleias
 E - comercialização de leite
 F - produção e comercialização de queijo
 G - comercialização de ovos e aves
 H - produção e comercialização de polpas e/ou sucos
 I - produção e comercialização de mel
 J - prestação de serviços para vizinhos e/ou outros (mecanizado e/ou manual)
 K - serviços de turismo
 L - outras atividades
 M - não realizamos nenhuma nova atividade

165. Após o início do Projeto Dom Helder Câmara, quantas mulheres da sua residência começaram a realizar uma nova atividade que gera renda (dinheiro)? Lembre-se: apenas o número de mulheres!

- A - 0
 B - 1
 C - 2
 D - 3
 E - 4
 F - 5
 G - 6
 H - 7
 I - Acima de 8

166. A partir do Dom Helder, as mulheres passaram a ter maior autonomia ou empoderamento nas tomadas de decisões? **(pode marcar mais de uma opção)**

- A - Sim, na família
 B - Sim, na comunidade
 C - Sim, na associação
 D - Sim, no sindicato
 E - Sim, no grupo de mulheres
 F - Não

167. A partir do Dom Helder, as mulheres passaram a ter mais poder nas decisões sobre a produção? **(pode marcar mais de uma opção)**

- A - Sim, na atividade produtiva
 B - Sim, na comercialização
 C - Sim, na administração dos recursos da atividade produtiva
 D - Sim, na administração de recursos na família
 E - Não

168. Com as ações do Dom Helder, o tempo das mulheres dedicado ao trabalho produtivo (criação de animais, beneficiamento, artesanato, agricultura, entre outras atividades):

- 1 - Aumentou 2 - Diminuiu 3 - Não mudou

169. Com as ações do Dom Helder, o tempo das mulheres dedicado ao trabalho doméstico e cuidados (cozinhar, lavar roupa, costurar para casa, cuidar de crianças, pessoas idosas), entre outras atividades:

- 1 - Aumentou 2 - Diminuiu 3 - Não mudou

170. As atividades individuais do Dom Helder tiveram horários adequados e flexíveis, que garantiram a participação das mulheres?

- 1 - Sim 2 - Não

171. Após o início do Projeto Dom Helder Câmara, quantas pessoas jovens, que possuem entre 15 a 29 anos de idade, da sua residência começaram a realizar uma nova atividade que gera renda (dinheiro)? Lembre-se: apenas as pessoas jovens que possuem entre 15 e 29 anos!

- A - 0
 B - 1
 C - 2
 D - 3
 E - 4
 F - 5
 G - 6
 H - 7
 I - 8
 J - 9
 K - Acima de 10

172. Considerando os anos de 2018 a 2021, sua produção agropecuária aumentou?

- 1 - Sim, aumentou um pouquinho (menos de 25%)
 2 - Sim, aumentou um pouco (mais de 25%, mas menos do que a metade)
 3 - Sim, aumentou a metade (50%)
 4 - Sim, aumentou mais que a metade (ou seja, aumentou mais do que 50%)
 5 - Minha produção caiu ou reduziu
 6 - Não aumentou em nada
 7 - Não sei responder

173. A produção agropecuária foi afetada pela Pandemia do coronavírus?

- 1 - Não, a produção continuou igual
 2 - Sim, a produção diminuiu, mas já voltou ao normal
 3 - Sim, a produção diminuiu e não voltou ao normal ainda
 4 - Não sei responder

174. Após o início da atividade do Projeto Dom Helder Câmara, você ou algum integrante da sua família acessou algum crédito rural (por exemplo: Pronaf, Agroamigo, Microcrédito, Pronamp ou outros programas)?

- 1 - Sim 2 - Não 3 - Não sei

175. Com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara, vocês passaram a praticar algum dos itens abaixo? (pode marcar mais de uma opção)

- A - Ração balanceada para os animais
 B - Sementes e mudas de qualidade
 C - Técnicas de produção de mudas
 D - Passei a congelar o pescado em freezers
 E - Passei a utilizar animais reprodutores/matrizes de boa qualidade
 F - Passei a utilizar pintos de 1 dia de boa procedência e vacinados
 G - Cultivo de leguminosas e banco de proteína, visando melhorar a nutrição das minhas criações, e assim melhorar as áreas de pastagem
 H - Consorciar o roçado (exemplo: plantio consorciado de milho e feijão)
 I - Preservar e/ou recuperar a mata nativa, que poderá servir de pastagem para os animais incluindo as abelhas
 J - Passei a utilizar esterco ou biofertilizantes
 K - Adotei técnicas da compostagem
 L - Passei a utilizar defensivos naturais para combater pragas e doenças
 M - Técnicas de irrigação localizada
 N - Técnicas de conservação do solo e da água
 O - Técnicas de convivência com o Semiárido
 P - Técnicas de manejo das criações, como por exemplo, vacinação, alimentação, separação por categoria e etc.
 Q - Adoção de tecnologia social (exemplo: sistema, biodigestor, fogão ecológico, reuso de água e outros)
 R - Aumentou os cuidados e produção nos quintais produtivos
 S - Técnicas de artesanato aprimorada
 T - Técnicas de serviços de corte e costura
 U - Deixou de usar/comprar ração transgênica
 V - Deixou de usar agrotóxicos
 X - Outra
 Z - Não pratiquei nada novo

176. A infraestrutura de produção (por exemplo: instalações como galinheiros, galpões, chiqueiros, apriscos, máquinas, equipamentos e outros) melhorou depois de receber a assistência técnica rural?

- 1 - Sim 2 - Não 3 - Não sei informar

177. Se melhorou, em quanto:

- A - 10%
 B - 20%
 C - 35% (pouco mais de 1/3)
 D - 50% (a metade)
 E - 100% (dobrou)
 F - Mais que dobrou

178. Sua criação (por exemplo: bovinos, caprinos, ovinos, etc) aumentou depois de receber a assistência técnica rural?

- 1 - Sim 2 - Não 3 - Não sei informar

179. Se aumentou, em quanto:

- A - 10%
 B - 20%
 C - 35% (pouco mais de 1/3)
 D - 50% (a metade)
 E - 100% (dobrou)
 F - Mais que dobrou

180. O serviço de assistência técnica informou você sobre os programas do Governo Federal ou outros programas? (pode marcar mais de uma opção)

- A - Sim, sobre o Fomento Produtivo
 B - Sim, sobre o auxílio emergencial do Governo Federal
 C - Sim, sobre o Bolsa Família
 D - Sim, sobre os Benefícios da Prestação Continuada (BPC)
 E - Sim, sobre a Aposentadoria ou Pensão
 F - Sim, sobre o Garantia Safra
 G - Sim, sobre o Luz para Todos
 H - Sim, sobre o Programa Água para Todos (cisternas, 2ª água)
 I - Sim, sobre a Organização Produtiva de Mulheres Rurais
 J - Sim, sobre a Documentação da Trabalhadora Rural
 K - Sim, sobre o Bolsa Verde
 L - Sim, sobre Outros Programas
 M - Não recebi informações

181. Entre os anos de 2018 e 2021, depois de sua família receber a assistência técnica rural, você acha que a renda da família melhorou?

- 1 - Melhorou um pouquinho (menos de 25%)
 2 - Melhorou um pouco (mais de 25%, mas menos do que a metade)
 3 - Melhorou a metade (50%)
 4 - Dobrou ou mais (100% ou mais)
 5 - Minha renda ficou a mesma
 6 - Minha renda piorou por causa da pandemia e outros fatores.
 7 - Não sei responder

182. Depois de receber a assistência técnica do Dom Helder, quais grupos de alimentos a família passou a consumir mais: **(ler todas as opções e marcar as com respostas positivas)**

- A - Grãos, raízes e tubérculos brancos (arroz, milho, mandioca, batata, inhame)
- B - Leguminosas (feijão, fava, ervilha, lentilha, amendoim)
- C - Sementes e oleaginosas (gergelim, castanha de caju, licuri, nozes, amêndoas)
- D - Leite e derivados
- E - Carnes, aves e peixes
- F - Ovos
- G - Vegetais com folhas verdes escuras (couve, espinafre, agrião, chicória, rúcula)
- H - Frutas e vegetais ricos em vitamina C (laranja, acerola, limão, manga, caju, seriguela, taioba)
- I - Outros vegetais (maxixe, jerimum, quiabo)
- J - Outras frutas (banana, cajá, maracujá, tomate)

Observações

P - FOTOS E ASSINATURA (QUESTIONÁRIO FIDA - REVISITA)

183. Fotos

184. Assinatura

Observações

Horário do término da entrevista: [.....]

Sabemos a importância do agricultor, que vai muito além de colocar o alimento na mesa de milhões de brasileiros. Agradecemos muito sua ajuda ao responder às perguntas desta pesquisa sobre a assistência técnica que você recebe no Projeto Dom Helder Câmara.

Suas respostas vão nos ajudar a melhorar nossas atividades e, assim, trazer para você e sua família propostas melhores, que possam ajudar ainda mais a vida de vocês. Esse é o nosso grande desejo: que a sua vida e a vida de toda a sua família melhore cada dia mais!

Pedimos a você que apenas uma única pessoa da sua família responda às perguntas. Solicitamos que a pessoa responsável pela propriedade ou o chefe da família (homem adulto ou mulher adulta) responda ao questionário.

Caso tenha alguma dificuldade para responder, sugerimos pedir ajuda para algum jovem de sua confiança.

Por favor, leia atentamente antes de clicar nas respostas, pois não será possível refazer o questionário.

Muito obrigado por responder este questionário e desejamos um final de ano mais leve e feliz a todos!

1. Você foi atendido pela assistência técnica do Projeto Dom Helder Câmara?
2. Qual o nome da empresa de assistência técnica que ajuda você com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)?
3. Qual o seu nome completo?
4. Qual o seu CPF (digite apenas os 11 números do CPF, sem o traço ou barra)?
5. Qual o seu telefone celular (sem o DDD)?
6. Agora sim: me fale, qual o DDD do seu telefone?
7. Qual o seu gênero?
8. Em que ano você nasceu?
9. Em que mês você nasceu?
10. Qual a sua cor, raça ou etnia?
11. Qual o nome do município/cidade que você mora?
12. Qual o nome da sua comunidade?
13. Sua comunidade é:
14. Quantas pessoas jovens da sua família, que possuem entre 15 a 29 anos de idade, participam

nas atividades produtivas da sua propriedade? Lembre-se: apenas as pessoas jovens que possuem entre 15 e 29 anos

15. Quantas mulheres da sua família participam das atividades produtivas da sua propriedade? Lembre-se: apenas o número de mulheres!

16. Depois do início do trabalho com o projeto Dom Helder Câmara, quais pessoas da sua família passaram a participar dos afazeres domésticos e de cuidado (de crianças e idosos)?

17. As atividades do projeto Dom Helder Câmara tiveram horários adequados e flexíveis, que garantiram a participação das mulheres?

18. Após o início da atividade do Projeto Dom Helder Câmara, você acessou algum crédito rural (por exemplo: Pronaf, Agroamigo, Microcrédito, Pronamp ou outros programas)?

19. Com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara, você passou a praticar algum dos itens abaixo? (Você pode marcar mais de uma opção)

20. O serviço de assistência técnica rural orientou sua família a iniciar a produção de um novo produto que antes vocês não tinham na propriedade? Por exemplo (Você pode marcar mais de uma opção):

21. Com a orientação do serviço de assistência técnica rural, sua família passou a realizar novas atividades que geraram renda financeira? Por exemplo (Você pode marcar mais de uma opção):

22. Após o início do Projeto Dom Helder Câmara, alguma mulher da sua residência começou a realizar uma atividade que gera renda (dinheiro)?

23. O serviço de assistência técnica informou você sobre os programas do Governo Federal ou outros programas? (Você pode marcar mais de uma opção)

24. Sua infraestrutura de produção (por exemplo: instalações, máquinas, equipamentos e outros) melhorou depois de receber a assistência técnica rural?

25. Depois de sua família receber a assistência técnica rural, vocês começaram a participar de alguma associação ou cooperativa de produtores?

26. Para responder esta pergunta, pense no período antes da pandemia do CORONAVÍRUS. O serviço de assistência técnica rural recebido pela sua família, entre 2018 e 2019, ajudou vocês a vender sua produção, ou alguma parte da sua produção, para novos mercados? (Você pode marcar mais de uma opção)

27. Para responder esta pergunta, pense no período antes da pandemia do CORONAVÍRUS. Entre os anos de 2018 e 2019, sua produção agropecuária havia aumentado na sua propriedade?

28. Para responder esta pergunta, pense no período antes da pandemia do CORONAVÍRUS. Entre os anos de 2018 e 2019, depois de sua família receber a assistência técnica rural, você acha que sua vida melhorou?

29. Com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara, melhorou o consumo alimentar da

família?

30. A pandemia do CORONAVÍRUS está prejudicando sua comercialização?

31. A pandemia do CORONAVÍRUS está prejudicando sua produção?

32. Com a pandemia do CORONAVÍRUS, o que aconteceu com a renda da sua família?

33. Você manteve contato com o técnico de ATER durante a pandemia? Para responder essa pergunta, considere apenas o período entre os meses de abril a agosto de 2020.

34. Devido à pandemia do CORONAVÍRUS, algum integrante da sua família está recebendo o Auxílio Emergencial do Governo Federal.